

PROGRAMA ABVTEX



Regulamento Geral do PROGRAMA ABVTEX

ABVTEX – Associação Brasileira do Varejo Têxtil

Versão 6.0 – Dezembro de 2025

Sumário

1	Prefácio.....	6
2.	Características Gerais.....	7
2.1	Objetivos e Benefícios.....	7
2.2	Responsabilidades.....	8
2.3	Abrangência.....	11
2.4	Governança.....	12
2.5	Política de Transparência e divulgação de informações.....	13
2.5.1	Informações para divulgação pública irrestrita.....	14
2.5.2	Informações para divulgação restrita aos participantes do PROGRAMA ABVTEX.....	14
2.5.3	Informações dirigidas.....	15
2.5.4	Hipóteses de não divulgação.....	15
2.6	Atualização/Modificação dos Protocolos do PROGRAMA ABVTEX.....	16
2.6.1	Atualização Eventual.....	16
2.6.2	Atualização Regular.....	16
2.7	Adesão dos Fornecedores e seus Subcontratados ao PROGRAMA ABVTEX.....	17
2.8	Adesão dos Varejistas ao PROGRAMA ABVTEX.....	17
2.9	Situação dos Varejistas perante o PROGRAMA ABVTEX, compromissos e prazos para adequação da Cadeia de Fornecimento.....	18
2.9.1	Termo de Compromisso.....	18
2.9.2	Situação e Classificação dos Varejistas Associados.....	18
2.9.2.1	Varejista Pleno.....	19
2.9.2.2	Varejista em Desenvolvimento.....	19

2.9.2.3	Varejista Suspenso	19
2.9.2.4	Varejista Excluído.....	19
2.9.3	Situações Especiais	21
2.9.4	Formas de Divulgação.....	21
3.	Tipos de Auditoria Previstos no PROGRAMA ABVTEX.....	21
3.1	Auditoria Inicial	22
3.2	Auditoria de Renovação	22
3.3	Auditoria Follow Up.....	23
3.4	Auditoria de Verificação	24
3.5	Auditoria de Mudança de Endereço	26
3.6	Auditoria de Estrutura Física	27
3.6.1	Regras Gerais para realização da Auditoria de Estrutura Física	27
3.6.2	Critérios para Aprovação Temporária.....	28
3.6.3	Auditoria Inicial complementar	29
3.6.4	Critérios para o Status final do Fornecedor/Subcontratado.....	29
3.7	Auditoria Novos Empregados.....	30
3.8	Auditoria de Preposto	31
3.9	Auditoria Remota.....	33
4.	Procedimentos de Auditoria.....	34
4.1	Dimensionamento da Auditoria	34
4.2	Auditoria de Campo	36
4.2.1	Entrevistas e análise documental	36
4.2.2	Validação da lista de subcontratados.....	37

4.2.3	Interrupção da Auditoria	37
4.2.4	Reunião Privativa	38
4.2.5	Reunião de Fechamento	38
4.3	Condução das Auditorias e Emissão do Relatório Final	38
5.	Características <i>Gerais do Checklist</i>	39
5.1	Grandes Blocos	39
5.2	Blocos Temáticos	40
5.3	Níveis de Criticidade e Não Conformidades	42
5.4	Avaliação e classificação das Não Conformidades	44
6.	Resultados	45
6.1	Resultado da Auditoria	45
6.2	Situação de Fornecedores e Subcontratados no PROGRAMA	47
7.	Outras Regras para o PROGRAMA ABVTEX	51
7.1	Recursos para Fornecedores e Subcontratados	51
7.2	Certificado de Aprovação	52
7.3	Validade da Auditoria	52
7.4	Selo do PROGRAMA ABVTEX	53
7.5	Penalizações	54
8.	Exigências aplicáveis aos Organismos de Auditoria e auditores	58
8.1	Credenciamento dos Organismos de Auditoria	58
8.2	Credenciamento dos auditores	60
8.3	Sistema de Gestão do Organismo de Auditoria para o PROGRAMA ABVTEX	62
8.3.1	Manual do Sistema de Gestão de auditorias do PROGRAMA ABVTEX	62

8.3.2	Treinamento, qualificação e desenvolvimento dos auditores.....	63
8.3.3	Gestão da imparcialidade	63
8.3.4	Processo de planejamento da auditoria.....	64
8.3.5	Revisão dos relatórios de auditoria.....	64
8.3.6	Revisão Interna e Melhoria Contínua.....	64
8.3.7	Comunicação.....	65
8.4	Monitoramento do Organismo de Auditoria pela ABVTEX	65
9.	Anexos ao Regulamento	68
	Anexo 1: Glossário de Termos	68
	Anexo 2: Setores incluídos no PROGRAMA ABVTEX.....	71
	Anexo 3: Termo de participação de Fornecedor ou Subcontratado.....	72
	Anexo 4: Termo de Compromisso de Monitoramento da Cadeia de Fornecimento.....	74
	Anexo 5: Normas para o Uso do Selo do PROGRAMA ABVTEX	76
	Anexo 6: Procedimento para Defesa de Fornecedor ou Subcontratado.....	79
	Anexo 7: Procedimento de Credenciamento de Auditores.....	82
	Anexo 8: Procedimento de Credenciamento de Organismo de Auditoria.....	85
	Anexo 9: Política de Credenciamento de Organismo Supervisor.....	90
	Anexo 10: Regimento Interno do Conselho Consultivo.....	92
	Anexo 11: Regimento Interno Comitê de Arbitragem	94
	Anexo 12: Regimento Interno Comitê Gestor	97
	Anexo 13: Checklist aplicável ao Fornecedor ou Subcontratado - Versão 6.0	100

1 Prefácio

O PROGRAMA ABVTEX é um esforço setorial liderado pela Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX), que representa as principais redes varejistas de moda, incluindo vestuário, calçados, acessórios e artigos têxteis para o lar (cama, mesa, banho e decoração). O objetivo principal é promover as melhores práticas comerciais com responsabilidade socioambiental em toda a cadeia de valor da moda. Lançado em 2010, representa uma ferramenta bem-sucedida para apoiar o combate ao trabalho análogo ao escravo e o trabalho infantil na cadeia de fornecimento das varejistas signatárias. Em linhas gerais, trata-se de um programa abrangente de *compliance* em prol do desenvolvimento do setor e um marco no monitoramento da cadeia produtiva do setor.

As varejistas de moda signatárias do PROGRAMA ABVTEX entendem que um trabalho colaborativo e conjunto entre os atores do setor é a maneira mais eficaz de avançar nos temas abordados pelo PROGRAMA, visto que uma ação institucional setorial tem maior potencial para provocar mudanças de alto impacto em benefício da cadeia de valor da moda. De forma assertiva, sistematizada, coordenada e organizada, o PROGRAMA estabelece diretrizes para a adoção de ações de responsabilidade socioambiental na cadeia de fornecimento do setor de moda.

Trata-se de uma iniciativa que resulta da preocupação das varejistas de moda signatárias e dos consumidores com a transparência da origem de fabricação do produto que comercializam e consomem, respectivamente. O PROGRAMA criou um ambiente de governança na cadeia de valor da moda, aprimorando as relações de trabalho, assegurando melhores condições de saúde e segurança aos trabalhadores, bem como o cumprimento das regulações ambientais. Busca tratar estes desafios por meio da realização de auditorias com organismos independentes na cadeia de fornecedores e seus subcontratados/terceirizados. Desta forma, o fornecedor que alcance um grau satisfatório de atendimento dos requisitos mínimos determinados pelo PROGRAMA, especialmente no que tange à não precarização das formas de trabalho, está apto a fornecer para qualquer uma das redes varejistas signatárias.

No princípio, o PROGRAMA ABVTEX foi direcionado apenas aos fornecedores e seus subcontratados ligados à cadeia de fornecimento das varejistas signatárias. Porém, como um processo natural de evolução e a característica de ser um projeto inclusivo, empresas que não componham a cadeia de fornecimento das varejistas signatárias podem aderir ao PROGRAMA, identificando e adotando boas práticas como forma de aprimorar sua responsabilidade socioambiental, ampliando suas oportunidades de negócios no setor.

O PROGRAMA contempla a realização de auditoria independente e imparcial com o objetivo de verificar a aderência dos fornecedores e seus subcontratados aos critérios e requisitos estabelecidos nos seguintes aspectos: formalização da empresa; trabalho infantil; trabalho forçado ou análogo ao escravo; trabalho com estrangeiros em situação irregular; existência de crianças no ambiente de trabalho; moradia; liberdade de associação; existência de discriminação, abuso ou assédio e demais formas de violência no âmbito do trabalho; saúde e segurança do trabalho; prevenção e combate a incêndio; monitoramento e documentação; compensação; horas trabalhadas; monitoramento da cadeia de fornecimento; validação da lista de subcontratados e subcontratação de serviços, além de questões relacionadas à área ambiental. O PROGRAMA ABVTEX disponibiliza uma plataforma tecnológica por meio do Portal da ABVTEX onde constam informações sobre o PROGRAMA ABVTEX (www.abvtex.org.br/sobre-o-programa).

2. Características Gerais

2.1 Objetivos e Benefícios

São objetivos do PROGRAMA ABVTEX:

- Assegurar condições de trabalho dignas na cadeia de fornecimento do varejo de moda, combatendo o trabalho análogo ao escravo, infantil e a utilização de imigrantes em condição irregular;
- Assegurar a observância da legislação ambiental pertinente à cadeia produtiva do varejo de moda;
- Promover as melhores práticas no setor do varejo de moda representado pela ABVTEX, por meio do engajamento evolutivo dos participantes do PROGRAMA e da melhoria contínua dos processos;
- Prover um protocolo de requisitos padronizados, em uma plataforma sistêmica, com processos unificados de auditorias periódicas que permitam às varejistas signatárias gerir e acompanhar o desenvolvimento sustentável dos fornecedores e seus subcontratados quanto ao cumprimento de aspectos ligados à responsabilidade socioambiental, especialmente às relações de trabalho;
- Estabelecer os princípios e critérios para a condução das auditorias em fornecedores e seus subcontratados da cadeia de fornecimento das varejistas signatárias do PROGRAMA nos segmentos de vestuário, calçados, acessórios e artigos têxteis para o lar.

Uma vez atendidos estes objetivos, o PROGRAMA ABVTEX prevê benefícios e a sustentabilidade de todos os elos da cadeia de valor da moda:

- **ABVTEX:** oferecer um sistema de gestão organizado e estruturado de auditorias socioambientais, que agregue valor às varejistas signatárias e empresas fornecedoras ligadas aos segmentos abrangidos pelo PROGRAMA, e viabilize a sustentabilidade da cadeia de valor da moda nacional;
- **Varejistas Signatárias:** adotar as melhores práticas de gestão, *compliance* e responsabilidade socioambiental na sua cadeia de fornecimento, promovendo a eliminação de qualquer forma de trabalho irregular, análogo ao escravo e infantil, além de propiciar condições de trabalho decentes a todos os envolvidos na produção e o respeito ao meio ambiente;
- **Fornecedores:** adotar as boas práticas de gestão de sua rede de subcontratados, de responsabilidade socioambiental na empresa e nas suas relações comerciais, melhorar o ambiente interno, reduzir absenteísmo e rotatividade de mão de obra, fomentar melhores condições de trabalho e de segurança para os seus empregados, ampliar ações de respeito ao meio ambiente e ampliar oportunidades comerciais com varejistas signatárias do PROGRAMA ABVTEX.
- **Subcontratados:** adotar práticas de responsabilidade socioambiental na empresa e nas suas relações comerciais, melhorar o ambiente interno, reduzir absenteísmo e rotatividade de mão de obra, adotar melhores condições de segurança do trabalho para os seus empregados, ampliar ações de respeito ao meio ambiente e aumentar as oportunidades comerciais com fornecedores das varejistas signatárias do PROGRAMA ABVTEX.

2.2 Responsabilidades

Todos os agentes envolvidos no PROGRAMA ABVTEX estão sujeitos ao [Código de Conduta do PROGRAMA](#) que estabelece os valores e princípios que orientam a maneira sustentável de condução dos relacionamentos e práticas intrínsecas ao PROGRAMA. São considerados agentes do PROGRAMA ABVTEX, no âmbito deste **Regulamento Geral**: varejistas signatárias do PROGRAMA; fornecedores e seus subcontratados aprovados; Organismos de Auditoria, organizações que dão suporte à ABVTEX na gestão do PROGRAMA ABVTEX; entidades que participam da governança do PROGRAMA como membros do Conselho Consultivo e membros do Comitê de Arbitragem.

Além do compromisso de seguir o *Código de Conduta* estabelecido, as responsabilidades de cada uma das partes envolvidas diretamente no PROGRAMA ABVTEX são:

ABVTEX

- Desenvolver e gerenciar as atividades do PROGRAMA ABVTEX;
- Estabelecer as diretrizes técnicas do PROGRAMA e decidir sobre eventuais temas ou situações não previstas, atuando como autoridade máxima na condução do PROGRAMA;
- Avaliar, credenciar e descredenciar os Organismos de Auditoria;
- Promover a divulgação do PROGRAMA ABVTEX em fóruns públicos e ao longo da cadeia de fornecimento do setor de moda;
- Buscar e desenvolver alternativas de investimento de recursos para sua manutenção e aperfeiçoamento contínuo;
- Gerenciar e desenvolver processos que garantam a qualidade assegurada do PROGRAMA ABVTEX, pela realização de **Auditorias de Observação**, nos termos indicados por este **Regulamento Geral** e descritos nos Procedimentos para as **Auditorias de Observação**.

Varejistas Signatárias

- Cumprir fielmente os compromissos assumidos no Contrato de Filiação, no Termo de Compromisso de monitoramento da cadeia de fornecimento, além do disposto neste **Regulamento Geral**;
- Comunicar formalmente seus fornecedores sobre sua participação e compromisso com o PROGRAMA ABVTEX;
- Apoiar a ABVTEX na condução do PROGRAMA ABVTEX e dar seguimento às diretrizes estabelecidas;
- Estimular e apoiar seus fornecedores na adesão e adequação ao PROGRAMA ABVTEX;
- Controlar a adesão e adequação dos seus fornecedores ao PROGRAMA ABVTEX;
- Negociar e, quando necessário, incentivar as devidas alterações nos contratos vigentes com fornecedores de modo a não conflitar com as disposições do PROGRAMA ABVTEX, bem como incluir a obrigação de custeio da contratação das auditorias aqui instituídas por seus fornecedores;
- Rescindir contrato com fornecedores que não quiserem se adequar ao PROGRAMA ABVTEX ou que não sejam aprovados nos processos de auditoria conforme prazos estabelecidos neste **Regulamento Geral**;
- Participar das reuniões do Grupo de Trabalho de Fornecedores, do Comitê Gestor e do Conselho Consultivo do PROGRAMA da ABVTEX, além de adotar as medidas acordadas nas mesmas.

Fornecedores

- Aderir ao PROGRAMA ABVTEX;
- Seguir as diretrizes e atender aos critérios e requisitos descritos neste **Regulamento Geral**;
- Solicitar **Auditoria Inicial, Auditoria Follow Up e Auditoria de Renovação**;
- Solicitar as auditorias com a antecedência necessária para a manutenção de seu *status* no PROGRAMA, observando o vencimento da validade, tendo como base a data de aniversário da **Auditoria Inicial**;
- Comunicar formalmente seus subcontratados sobre o PROGRAMA ABVTEX;

- Estimular e apoiar a adesão e adequação de seus subcontratados ao PROGRAMA ABVTEX dentro dos prazos estabelecidos;
- Aportar recursos necessários para adequação da sua empresa aos requisitos exigidos pela legislação vigente e estabelecidos no PROGRAMA ABVTEX;
- Aportar recursos para a contratação das auditorias previstas no PROGRAMA ABVTEX;
- Informar corretamente e manter atualizada, no Sistema do PROGRAMA, sua lista de subcontratados;
- Manter relações comerciais, quando fornecendo para as varejistas signatárias, somente com subcontratados também aprovados pelo PROGRAMA ABVTEX. Porém, visando promover a responsabilidade social na cadeia da moda, independentemente da relação de fornecimento e seus processos produtivos para outras varejistas não signatárias do PROGRAMA, a empresa deve ter uma atuação dentro das condições estabelecidas no *Código de Conduta do PROGRAMA ABVTEX* (disponível em www.abvtex.org.br/codigo-de-conduta);
- Informar imediatamente ao Organismo de Auditoria e atualizar no Sistema do PROGRAMA quando houver alteração de seu endereço, ou quando houver ampliação da unidade fabril pela anexação de outro prédio contíguo em outro endereço ou ainda anexação de sala, espaço, outro andar ou armazém no mesmo endereço (inexistente na data da última auditoria), para a realização de nova auditoria;
- Informar ao Organismo de Auditoria a existência de outros CNPJs no mesmo endereço da empresa auditada. Neste caso, todas as empresas do mesmo segmento devem ser auditadas pelo Organismo de Auditoria. A omissão de qualquer outro CNPJ no mesmo endereço estará sujeita à penalidade de acordo com o PROGRAMA ABVTEX.

Subcontratados

- Aderir ao PROGRAMA ABVTEX;
- Seguir as diretrizes e atender aos critérios e requisitos descritos neste **Regulamento Geral**;
- Garantir que não haja quarteirização do processo produtivo na relação de fornecimento para as varejistas signatárias. Porém, visando promover a responsabilidade social na cadeia da moda, independentemente da relação de fornecimento e seus processos produtivos para outras varejistas não signatárias do PROGRAMA, a empresa deve ter uma atuação dentro das condições estabelecidas no *Código de Conduta do PROGRAMA ABVTEX*;
- Solicitar **Auditoria Inicial, Auditoria Follow Up e Auditoria de Renovação**;
- Solicitar as auditorias com a antecedência necessária para a manutenção de sua aprovação no PROGRAMA ABVTEX, observando o vencimento da validade de suas auditorias, tendo como base a data de aniversário da **Auditoria Inicial**;
- Aportar recursos para adequação da sua empresa aos requisitos da legislação vigente e exigidos pelo PROGRAMA ABVTEX;
- Aportar recursos necessários para a contratação das auditorias previstas no PROGRAMA ABVTEX (exceto nos casos em que o fornecedor optar por assumir os custos de auditoria de seus subcontratados);
- Informar imediatamente ao Organismo de Auditoria e atualizar o Sistema do PROGRAMA quando houver alteração de seu endereço, ou quando houver ampliação da unidade fabril pela anexação de outro prédio contíguo em outro endereço ou ainda anexação de sala, espaço, outro andar ou armazém no mesmo endereço (inexistente na data da última auditoria), para a realização de nova auditoria.
- Informar ao Organismo de Auditoria a existência de outros CNPJs no mesmo endereço da empresa auditada. Neste caso, todas as empresas do mesmo segmento devem ser auditadas pelo Organismo de Auditoria. A omissão de qualquer outro CNPJ no mesmo endereço estará sujeita à penalidade de acordo com o PROGRAMA ABVTEX.

Organismos de Auditoria

- Observar as regras e princípios estabelecidos neste **Regulamento Geral**, seus anexos e as regras contidas no *Manual de Auditoria* relativos ao PROGRAMA ABVTEX, disponíveis no Portal da ABVTEX em www.abvtex.org.br/sobre-o-programa;

- Garantir que as auditorias do PROGRAMA ABVTEX sejam gerenciadas, planejadas e conduzidas de maneira eficaz, de acordo com este **Regulamento Geral** e com o *Manual de Auditoria*;
- Garantir que todos os auditores credenciados junto à ABVTEX sejam eficazes na realização de auditorias do PROGRAMA, seguindo as respectivas exigências técnicas, conhecendo todos os requisitos normativos aplicáveis, oferecendo um comportamento profissional e conduzindo serviços com qualidade na verificação, conclusões e elaboração de relatórios.
- Manter atualizado o cadastro de todos os auditores atuantes no PROGRAMA ABVTEX nos mecanismos de gestão da entidade (novos auditores somente poderão atuar após cadastro prévio e credenciamento junto à ABVTEX);
- Firmar contratos com todos os auditores credenciados ao PROGRAMA segundo as regras do Procedimento de Credenciamento de Auditores (**Anexo 7**), atuantes no PROGRAMA ABVTEX, bem como firmar acordo de confidencialidade;
- Capacitar os auditores pelo programa de treinamento de auditores da ABVTEX;
- Manter um programa contínuo de avaliação e desenvolvimento interno quanto ao desempenho de todos os seus auditores que atuam no PROGRAMA ABVTEX;
- Apenas designar para atuar no PROGRAMA ABVTEX a equipe (auditores, revisores e outros) cujas qualificações atendam as definições deste **Regulamento Geral** e seus anexos;
- Encaminhar para a ABVTEX a documentação referente à avaliação dos auditores, conforme critérios estabelecidos por este **Regulamento Geral**;
- Redigir e firmar contrato com o fornecedor e/ou subcontratado que solicitou a auditoria;
- Manter completo sigilo sobre as informações de fornecedores e/ou subcontratados apuradas durante as respectivas auditorias;
- Orçar as atividades de auditoria a serem realizadas com base nos valores referenciais acordados com a ABVTEX, disponíveis no Portal da ABVTEX em www.abvtex.org.br/como-iniciar-o-programa;
- Realizar as **Auditoria Inicial** e **Auditoria de Renovação** dentro de um período máximo de 30 (trinta) dias depois de recebida a solicitação e realizado o acerto comercial junto ao fornecedor e/ou subcontratado, e tendo o fornecedor e/ou subcontratado solicitado o vínculo com o Organismo de Auditoria, o que ocorrer por último entre estas duas situações;
- Cumprir a regra de que as datas da realização de todas as auditorias nunca podem ser previamente informadas à empresa a ser auditada, salvo **Auditoria Inicial**, conforme descrito no capítulo 3.1 deste **Regulamento Geral**;
- Para as auditorias semi anunciadas, os **Organismos de Auditoria devem informar uma janela de 30 dias para a realização da auditoria**, nem superior, nem inferior a esse prazo;
- Realizar as auditorias conforme regras explicitadas neste **Regulamento Geral** e seus anexos, adotando o [Checklist](#) definido pelo PROGRAMA ABVTEX;
- Respeitar os tempos de duração dimensionados para a realização das auditorias conforme previsto neste **Regulamento Geral**;
- Preparar o relatório final de auditoria e inseri-lo no Sistema do PROGRAMA em até 10 (dez) dias úteis a partir da data de início da auditoria, respeitando os prazos máximos de realização da auditoria;
- Registrar todo o processo, documentação e o resultado das auditorias no Sistema do PROGRAMA;
- Participar das reuniões técnicas da ABVTEX relativas ao PROGRAMA e adotar as medidas acordadas;
- Responder no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a solicitação de proposta comercial de fornecedor e/ou subcontratado à realização de auditoria;
- Possuir um Código de Conduta interno compatível com o [Código de Conduta do PROGRAMA ABVTEX](#) e que seja de conhecimento dos seus auditores;
- Responder pelos custos das **Auditorias de Observação** e, quando houver responsabilidades identificadas, pelos custos das **Auditorias de Verificação**, incluindo as respectivas despesas;
- Informar previamente à empresa auditada (fornecedor e/ou subcontratado) os custos de viagens, diárias e refeições;

- Não utilizar o nome, a marca, imagens ou quaisquer outros materiais de identificação da ABVTEX ou do PROGRAMA ABVTEX, sem o consentimento prévio da entidade;
- Não utilizar ou reproduzir a estrutura, o formato ou os dados do PROGRAMA ABVTEX, exceto no exercício de suas funções enquanto Organismo de Auditoria credenciado e que estão previstas em contrato ou neste **Regulamento Geral**.

2.3 **Abrangência**

O PROGRAMA ABVTEX é aplicável a todos os fornecedores (matriz e filiais) e seus subcontratados (inclusive aqueles que manuseiam mercadorias importadas) que já fazem parte da cadeia de fornecimento das varejistas signatárias do PROGRAMA ou dos que desejam nela ingressar submetendo-se às auditorias. As empresas auditadas podem se classificar na categoria 'Ambos' quando forem fornecedor e subcontratado simultaneamente, ficando sujeitas às peculiaridades de cada situação, conforme previsto neste **Regulamento Geral**.

As empresas abrangidas pelo PROGRAMA ABVTEX são aquelas pertencentes aos setores relacionados no **Anexo 2** deste **Regulamento Geral**. Estas empresas são todas as envolvidas no processo produtivo ou ainda em qualquer processo em que exija a circulação, armazenagem, transbordo e/ou qualquer outra atividade em que existam produtos destinados ou provenientes das varejistas signatárias, incluindo processo de descaracterização. Os produtos podem possuir marcas das varejistas signatárias ou possuir marcas próprias dos fornecedores e/ou subcontratados, ou ainda marcas licenciadas de terceiros.

Fica também a cargo das varejistas signatárias solicitar, se assim o desejarem, a certificação de empresas pertencentes aos setores já relacionados, que indiretamente produzam itens com suas marcas e/ou para suas marcas, tais como: uniformes, suprimentos, desenvolvedores de estampas com logomarcas ou quaisquer outras empresas que a varejista signatária julgar necessárias.

Excepcionalmente, para produtos com marcas próprias de fornecedores ou marcas licenciadas de terceiros, a ABVTEX poderá, a seu exclusivo critério e com aprovação da Estrutura de Governança do PROGRAMA, reconhecer sistemas internos de monitoramento de cadeias produtivas. Nesse caso, este reconhecimento deverá ser formal e público e a relação das empresas reconhecidas deve ser inserida no Sistema do PROGRAMA.

O PROGRAMA ABVTEX ainda não é direcionado a fornecedores e/ou subcontratados de matérias-primas. Porém, a adesão de empresas nestas condições é facultativa, por iniciativa das próprias empresas auditadas ou por solicitação das varejistas signatárias do PROGRAMA.

Também não são abrangidos pelo PROGRAMA ABVTEX, fornecedores e/ou subcontratados que adotem o modelo de negócio de:

- Microempreendedor Individual (MEI).
- Empresas que se utilizem de mão de obra do sistema prisional.
- Empresas ou organizações que se caracterizem como Projetos ou Negócios Sociais.
- Cooperativas de trabalhadores ou microempreendedores.

Tais modalidades de empresas demandam auditorias especializadas, cujos requisitos não são atualmente previstos nos protocolos do PROGRAMA ABVTEX. As varejistas signatárias que possuem fornecedores e/ou subcontratados

nesta condição poderão adotar seus próprios critérios para auditoria destas empresas, decidindo pela utilização ou não de seus serviços, conforme o controle por elas realizado.

2.4 Governança

O PROGRAMA ABVTEX possui uma estrutura de governança responsável pelo desenvolvimento, aprimoramento, regulamentação e gestão do PROGRAMA, com a seguinte constituição e responsabilidades:

Equipe Administrativa da ABVTEX

É composta por funcionários da ABVTEX, responsável pela operacionalização do PROGRAMA ABVTEX, cumprindo suas atividades de acordo com este **Regulamento Geral**, normas e procedimentos estabelecidos.

Grupo de Trabalho (GT Fornecedores)

É composto por um representante técnico de cada rede varejista signatária. Não é um fórum deliberativo, atua como órgão técnico e assessora o Comitê Gestor quanto às informações técnicas necessárias para as deliberações sobre eventuais alterações ao PROGRAMA ABVTEX, possuindo as seguintes atribuições:

- a. Realizar o acompanhamento tático/operacional do PROGRAMA;
- b. Com base nas observações de campo, propor, avaliar e validar tecnicamente mudanças necessárias aos protocolos do PROGRAMA ABVTEX;
- c. Ser o ponto de ligação entre a ABVTEX e os Varejistas Signatários exclusivamente nos assuntos relativos à operacionalização do PROGRAMA ABVTEX em campo.

Comitê Gestor

É composto por um representante de cada uma das varejistas signatárias do PROGRAMA ABVTEX e tem como principal atribuição deliberar quanto a aprovação ou veto relativos a modificações no PROGRAMA ABVTEX, exclusivamente em seus protocolos (*Checklist*, Manual de Auditoria, Regulamento Geral e Código de Conduta). Também avalia a condução do PROGRAMA e pode sugerir ou orientar quanto às ações necessárias à sua coordenação e gerenciamento.

A composição, organização e funcionamento do Comitê Gestor segue o disposto em seu Regimento Interno, parte integrante deste **Regulamento Geral (Anexo 12)**.

Comitê de Arbitragem

Tem a função de julgar administrativamente, no âmbito do PROGRAMA ABVTEX, situações de litígio, recursos ou omissões do **Regulamento Geral**, que venham a ser pleiteados por fornecedores, subcontratados ou outros agentes do PROGRAMA. Cabe a este Comitê averiguar denúncias quanto ao descumprimento do [Código de Conduta](#) e deliberar em casos de apelação e reclamações de fornecedores e subcontratados a respeito dos resultados do processo de auditoria.

O Comitê de Arbitragem está instituído e regido pelo disposto no seu Regimento Interno, que faz parte integrante deste **Regulamento Geral (Anexo 11)**.

Conselho Consultivo

É formado por entidades representativas da sociedade que, por sua vocação e forma de atuação, possam contribuir para o desenvolvimento do PROGRAMA ABVTEX. O funcionamento do Conselho Consultivo está estabelecido por um Regimento Interno, parte integrante deste **Regulamento Geral (Anexo 10)**, ressaltando-se as seguintes ações:

- Analisa o PROGRAMA ABVTEX e seus requisitos, sugerindo ajustes e melhorias, se necessário;
- Dá suporte ao alinhamento de conceitos;
- Monitora os resultados do PROGRAMA ABVTEX e indica caminhos para sua evolução;
- Aproxima a ABVTEX das entidades representativas do governo e dos órgãos não governamentais, o que pode contribuir para melhorias nas condições de trabalho da cadeia de valor da moda;
- Apoia a ABVTEX na divulgação do PROGRAMA perante sua rede de relacionamentos.

Conselho Diretor ABVTEX

Órgão administrativo estatutário da ABVTEX e autoridade máxima na hierarquia de governança do PROGRAMA ABVTEX. Atua como regulador e decisor quando instado pelas demais estruturas de governança do PROGRAMA.

As funções atribuídas ao Conselho Diretor da ABVTEX por este Regulamento poderão ser desempenhadas pela Diretoria Executiva da entidade, cargo estatutário de confiança do Conselho Diretor que, quando instalado, possui as necessárias atribuições para agir no âmbito do PROGRAMA ABVTEX. As funções do Conselho Diretor da ABVTEX sob este Regulamento poderão também ser executadas por um procurador, desde que o instrumento de procuração delimite os poderes outorgados e observe as condições estipuladas no Estatuto da ABVTEX.

2.5 Política de Transparência e divulgação de informações

O PROGRAMA ABVTEX tem como objetivo atender ao interesse das varejistas signatárias e dos consumidores em assegurar a origem lícita da fabricação do produto que comercializam e consomem. O PROGRAMA criou um ambiente de governança na cadeia de valor da moda, assegurando a formalização das empresas, aprimorando as relações de trabalho e melhores condições de saúde e segurança dos trabalhadores. Como consequência, a disseminação e a ampliação das boas práticas na cadeia de valor do segmento de moda já são uma realidade entre as varejistas signatárias do PROGRAMA.

Tendo esses valores como base, o PROGRAMA ABVTEX estabelece como política a divulgação e compartilhamento de informações e boas práticas de forma ampla ou restrita, conforme o caso, independentemente de seu tamanho e posicionamento na cadeia de valor.

A transparência das informações ajuda a trazer luz às questões relevantes e de interesse dos elos da cadeia e ao próprio consumidor. De maneira responsável, a estrutura de governança do PROGRAMA tem a prerrogativa de definir o grau de criticidade das informações e amplitude de sua divulgação, sempre com o objetivo de disseminar boas práticas ao mercado.

O PROGRAMA ABVTEX também observa e adota as melhores práticas em privacidade e proteção de dados pessoais, conforme as diretrizes introduzidas pela nova Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal 13.709/2018), respeitando e incorporando os seus princípios e valores aos princípios da própria ABVTEX.

No cumprimento dos fundamentos de transparência, as informações geradas e/ou obtidas no âmbito do PROGRAMA, estão divididas da seguinte forma:

2.5.1 Informações para divulgação pública irrestrita

As informações, dados e textos classificados neste item são públicos e de interesse geral da sociedade interessada no PROGRAMA, além de totalmente alinhados ao princípio básico de disseminação e promoção de boas práticas, bem como da preservação da privacidade e proteção de dados pessoais. Assim, a ABVTEX divulgará publicamente, de forma irrestrita e dentro do âmbito do PROGRAMA ABVTEX, os seguintes dados:

- ✓ O Regulamento Geral e, por extensão, as políticas e procedimentos relativos ao PROGRAMA ABVTEX na sua íntegra.
- ✓ Quaisquer declarações adicionais de valor que subscreva, através da participação em outras iniciativas setoriais, acordos e convênios com entidades ou iniciativas com múltiplas partes interessadas.
- ✓ Quando relevante, a intenção de colaboração para o desenvolvimento de políticas públicas, bem como os resultados do seu próprio envolvimento e daquele de outras partes interessadas.
- ✓ Quando do engajamento em outras iniciativas setoriais, em quais ações específicas a ABVTEX, através do PROGRAMA, está participando.
- ✓ A lista completa de fornecedores e/ou subcontratados aprovados no PROGRAMA ABVTEX, bem como a sua classificação dentro do PROGRAMA, podendo, a depender da aprovação pelo **Comitê Gestor**, serem divulgados alguns dados profissionais, tais como, mas não limitados a: **(i)** razão social/nome fantasia; **(ii)** CNPJ; **(iii)** endereço; **(iv)** região de atuação (Estado e/ou Município); **(v)** número de colaboradores; **(vi)** níveis de aprovação; e mediante a declaração e consentimento expressos dos fornecedores e/ou subcontratados pela assinatura do Termo de participação de Fornecedor ou Subcontratado (**Anexo 3**);
- ✓ A situação dos varejistas signatários em relação ao cumprimento dos acordos estabelecidos no PROGRAMA ABVTEX, conforme estabelecido no respectivo Regulamento;
- ✓ Quaisquer mecanismos que identifiquem ou promovam as empresas (Varejistas Signatárias, fornecedores e/ou subcontratados, ou outros *stakeholders*) que tenham cumprido de forma significativa as boas práticas preconizadas pelo PROGRAMA ABVTEX e estabelecidas neste Regulamento;
- ✓ Relatório anual consolidado do PROGRAMA ABVTEX com o resumo das informações, evolução, desafios, iniciativas e qualquer outro aspecto relevante para divulgação. Esta publicação deve ser apresentada de maneira precisa, atual, clara, em linguagem simples e amigável.
- ✓ Outras informações e/ou documentos de interesse geral (sociedade e demais *stakeholders*) sobre o PROGRAMA, que permitam disseminação e promoção de boas práticas, sempre preservando os princípios e direitos a privacidade e proteção de dados pessoais.

2.5.2 Informações para divulgação restrita aos participantes do PROGRAMA ABVTEX

As informações, dados e textos classificados nesta categoria serão compartilhados apenas com as empresas varejistas, fornecedores, subcontratados e Organismos de Auditoria participantes do PROGRAMA ABVTEX, além

dos integrantes da própria ABVTEX, como entidade. A definição de quais ferramentas e dados estarão restritos aos participantes é atribuição da estrutura de governança do PROGRAMA.

Desta forma, a ABVTEX, no âmbito do PROGRAMA, deve disponibilizar ferramentas para a obtenção do seguinte:

- Acesso às funcionalidades da plataforma ABVTEX, com restrições previamente estabelecidas, com controle de acesso e senhas individuais. Além das informações referentes às ações de partes envolvidas entre si, incluindo fornecedores/subcontratados, varejistas ou ainda Organismos de Auditoria, dentro do [Sistema do PROGRAMA ABVTEX](#);
- Resultado detalhado dos relatórios das auditorias dos fornecedores e/ou subcontratados avaliados;
- Os planos de medida corretiva estabelecidos, no âmbito do PROGRAMA ABVTEX, para os fornecedores e subcontratados avaliados;
- Informações que promovam oportunidades de relacionamento comercial entre os Agentes do PROGRAMA: Fornecedores, Subcontratados, Varejistas Signatárias e Organismos de Auditoria.

2.5.3 Informações dirigidas

Determinadas situações que afetem os Direitos Humanos dos trabalhadores, identificadas durante o processo formal de auditoria no PROGRAMA ABVTEX, poderão ser levadas a conhecimento das autoridades e dos órgãos públicos de fiscalização, a critério da estrutura de governança do PROGRAMA, para as devidas providências.

Nestas situações, todo e qualquer dado pessoal que venha a corroborar ou dar suporte às informações levadas ao conhecimento das autoridades e órgãos públicos, serão feitos com base nos limites das regras e da legislação aplicável, preservando-se, sempre que possível, os direitos à privacidade, intimidade, sigilo e confidencialidade dos dados pessoais e seus titulares.

2.5.4 Hipóteses de não divulgação

Sempre no sentido de priorizar a diretriz da promoção de boas práticas ou de evitar a divulgação de eventuais problemas que não envolvam riscos potenciais para os interessados ou empregados afetados (inclusive decorrentes da divulgação de informações pessoais), no âmbito do PROGRAMA ABVTEX, a entidade não dará publicidade geral, embora possa disseminar de forma restrita entre as varejistas signatárias:

- ✓ A relação, lista ou nomes de fornecedores e/ou subcontratados que, eventualmente, deixem de participar do PROGRAMA ABVTEX de forma voluntária ou por não renovação das auditorias;
- ✓ A relação, lista ou nomes de fornecedores e/ou subcontratados que não estejam aprovados nas auditorias do PROGRAMA ABVTEX, pelo não cumprimento do PROGRAMA, excluídas as situações descritas no **Item 3** deste capítulo;
- ✓ A relação, lista ou nomes de varejistas signatárias que estejam suspensas ou excluídas do PROGRAMA, ou que dele tenham saído voluntariamente;
- ✓ Questões apuradas em auditoria sobre Direitos Trabalhistas, devendo as empresas, nestes casos, comunicarem-se diretamente com seus trabalhadores e sindicatos para discutir as providências cabíveis, quando julgarem relevante;
- ✓ Informações que representem riscos para as partes interessadas afetadas, quanto a aspectos pessoais ou de confidencialidade comercial.

2.6 Atualização/Modificação dos Protocolos do PROGRAMA ABVTEX

Este **Regulamento Geral**, em conjunto com o [Checklist](#) para auditoria, [Manual de Auditoria](#) e [Código de Conduta do PROGRAMA](#) constituem os *Protocolos do PROGRAMA ABVTEX*. Estes *Protocolos* podem ser modificados/atualizados por duas formas distintas, a saber: Atualização Eventual ou Atualização Regular.

Estas mudanças, entre outros motivos, podem ser realizadas por necessidades externas ou ainda por sugestões dos diversos *stakeholders* envolvidos com o PROGRAMA. O envio dessas sugestões é livre e pode ser realizado a qualquer tempo, por meio dos canais formais estabelecidos pela ABVTEX para esta finalidade.

2.6.1 Atualização Eventual

Nesse caso, as atualizações previstas no PROGRAMA não geram modificações estruturais. Estas atualizações podem ser realizadas a qualquer tempo, sem necessidade de processo formal e destinam-se a:

- ✓ Mudanças na legislação que alterem alguns pontos do PROGRAMA, sem mudança estrutural;
- ✓ Atualizações quanto a regras já estabelecidas, para melhor entendimento ou para cobrir eventuais lacunas ou omissões;
- ✓ Inclusão de alguma informação necessária ao esclarecimento de dúvidas aos textos existentes;
- ✓ Correções no texto, para dar sentido mais claro às regras estabelecidas;
- ✓ Atualização de anexos;
- ✓ Qualquer ajuste que não redefina os princípios estabelecidos no **Regulamento Geral** em vigor.

Esta forma de atualização não deve caracterizar uma nova versão do **Regulamento Geral**, *Checklist* ou *Manual*, mas uma atualização da versão em vigor.

Uma Alteração Eventual deve ser avaliada pela Equipe Administrativa da ABVTEX e validada pelo Comitê Gestor do PROGRAMA.

2.6.2 Atualização Regular

Aplicada aos casos em que haverá mudança estrutural no PROGRAMA, tais como:

- ✓ Atualização de legislação, mudanças nas políticas governamentais e normas regulamentadoras que tenham grande impacto nos critérios adotados pelo PROGRAMA;
- ✓ Alterações estruturais como: mudanças significativas no *Checklist* ou Critérios de Avaliação das empresas aprovadas;
- ✓ Inclusão de novos capítulos, exclusão ou alteração de capítulos inteiros do **Regulamento Geral**, desde que modifiquem as regras do PROGRAMA;
- ✓ Adoção de novas regras não contempladas anteriormente pelo **Regulamento Geral** em vigor.

Esta atualização deve sempre caracterizar uma nova versão dos *Protocolos* e pressupõe a realização de consultas apresentadas de forma pública, limitada aos participantes diretamente interessados no PROGRAMA.

O prazo para uma Atualização Regular não pode ser inferior a 1 (um) ano a partir da data de publicação da última versão do **Regulamento Geral**.

A Atualização Regular deve ser realizada obedecendo as seguintes etapas:

- a. Consolidação de minuta com as mudanças propostas;
- b. Divulgação pública da minuta para conhecimento dos *stakeholders* do PROGRAMA, identificando as mudanças previstas;
- c. Apresentação de sugestões à nova versão, pelos *stakeholders* do PROGRAMA;
- d. Avaliação das sugestões recebidas e consolidação final dos documentos, publicação e indicação dos prazos para implementação.

A Atualização Regular deve ser conduzida e coordenada pela Equipe Administrativa da ABVTEX, validada pelo GT Fornecedores e aprovada pelo Comitê Gestor do PROGRAMA.

2.7 Adesão dos Fornecedores e seus Subcontratados ao PROGRAMA ABVTEX

Apesar de estabelecer padrões para monitoramento da cadeia de fornecimento das varejistas signatárias como um todo, os fornecedores e seus subcontratados devem aderir ao PROGRAMA ABVTEX de forma individual. Ou seja, cada empresa deve formalizar sua adesão de forma independente.

Para efetivar esta adesão, o fornecedor e seus subcontratados devem:

- ✓ Fazer *download* do Termo de Participação no PROGRAMA, apresentado no **Anexo 3** deste **Regulamento Geral**, disponível no Portal da ABVTEX em www.abvtex.org.br/sobre-o-programa;
- ✓ Preencher e assinar o documento (pelo responsável legal da empresa, com firma reconhecida ou usar Certificados Digitais de Pessoa Jurídica emitidos por entidades certificadoras credenciadas);
- ✓ Inserir o Termo de Participação assinado e a imagem do Cartão do CNPJ no [Sistema do PROGRAMA](#).

Após a inserção dos documentos no [Sistema do PROGRAMA](#) e avaliação da ABVTEX, a empresa recebe um login e senha para acesso ao [Sistema do PROGRAMA](#) e, desta forma, poderá solicitar sua **Auditoria Inicial**.

A decisão sobre qual Organismo de Auditoria contratar é livre, desde que a escolha seja feita dentre as opções de organismos credenciados (lista disponível no Portal da ABVTEX em www.abvtex.org.br/organismos-de-auditoria). Faz parte do processo de escolha analisar o prazo de atendimento dado pelo organismo, assim como os custos apresentados (os valores referenciais estão disponíveis no Portal da ABVTEX em www.abvtex.org.br/como-iniciar-o-programa). Não há exigência de que o subcontratado contrate o mesmo Organismo de Auditoria do fornecedor a quem está ligado.

2.8 Adesão dos Varejistas ao PROGRAMA ABVTEX

As empresas varejistas que não participam do PROGRAMA ABVTEX podem aderir desde que assumam os compromissos do PROGRAMA, devendo:

- ✓ Estabelecer contato prévio com a Diretoria Executiva da entidade apresentando seu interesse em participar do PROGRAMA e enviando e-mail para o endereço abvtex@abvtex.org.br;
- ✓ Filiar-se à entidade e firmar compromisso expresso com os objetivos do PROGRAMA, conforme descrito neste **Regulamento Geral**.

2.9 Situação dos Varejistas perante o PROGRAMA ABVTEX, compromissos e prazos para adequação da Cadeia de Fornecimento

O PROGRAMA ABVTEX é uma iniciativa das redes varejistas de moda associadas à ABVTEX para promoção de boas práticas e desenvolvimento sustentável de suas cadeias de fornecimento. As varejistas signatárias do PROGRAMA possuem uma série de compromissos a serem observados, previstos no Contrato de Filiação firmado pelo varejista quando de sua filiação à entidade e no Termo de Compromisso (**Anexo 4** deste **Regulamento Geral**).

2.9.1 Termo de Compromisso

O Termo de Compromisso (**Anexo 4** deste **Regulamento Geral**) é um documento que ratifica os compromissos assumidos no Contrato de Filiação, relativos à obrigação, pelo varejista signatário, de somente utilizar em sua cadeia de fornecimento empresas que se encontrem em situação regular no PROGRAMA ABVTEX, isto é, aprovadas em auditoria. Deve ser firmado em até 90 (noventa) dias da data de assinatura do Contrato de Filiação e renovado anualmente.

Dessa forma, a varejista signatária, por meio de Termo de Compromisso, indica periodicamente em qual situação está enquadrada:

- ✓ Se possui 100% de seus fornecedores (e respectivos subcontratados) aprovados nas auditorias do PROGRAMA ABVTEX; ou
- ✓ Se está em processo de regularização de seus fornecedores (e respectivos subcontratados).

A data de assinatura do Termo de Compromisso marca a efetiva entrada do novo varejista ao PROGRAMA ABVTEX e mostra a situação de sua cadeia de fornecimento perante o PROGRAMA no momento de sua assinatura e estipulará, se for o caso, o prazo para adequação e aprovação da totalidade de sua cadeia produtiva. Deverá conter informação para cada uma das bandeiras (marcas de loja) que o grupo possuir, se for o caso. Assim, e a título de exemplo, um grupo que possua duas bandeiras de loja diferentes deve assinar um termo de compromisso junto à ABVTEX, informando a situação da cadeia de fornecimento de cada uma das bandeiras e os planos de adequação da cadeia.

A partir da assinatura do Termo de Compromisso, as marcas associadas ao varejista passam a compor o material de divulgação do PROGRAMA ABVTEX e o varejista poderá divulgar a sua adesão.

2.9.2 Situação e Classificação dos Varejistas Associados

Mesmo sendo um PROGRAMA já consolidado quanto ao monitoramento da cadeia de fornecimento do varejo de vestuários, calçados, acessórios e artigos têxteis para o lar (cama, mesa, banho e decoração), o PROGRAMA ABVTEX é dinâmico quanto à adesão de novos varejistas, desde que filiados à ABVTEX, e à inclusão de novas

categorias de produtos. Desta forma, pode ocorrer de um varejista não possuir sua cadeia 100% monitorada, por não ter decorrido o tempo necessário para adequação de sua cadeia, ou ainda quando forem introduzidas novas categorias de produtos, para os quais os varejistas necessitem de prazo para a nova adequação às regras do PROGRAMA ABVTEX.

Com o objetivo de dar transparência às ações das empresas varejistas participantes, o PROGRAMA ABVTEX estabelece uma classificação com base na informação do Termo de Compromisso quanto à adequação da cadeia de fornecimento de cada varejista signatária do PROGRAMA:

2.9.2.1 Varejista Pleno

São os varejistas Associados que possuem 100% de sua cadeia de fornecimento (relativa aos segmentos inseridos no PROGRAMA - Anexo 2), aprovada em acordo com as regras estabelecidas pelo PROGRAMA ABVTEX.

2.9.2.2 Varejista em Desenvolvimento

Trata-se de uma classificação transitória e os Varejistas incluídos nesta condição possuem um compromisso junto à ABVTEX para regularizar toda a sua cadeia de fornecimento. Esse compromisso sempre estará estabelecido pelo Termo de Compromisso assumido pelo Varejista

Varejistas que já estiveram classificados como Pleno, podem ter sua situação revista para “Em Desenvolvimento” devido a alguma situação na qual deixaram de cumprir alguma das regras estabelecidas pelo PROGRAMA. Neste caso, a situação do Varejista é revista pela Equipe Administrativa ABVTEX, dentro dos critérios de excepcionalidade previstas no item 2.9.3 deste Regulamento Geral.

É importante destacar aqui que o fato de um Varejista estar classificado como “Em Desenvolvimento”, não estende esta classificação aos seus Fornecedores, mesmo aqueles identificados como “Ambos”. A partir de sua inserção no PROGRAMA ABVTEX, os Fornecedores devem seguir estritamente as regras estabelecidas pelo PROGRAMA ABVTEX e por este Regulamento Geral, independentemente do Varejista com o qual esteja vinculado. A mesma regra se estende à cadeia de Subcontratados.

2.9.2.3 Varejista Suspenso

A suspensão de um Varejista no PROGRAMA ABVTEX indica que ele não está seguindo seu Regulamento e que ele deve se readequar, tanto ao Regulamento quanto ao Termo de Compromisso.

É importante destacar aqui que, o fato de um Varejista estar classificado como “Suspenso”, essa classificação não se estende à sua cadeia produtiva, que, como dito anteriormente, te suas próprias regras a serem seguidas.

2.9.2.4 Varejista Excluído

Varejista excluído da ABVTEX, conforme regra estatutária da entidade.

Tabela 1 – Classificação dos varejistas para o PROGRAMA ABVTEX

Classificação	Condições
Pleno	<ul style="list-style-type: none">• Possui Termo de Compromisso firmado e entregue à ABVTEX, dentro dos prazos estabelecidos e válidos para este documento;• Indica, no Termo de Compromisso, que possui 100% de sua cadeia de fornecimento, dos segmentos incluídos no PROGRAMA (Anexo 2), aprovada e regular no PROGRAMA ABVTEX. Ou seja, todos os seus fornecedores e subcontratados estão com certificados válidos.
Em desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none">• Possui Termo de Compromisso firmado e entregue à ABVTEX, dentro dos prazos estabelecidos e válidos para este documento;• Indica no Termo que não possui 100% de sua cadeia de fornecimento aprovada no PROGRAMA.
	<ul style="list-style-type: none">• Varejista classificado como "Pleno" e foi reclassificado por não ter renovado seu Termo de Compromisso em até 90 (noventa) dias após a data de vencimento para renovação desse compromisso.
	<ul style="list-style-type: none">• Varejista classificado como "Pleno" e foi reclassificado por ter sua situação revista pela Equipe Administrativa ABVTEX, dentro dos critérios de excepcionalidade previstas no item 2.9.3 deste Regulamento Geral.
Suspenso	<ul style="list-style-type: none">• Varejista classificado como "Em Desenvolvimento", para qualquer uma das situações previstas, e foi suspenso por não ter renovado seu Termo de Compromisso em até 90 (noventa) dias após o vencimento para sua renovação.
	<ul style="list-style-type: none">• Varejista classificado como "Pleno" e foi suspenso por não ter renovado seu Termo de Compromisso em até 1(um) ano após o vencimento para sua renovação.
	<ul style="list-style-type: none">• Varejista classificado como "Em Desenvolvimento" e foi suspenso por não cumprir com as metas de regularização, nos prazos estabelecidos pelo PROGRAMA ou ainda nos prazos negociados com a Equipe Administrativa da ABVTEX.
	<ul style="list-style-type: none">• Varejista suspenso pela Equipe Administrativa ABVTEX, dentro dos critérios de excepcionalidade previstas no item 2.9.3 deste Regulamento Geral.
Excluído	<ul style="list-style-type: none">• Varejista excluído da ABVTEX, conforme regra estatutária da entidade.

2.9.3 Situações Especiais

Para classificar corretamente cada uma das varejistas/bandeiras no PROGRAMA ABVTEX, algumas situações especiais devem ser observadas, conforme abaixo:

- ✓ Novas varejistas signatárias ingressantes têm um prazo de até dois anos (período de carência), a contar da data do Contrato de Filiação, para que a totalidade de sua cadeia de fornecimento obtenha aprovação nas auditorias do PROGRAMA. Durante esse período, sua classificação será "Em Desenvolvimento". Caso a varejista, antes deste período, apresente um Termo de Compromisso em que ateste possuir 100% de sua cadeia de fornecimento aprovada no PROGRAMA, será classificado como "Pleno".
- ✓ As varejistas/bandeiras que estiverem classificadas como 'Suspendo' somente serão reincorporadas ao PROGRAMA quando firmarem um novo Termo de Compromisso atestando que 100% de sua cadeia de fornecimento está aprovada nas auditorias do PROGRAMA. Neste caso, a varejista/bandeira será reincorporada na categoria "Pleno".
- ✓ A Equipe Administrativa ABVTEX, por sua exclusiva competência, poderá colocar uma empresa Varejista Signatária na classificação "Suspendo", em caso de inadimplência do Varejista com o PROGRAMA ABVTEX. Esta ação deve ser comunicada ao Varejista Signatário com 15 (quinze) dias de antecedência à formalização do ato.
- ✓ A Equipe Administrativa ABVTEX, em situações de excepcionalidade, poderá rever a classificação de uma Varejista Signatária. Essa excepcionalidade poderá se dar por questões externas ao PROGRAMA ou em condições especiais associadas ao Varejista. Para qualquer ação neste sentido, a Equipe Administrativa ABVTEX deverá manter documentação quanto a situação em que a ação foi tomada e dar ciência ao Varejista Signatário de sua situação e dos prazos necessários à sua adequação.

2.9.4 Formas de Divulgação

A ABVTEX mantém no endereço www.abvtex.org.br/varejistas-signatarias a relação atualizada de varejistas/bandeiras e sua classificação no PROGRAMA ABVTEX.

3. Tipos de Auditoria Previstos no PROGRAMA ABVTEX

Auditoria é o processo sistemático, documentado e independente para obter evidências em relação aos requisitos solicitados e avaliá-los objetivamente para determinar a extensão na qual determinados critérios são atendidos. No âmbito do PROGRAMA ABVTEX, existem cinco classificações para as auditorias realizadas em Fornecedores e/ou Subcontratados: **Auditoria Inicial**, **Auditoria Follow Up**, **Auditoria de Renovação**, **Auditoria de Verificação** e **Auditoria de Mudança de Endereço**, **Auditoria de Estrutura Física** e **Auditoria Novos Empregados**.

Além dessas, o PROGRAMA prevê uma sexta modalidade classificada como **Auditoria de Preposto**, que, apesar de não estar vinculada a ações diretas do PROGRAMA ABVTEX, pode existir com base nas especificações definidas neste capítulo do **Regulamento Geral** do PROGRAMA.

3.1 Auditoria Inicial

Primeira auditoria a ser realizada no fornecedor e/ou subcontratado, com o intuito da obtenção da aprovação perante o PROGRAMA ABVTEX.

A **Auditoria Inicial** poderá ser realizada para as empresas que optaram pelo Bloco Mínimo, Bloco Básico, ou Bloco Completo, conforme os procedimentos de auditoria e restrições descritos no **Item 4** deste **Regulamento Geral**.

A **Auditoria Inicial** é realizada de forma anunciada para que o empresário possa estar presente a esta primeira auditoria e ter a oportunidade de entender o processo do **PROGRAMA ABVTEX**.

No caso de ser evidenciada qualquer infração inaceitável (com nível de criticidade de **TOLERÂNCIA ZERO** no [Checklist](#)) durante a **Auditoria Inicial** (trabalho infantil, trabalho forçado ou análogo ao escravo, trabalho de estrangeiro irregular, entre outras), o fornecedor e/ou subcontratado ficará com o *status* de reprovado e a empresa não poderá participar de um novo processo de auditoria por 6 (seis) meses, a partir da constatação da infração.

Vale reforçar a informação do Manual de Auditoria do PROGRAMA ABVTEX, Bloco Temático 2.9 - Condições de Trabalho/Salário e Compensação, de que no processo de auditoria serão solicitados "os 12 (doze) últimos holerites (comprovantes de pagamento) dos empregados e verificados 3 (três) comprovantes: o mais recente, o do período de maior produtividade (período de pico) e o do menor período de produtividade. Analisar se estão recebendo remuneração de acordo com o Contrato de Trabalho e registro na CTPS (os documentos devem estar atualizados com relação ao valor do salário). Conferir se está sendo recolhido FGTS.

Desta forma, a empresa deve ter ao menos 3 (três) meses de folha de pagamento para apresentação.

Uma vez iniciado o processo de auditoria, a empresa deve realizar a **Auditoria Inicial** e eventual **Auditoria Follow Up** com o mesmo Organismo de Auditoria até a conclusão do processo.

3.2 Auditoria de Renovação

Auditoria a ser realizada em fornecedores e/ou subcontratados para renovar a aprovação obtida anteriormente, antes de expirar o prazo de validade. Essa auditoria deve ser solicitada pelo fornecedor e/ou subcontratado interessado com a antecedência necessária para a renovação da **Auditoria Inicial** e **Auditorias de Renovação** subsequentes, antes do respectivo vencimento. Portanto, a obrigatoriedade de programação da **Auditoria de Renovação** é da própria empresa.

A **Auditoria de Renovação** poderá ser realizada para as empresas que optaram pelo Bloco Mínimo, Bloco Básico, ou Bloco Completo, conforme os procedimentos de auditoria e restrições descritos no **Item 4** deste **Regulamento Geral**.

A **Auditoria de Renovação** é realizada de forma não anunciada.

No caso de ser evidenciada qualquer infração inaceitável (com nível de criticidade de **TOLERÂNCIA ZERO** no [Checklist](#)) durante a **Auditoria de Renovação** (trabalho infantil, trabalho forçado ou análogo ao escravo, trabalho de estrangeiro irregular, entre outras), o fornecedor e/ou subcontratado ficará com o *status* de suspenso e a empresa não poderá participar de um novo processo de auditoria por 6 (seis) meses, a partir da constatação da infração.

Cada empresa aprovada no PROGRAMA ABVTEX poderá realizar a **Auditoria de Renovação** com antecipação de até 4 (quatro) meses do aniversário de sua **Auditoria Inicial**. A cada renovação, a empresa deve fazer um novo vínculo a um Organismo de Auditoria homologado. Este vínculo pode ser com o mesmo Organismo que realizou

sua auditoria anterior ou escolher um novo. No caso de um novo Organismo, a empresa autoriza o acesso a seu histórico de auditorias para este novo Organismo de Auditoria.

3.3 Auditoria Follow Up

A **Auditoria de Follow Up** consiste na realização de uma auditoria reduzida, de forma presencial ou remota, para avaliar alguns requisitos do Checklist do PROGRAMA ABVTEX e deverá ser realizada para as empresas que optaram pelo Bloco Mínimo, Bloco Básico, ou Bloco Completo, conforme os procedimentos de auditoria e restrições descritos no **Item 4** deste **Regulamento Geral**.

Uma **Auditoria Follow Up** é caracterizada exclusivamente como uma revisão das não conformidades apontadas numa **Auditoria Inicial** ou numa **Auditoria de Renovação**. A revisão das não conformidades pode ter como objetivo a reavaliação da situação do fornecedor e/ou subcontratado, tanto para obtenção da aprovação no PROGRAMA ABVTEX, quando a empresa não atinge a condição mínima para sua aprovação, ou quando, mesmo aprovada, quer melhorar sua classificação no PROGRAMA. Neste último caso, será considerado uma **Auditoria Follow Up de Reclassificação**.

Quando da realização de uma **Auditoria Follow Up**, o fornecedor e/ou subcontratado pode alinhar com o Organismo de Auditoria quais não conformidades quer revisar, desde que o conjunto das revisões seja o necessário e suficiente para a revisão de seu *status* no PROGRAMA ABVTEX, assim, não há a necessidade de revisão de todas as não conformidades.

Qualquer **Auditoria Follow Up**, independentemente do seu objetivo, deve ser concluída em, no máximo, 90 (noventa) dias após data de finalização da auditoria que pretende revisar (**Inicial** ou de **Renovação**). Dentro do período de 90 (noventa) dias, poderão ser realizadas tantas **Auditorias Follow Up** quantas forem necessárias.

Em todos os casos, a data de finalização corresponde à data de fechamento do relatório final no [Sistema do PROGRAMA ABVTEX](#), pelo Organismo de Auditoria.

A **Auditoria Follow Up** é realizada de forma não anunciada.

A **Auditoria Follow Up** deve ser realizada pelo mesmo Organismo de Auditoria que concluiu a original (**Inicial** ou de **Renovação**) e pode ser realizada de forma presencial ou remota. Uma **Auditoria Follow Up** poderá ser realizada de forma remota somente nos casos de revalidação exclusivamente documental. Nos casos em que a revalidação dependa de avaliação presencial, tais como situações de nova verificação das instalações ou ainda de necessidade de novas entrevistas com empregados, a **Auditoria Follow Up** deve ser necessariamente presencial.

A forma presencial é o formato padrão para a **Auditoria Follow Up**. Ela deve ser realizada sempre que, pelo menos, um dos requisitos que tenha apresentado não conformidade exija a presença de um auditor para a sua reavaliação. Neste caso, o auditor fará a **Auditoria Follow Up** no mesmo local da auditoria original.

A forma remota é realizada com a postagem de documentos no [Sistema do PROGRAMA ABVTEX](#), para a avaliação do Organismo de Auditoria. Ela pode ser realizada se, e somente se, todos os requisitos a serem reavaliados permitirem esta validação e o conjunto de requisitos nessa condição permitir a revisão do resultado geral da auditoria original (**Inicial** ou de **Renovação**). Caso o conjunto de requisitos a serem avaliados remotamente não

seja suficiente para a revisão do resultado da auditoria original, a **Auditoria Follow Up** remota não deverá ser realizada.

As situações para uma **Auditoria Follow Up** são as seguintes:

- Fornecedor e/ou subcontratado não está aprovado em **Auditoria Inicial** ou **Auditoria de Renovação** e não possui nenhuma não conformidade **TOLERÂNCIA ZERO**. Para essa situação, a empresa pode solicitar a revisão completa ou parcial das não conformidades, na medida do necessário para que obtenha, no mínimo, a classificação necessária para a sua aprovação.
- Fornecedor e/ou subcontratado está aprovado em **Auditoria Inicial** ou **Auditoria de Renovação**, porém não consegue a classificação que deseja, conforme estabelecido no **Item 5** deste **Regulamento Geral**. Também para esse caso a empresa pode solicitar a revisão completa ou parcial, porém as não conformidades a serem revistas são do **Bloco Superior**, desde que obtenha a situação mínima para a classificação que pretenda atingir. Esta situação se aplica somente às empresas que tenham optado Checklist do Bloco Completo.
- Pode existir ainda a situação em que o fornecedor e/ou subcontratado não está aprovado, mas deseja a aprovação. Nesta situação, a **Auditoria Follow Up** também pode ser realizada, desde que a empresa consiga todas as aprovações necessárias.

Em nenhuma hipótese os prazos devem ser cumulativos, ou seja, o fato de um fornecedor e/ou subcontratado conseguir aprovação numa **Auditoria Follow Up**, não acarretará novo prazo de 90 (noventa) dias para uma **Auditoria Follow Up** de classificação da empresa.

3.4 Auditoria de Verificação

A **Auditoria de Verificação** consiste na execução de nova auditoria em fornecedor e/ou subcontratado já auditado e aprovado por um Organismo de Auditoria, com utilização da mesma metodologia e com base no mesmo *Checklist* utilizado nas auditorias regulares do PROGRAMA ABVTEX. O objetivo é confirmar os resultados da auditoria realizada anteriormente e controlar eventuais desvios ou irregularidades.

Por se tratar de um processo de revisão, uma **Auditoria de Verificação** é realizada por um organismo independente do Organismos de Auditoria que realizou a última auditoria no fornecedor ou subcontratado. Ou seja, a Equipe Administrativa ABVTEX indicará outro Organismo de Auditoria exclusivamente para realização desta atividade, que poderá ser o Organismo Supervisor ou outro Organismo de Auditoria homologado para o PROGRAMA.

A **Auditoria de Verificação** é realizada de forma não anunciada e tem caráter de excepcionalidade, ou seja, não há rotina, programação de data ou quantidade de itens a serem verificados no *checklist* previamente determinados para sua realização. Pode ser realizada em qualquer período dentro do PROGRAMA ABVTEX.

As finalidades para realização de uma **Auditoria de Verificação** são:

- a. Validar ou revisar a situação do fornecedor e/ou subcontratado perante o PROGRAMA ABVTEX;
- b. Apresentar eventuais desvios entre a **Auditoria de Verificação** e a auditoria originalmente realizada pelo Organismo de Auditoria;
- c. Apresentar à Equipe Administrativa da ABVTEX um diagnóstico quanto aos motivos para a existência de desvios eventualmente observados;

- d. Identificar, dentro deste diagnóstico, eventuais responsabilidades de agentes do PROGRAMA ABVTEX, de forma individual ou corporativa, nos desvios encontrados em **Auditoria de Verificação**.

Pelo caráter de excepcionalidade, uma **Auditoria de Verificação** deve ser solicitada pelos seguintes meios:

- a. Pelo Comitê de Arbitragem, como instrumento de verificação de processos em andamento ou julgamento, nas situações em que haja insuficiência de evidências documentais apresentadas para definição de sanções ou validação.

Neste caso, o custo da **Auditoria de Verificação** será da ABVTEX que, dependendo do resultado poderá solicitar ressarcimento:

- i. Junto ao Organismo de Auditoria, quando ficar comprovada a culpabilidade da empresa e ficar evidenciada a negligência do Organismo na realização da Auditoria Original.
 - ii. Junto ao denunciante, nos casos de denúncia, quando ficar evidenciada fragilidade da denúncia perante os resultados obtidos na **Auditoria de Verificação**.
- b. Pela Equipe Administrativa ABVTEX por intermédio da solicitação formal de qualquer um dos agentes do PROGRAMA ou por decisão da própria ABVTEX, com criteriosa análise da necessidade de sua realização, desde que:
 - i. Exista denúncia oriunda de **Auditoria de Preposto**, ou ainda dos instrumentos de denúncia da própria ABVTEX, para casos de extrema gravidade, como trabalho análogo escravo, trabalho infantil ou de estrangeiro em situação irregular, em que as evidências documentais apresentadas para definição de sanções sejam insuficientes.

Neste caso, o custo da **Auditoria de Verificação** será da ABVTEX que, dependendo do resultado poderá solicitar ressarcimento junto ao denunciante, quando ficar evidenciada fragilidade da denúncia perante os resultados obtidos na **Auditoria de Verificação**.
 - ii. Quando houver solicitação por qualquer um dos agentes do PROGRAMA, esta deve ser realizada de maneira formal, com argumentos e evidências que possam justificar a ação, além de ser aceita pela ABVTEX.

Neste caso, todos os custos e despesas decorrentes da realização da **Auditoria de Verificação** correrão por conta do solicitante.

As **Auditorias de Verificação** não devem ser realizadas caso a documentação apresentada, tanto em denúncias como em processos de defesa, seja suficiente para a tomada de decisão da entidade em relação à confirmação ou retirada de sanções. Para isso, seguem-se as regras estabelecidas no **Item 7.5 Penalizações**, deste **Regulamento Geral**.

O resultado de uma **Auditoria de Verificação** no Sistema do PROGRAMA ABVTEX é considerado como uma nova auditoria, ou seja, os resultados de uma **Auditoria de Verificação** se sobrepõem aos da auditoria regular avaliada em **Auditoria Inicial** ou **Auditoria de Renovação**. Desta forma:

- a. A **Auditoria de Verificação** passa a fazer parte do histórico de auditorias do fornecedor e/ou subcontratado, desde que a situação da empresa auditada seja alterada;
- b. Quando do registro da **Auditoria de Verificação** no Sistema do PROGRAMA, pelo Organismo Supervisor ou por outro Organismo de Auditoria, tanto a pontuação como o *status* do fornecedor e/ou subcontratado serão atualizados;

- c. Apesar de ser uma nova auditoria, uma **Auditoria de Verificação** não altera o período de vencimento da auditoria regular por ela avaliada. Assim, o fornecedor/subcontratado deve solicitar uma **Auditoria de Renovação** dentro dos prazos regulares estabelecidos, independentemente de ter sido realizada uma **Auditoria de Verificação**.

Todos os procedimentos para a realização de uma **Auditoria Inicial** ou **Auditoria de Renovação** devem ser observados para a realização de uma **Auditoria de Verificação**, ressalvadas as características descritas neste capítulo do **Regulamento Geral**.

3.5 Auditoria de Mudança de Endereço

A **Auditoria de Mudança de Endereço** consiste na realização de uma auditoria nova em empresa já auditada e aprovada. Por ser uma nova auditoria, a empresa terá a opção dos 3 (três) checklists, no ato da solicitação desta modalidade: Bloco Mínimo, Bloco Básico + Mínimo, ou Bloco Completo. Para a realização de uma **Auditoria de Mudança de Endereço**, devem ser observados todos os procedimentos para a realização de uma **Auditoria Inicial** ou **Auditoria de Renovação**, ressalvadas as características descritas neste capítulo do **Regulamento Geral**. A não observância das regras desse item pode acarretar penalidades à empresa auditada, de acordo com o especificado pelo **Item 7.5 Penalizações**, deste **Regulamento Geral**.

A realização de uma **Auditoria de Mudança de Endereço** é obrigatória ao fornecedor e/ou subcontratado sempre que a empresa estiver enquadrada em, ao menos, uma das seguintes situações:

1. A empresa mudar fisicamente e/ou formalmente de endereço, mesmo que próximo ao endereço anterior, desde que mantenha o CNPJ no qual a auditoria que o aprovou foi realizada.
2. A empresa ampliar fisicamente sua unidade fabril pela anexação de outro prédio contíguo, mesmo que tenha mantido o endereço original;
3. A empresa anexar outro espaço em outro andar no mesmo prédio ou ainda armazém no mesmo endereço, desde que estes novos espaços não existiam na data da última auditoria e mesmo que a empresa auditada tenha mantido o endereço original.

A **Auditoria de Mudança de Endereço** é realizada de forma não anunciada e tem caráter de excepcionalidade. O objetivo desse tipo de auditoria é o de verificar se as condições observadas na auditoria anterior foram mantidas e/ou melhoradas para controlar eventuais desvios ou irregularidades.

Ao estar enquadrada em ao menos uma das condições necessárias, citadas anteriormente, a empresa fornecedora e/ou subcontratada deve comunicar imediatamente ao PROGRAMA ABVTEX a sua situação, tendo como data base para este comunicado a data em que a mudança foi concluída. Assim, para permanecer regular perante o PROGRAMA ABVTEX, o fornecedor e/ou subcontratado deve:

1. Comunicar imediatamente a sua nova situação entrando no Sistema do PROGRAMA ABVTEX, atualizando sua informação cadastral: os dados de endereço da empresa. A partir da data desta atualização, passam a contar os prazos regulamentares para a regularização do fornecedor e/ou subcontratado;
2. Contratar uma nova auditoria junto ao Organismo de Auditoria;
3. Obter a aprovação nessa nova auditoria em, no máximo, 90 (noventa) dias a partir da data base;
4. É necessário que se apresente ao menos 1 (uma) folha de pagamento realizada no novo local/endereço na data da auditoria.

Os resultados dessa auditoria passarão a ser a situação atualizada do fornecedor e/ou subcontratado, desta forma:

- a. A **Auditoria de Mudança de Endereço** passa a fazer parte do histórico de auditorias do fornecedor e/ou subcontratado;
- b. Quando da finalização da **Auditoria de Mudança de Endereço**, pelo Organismo de Auditoria, tanto a classificação como o *status* do fornecedor e/ou subcontratado serão atualizados;

A **Auditoria de Mudança de Endereço** altera o período de vencimento do Certificado de Aprovação. Assim, a data de aniversário para renovação passa a ser a data de finalização da **Auditoria de Mudança de Endereço**. O fornecedor e/ou subcontratado deve solicitar uma **Auditoria de Renovação** dentro dos novos prazos estabelecidos.

É permitida **Auditoria Follow Up** para uma **Auditoria de Mudança de Endereço** nas situações em que a empresa fornecedora e/ou subcontratada não é aprovada. Todas as regras previstas para a **Auditoria Follow Up**, incluindo os critérios de avaliação, aprovação e classificação das empresas auditadas devem ser observados.

O fato de haver a possibilidade de uma **Auditoria Follow Up** para uma empresa que passou por uma **Auditoria de Mudança de Endereço**, não prorroga em nenhuma hipótese a condição anterior da empresa. Assim, a empresa ficará com o status da **Auditoria de Mudança de Endereço**, até que a **Auditoria Follow Up** seja concluída ou ainda, que seja realizada uma nova **Auditoria de Renovação**.

3.6 Auditoria de Estrutura Física

A **Auditoria de Estrutura Física** consiste na realização de uma auditoria prévia em um fornecedor e/ou subcontratado pela impossibilidade de realização de uma **Auditoria Inicial** completa, com o objetivo de viabilizar o ingresso de uma empresa recém-instalada no PROGRAMA ABVTEX. Este tipo de auditoria permite a aprovação temporária de um fornecedor e/ou subcontratado no PROGRAMA ABVTEX, durante um período de 90 (noventa) dias, até que a empresa tenha as condições necessárias para complementar a auditoria e caracterizar uma **Auditoria Inicial**. Ela não poderá ser realizada para as empresas que optam pelo **Bloco Mínimo (Selo Cobre)**.

3.6.1 Regras Gerais para realização da Auditoria de Estrutura Física

Para uma **Auditoria de Estrutura Física** devem ser observados todos os procedimentos à realização de uma **Auditoria Inicial** ou **Auditoria de Renovação**, ressalvadas as características descritas neste capítulo do **Regulamento Geral**.

Para estar apto a realizar uma **Auditoria de Estrutura Física**, o fornecedor e/ou subcontratado deve obrigatoriamente cumprir todos os requisitos a seguir:

1. A planta deve ser nova, ou seja, foi instalada formal e fisicamente, no máximo, nos últimos 06 (seis) meses, devendo estar enquadrada em uma das seguintes situações:
 - a. Empresa totalmente nova, com ou sem vínculo societário anterior com empresas já aprovadas no PROGRAMA ABVTEX;
 - b. Filial nova de empresa já aprovada no PROGRAMA ABVTEX, caracterizada por ter prédio novo em endereço diferente de qualquer outro já aprovado pelo PROGRAMA ABVTEX.

2. A planta ainda não possui produção, e pode ou não possuir empregados recém-contratados para a realização da produção prevista;
3. A planta não possui qualquer histórico de existência de empregados, ou empregados recém-contratados com menos de 3 (três) folhas de pagamento já realizadas, o que impossibilita a realização de uma **Auditoria Inicial** completa. Não possui comprovantes das práticas das relações de trabalho, nem possui empregados para serem entrevistados para checagem destas práticas;
4. A empresa possui aval de pelo menos uma das varejistas signatárias para a realização desta auditoria.

A **Auditoria de Estrutura Física** é realizada de forma não anunciada, tem caráter de excepcionalidade e será realizada exclusivamente para avaliação da estrutura e de toda a documentação relativa à formalização e regularização da empresa. Esse tipo de auditoria deve abranger todos os aspectos apresentados no [Checklist do PROGRAMA ABVTEX](#), exceto nos aspectos relacionados à checagem das relações de trabalho. Assim, estão **excluídos** na avaliação da **Auditoria de Estrutura Física**:

- Item 1.8 do Bloco Temático 1 – Formalização e Documentação
- Bloco Temático 2 – Condições de Trabalho – completo;
- Itens 3.4.6, 3.4.11 e 3.4.12 do Bloco Temático Normas Regulamentadoras;
- Bloco Temático 3.5 – Equipamentos de Proteção Individual – completo;
- Bloco Temático 3.6 – Manuseio de Produtos Químicos – completo;
- Bloco Temático 5 – Validação da Cadeia Produtiva – completo;
- Bloco Temático 6 – Transparência e Práticas de Gestão – completo;
- Bloco Temático 7.2 – Completo;
- Bloco Temático 7.3 – Completo, exceto item 7.3.1;
- Bloco Temático 7.4 – Completo, exceto item 7.4.1;
- Bloco Temático 7.5 – completo.

Por tratar-se de uma nova auditoria, a **Auditoria de Estrutura Física** pode ser realizada por qualquer um dos Organismos de Auditoria credenciados e, por não abordar aspectos relativos às relações de trabalho, sua duração não deve seguir a Tabela 2 (**Item 4.1**) deste **Regulamento Geral**.

Ao final da **Auditoria de Estrutura Física** as questões não avaliadas devem permanecer sem preenchimento para complementação posterior e a auditoria será considerada como concluída quando passar pela revisão do Organismo de Auditoria.

3.6.2 Critérios para Aprovação Temporária

Após a finalização da **Auditoria de Estrutura Física** a planta da empresa poderá ser classificada como "Aprovado-Temporário". Esta situação será concedida à empresa por 90 (noventa) dias a partir da finalização da auditoria, caso não tenha ultrapassado os níveis mínimos para aprovação no PROGRAMA ABVTEX, ou seja:

- Não tenha 'não conformidade' Tolerância Zero nas questões avaliadas pertencentes aos Bloco Básico;
- Não tenha 'não conformidade' Crítica nas questões avaliadas pertencentes ao Bloco Básico;
- Não ultrapasse 10 (dez) pontos perdidos entre as questões com criticidade Maior e Menor, nas questões avaliadas pertencentes ao Bloco Básico;
- Não tenha duas 'não conformidades' com criticidade Maior no mesmo bloco, nas questões avaliadas pertencentes ao Bloco Básico.

Caso o fornecedor e/ou subcontratados não alcance os requisitos mínimos, a auditoria deve receber a classificação de “Não-Aprovado” e não terá permissão para fornecimento temporário. Neste caso, para obter o Certificado de Aprovação do PROGRAMA ABVTEX, a empresa deve reiniciar o processo e solicitar nova **Auditoria de Estrutura Física** ou **Auditoria Inicial**.

A aprovação ou não aprovação na **Auditoria de Estrutura Física** passa a fazer parte do histórico de auditorias do fornecedor e/ou subcontratado, incluindo o resultado obtido. E, ao estar classificada como “Aprovado-Temporário”, a empresa pode receber pedidos e iniciar produção para qualquer uma das varejistas signatárias.

3.6.3 Auditoria Inicial complementar

Como a aprovação obtida a partir de uma **Auditoria de Estrutura Física** é temporária, o fornecedor e/ou subcontratado deve obter seu *status* definitivo pela realização de uma **Auditoria Inicial**, para complementar a avaliação da empresa. Esta **Auditoria Inicial** complementar deve ser finalizada em até 90 (noventa) dias da conclusão da **Auditoria de Estrutura Física**. A não finalização dessa **Auditoria Inicial** complementar no prazo estabelecido leva automaticamente a empresa a ter o *status* de “Suspensa”, devendo reiniciar seu processo e solicitar nova **Auditoria Inicial** no PROGRAMA ABVTEX.

A **Auditoria Inicial** complementar segue todos os critérios definidos para uma **Auditoria Inicial** normal, exceto nas condições especificadas neste capítulo. É realizada de forma não anunciada e tem caráter de excepcionalidade, deve ser realizada pelo mesmo Organismo de Auditoria que realizou a **Auditoria de Estrutura Física**. O tempo para sua realização deve seguir o dimensionamento de HDs prevista pela Tabela 2 (**Item 4.1**) deste **Regulamento Geral**, de acordo com o número de empregados da empresa.

A execução da **Auditoria Inicial** complementar deve possuir as seguintes características:

- ✓ Tem caráter parcial, ou seja, a auditoria não abrange todos os aspectos do [Checklist do PROGRAMA ABVTEX](#);
- ✓ Serão avaliados os itens não verificados na **Auditoria de Estrutura Física**.
- ✓ Além dos itens não avaliados, alguns itens do *checklist* devem ser revistos. Já que podem se alterar a partir da presença de empregados do local previamente avaliado. Assim, devem ser reavaliados os seguintes itens:
 - Itens 1.3, 1.4 e 1.5 do Bloco 1 – Formalização e Documentação;
 - Bloco 3.1 – Condições de Trabalho e Infraestrutura, completo;
 - Bloco 3.2 – Vestiários e Condições Sanitárias, completo;
 - Bloco 3.3 – Local para refeições, completo;
 - Bloco 3.4 – Normas Regulamentadoras, completo;
 - Bloco 4.2 – Prevenção e Combate a Incêndio, exceto item 4.2.1;
- ✓ Os itens em que foram constatadas não conformidades na **Auditoria de Estrutura Física** também devem ser revistos nesta **Auditoria Inicial** complementar.
- ✓ A empresa deve apresentar ao menos 2 (duas) folhas de pagamento para a realização da **Auditoria Inicial** complementar.

3.6.4 Critérios para o Status final do Fornecedor/Subcontratado

O resultado desta **Auditoria Inicial** complementar define o *status* final do fornecedor e/ou subcontratado que será dado pela avaliação completa, a partir das observações realizadas na **Auditoria de Estrutura Física**, mais as

observações complementares e revisões realizadas na **Auditoria Inicial** complementar, conforme os critérios definidos no **Item 6.1** deste **Regulamento Geral**.

Caso não consiga seu *status* de aprovação no prazo estipulado, a empresa passará a ser considerada “Suspensa” e estará sujeita às restrições previstas neste **Regulamento Geral**. Nessa situação, a empresa não poderá realizar uma **Auditoria Follow up** e, caso queira obter sua aprovação no PROGRAMA ABVTEX, deverá reiniciar o processo e solicitar nova **Auditoria Inicial**.

A aprovação ou não aprovação definitiva passa a fazer parte do histórico de auditorias do fornecedor e/ou subcontratado, como resultado associado à finalização da **Auditoria Inicial** complementar. O período de vencimento do Certificado de Aprovação (data de aniversário) será correspondente à data de finalização da **Auditoria Inicial** complementar.

3.7 Auditoria Novos Empregados

A **Auditoria Novos Empregados** consiste na realização de uma auditoria completa em fornecedor e/ou subcontratado já auditado e aprovado, utilizando o mesmo checklist que a empresa auditada optou na última auditoria realizada (Bloco Mínimo, Bloco Básico ou Bloco Completo).

Para a realização de uma **Auditoria Novos Empregados** devem ser observados todos os procedimentos de uma **Auditoria Inicial** ou **Auditoria de Renovação**, ressalvadas as características descritas neste capítulo do **Regulamento Geral**. A não observância das regras desse item pode acarretar penalidades à empresa auditada, de acordo com o especificado pelo **Item 7.5 Penalizações**, deste **Regulamento Geral**.

A realização de uma **Auditoria Novos Empregados** é obrigatória ao fornecedor e/ou subcontratado sempre que a empresa originalmente foi auditada na condição de “*Empresa Constituída somente por sócios, de forma regular*” e durante a vigência de seu Certificado de Aprovação, passou a contar com, ao menos, um empregado.

A **Auditoria Novos Empregados** é realizada de forma não anunciada e tem caráter de excepcionalidade. O objetivo desse tipo de auditoria é o de reavaliar a empresa em função de seu novo formato de atuação.

Ao estar enquadrada na condição estabelecida neste item do **Regulamento Geral**, a empresa fornecedora e/ou subcontratada deve comunicar imediatamente ao PROGRAMA ABVTEX a sua situação, tendo como data base para este comunicado a data em que registrou seu primeiro empregado. Assim, para permanecer regular perante o PROGRAMA ABVTEX, o fornecedor e/ou subcontratado deve:

1. Comunicar imediatamente, de maneira obrigatória, a sua nova situação da seguinte forma:
 - Atualizar sua informação cadastral no Sistema do PROGRAMA ABVTEX, atualizando os dados da empresa;
 - Comunicar o Organismo de Auditoria, por e-mail, especificando a situação na qual a empresa está enquadrada;
 - Nesse caso, o prazo para conclusão do processo passa a contar da data de atualização no Sistema do PROGRAMA.
2. Contratar uma nova auditoria junto ao Organismo de Auditoria;

3. Obter a aprovação nessa nova auditoria em, no máximo, 90 (noventa) dias a partir da data base. Nessa situação, a empresa auditada deve apresentar e o Organismo de Auditoria deve exigir duas folhas de pagamento completas para a conclusão do processo de auditoria.

Por tratar-se de uma nova auditoria completa, os resultados dessa auditoria passam a ser a situação atualizada do fornecedor e/ou subcontratado, desta forma:

- a. A **Auditoria Novos Empregados** passa a fazer parte do histórico de auditorias do fornecedor e/ou subcontratado;
- b. Quando da finalização da **Auditoria Novos Empregados**, pelo Organismo de Auditoria, tanto a classificação como o *status* do fornecedor e/ou subcontratado serão atualizados.

A **Auditoria Novos Empregados** altera o período de vencimento do Certificado de Aprovação. Assim, a data de aniversário para renovação passa a ser a data de finalização da **Auditoria Novos Empregados**. O fornecedor e/ou subcontratado deve solicitar uma **Auditoria de Renovação** dentro dos novos prazos estabelecidos.

É permitida **Auditoria Follow Up** para uma **Auditoria de Novos Empregados** nas situações em que a empresa fornecedora e/ou subcontratada não seja aprovada. Todas as regras previstas para a **Auditoria Follow Up**, incluindo os critérios de avaliação, aprovação e classificação das empresas auditadas devem ser observados.

O fato de haver a possibilidade da realização de uma **Auditoria Follow Up** em empresas que passaram por uma **Auditoria Novos Empregados** não prorroga, em nenhuma hipótese, a condição anterior da empresa. Assim, a empresa manterá o status obtido na **Auditoria Novos Empregados** até que a **Auditoria Follow Up** seja concluída ou, na falta desta, até que seja realizada uma nova **Auditoria de Renovação**.

3.8 Auditoria de Preposto

O PROGRAMA ABVTEX caracteriza-se por ser uma ação colaborativa capitaneada por empresas e grupos do varejo nacional, caracterizadas aqui como Varejistas Signatárias. Desta forma, além dos processos regulares definidos em todo este **Regulamento Geral**, as Varejistas Signatárias, a seu critério, têm como prática realizar eventuais verificações ou auditorias em seus fornecedores e/ou subcontratados.

Tais auditorias podem eventualmente identificar não conformidades importantes em empresas já aprovadas no PROGRAMA ABVTEX, caracterizando a necessidade de uma revisão da situação da empresa perante o PROGRAMA. Nessas condições e sempre observadas todas as disposições neste capítulo do **Regulamento Geral**, os auditores ligados ou designados pelas Varejistas Signatárias poderão ser considerados Prepostos da ABVTEX, configurando-se, assim uma **Auditoria de Preposto**.

Uma **Auditoria de Preposto** tem por finalidade possibilitar a revisão da situação de empresas já aprovadas no PROGRAMA, quando houver evidência relevante quanto ao não cumprimento de algum requisito do PROGRAMA ABVTEX. Este formato de auditoria passa a existir somente se a Varejista Signatária formalizar as não conformidades encontradas em fornecedores e/ou subcontratados perante a ABVTEX e a formalização da **Auditoria de Preposto** se der, obrigatoriamente, pela construção de um relatório exclusivo para este processo (que neste caso equivalerá ao Relatório de Auditoria do PROGRAMA ABVTEX). Este relatório deve conter obrigatoriamente:

- Especificação das condições em que a verificação ou auditoria interna foi realizada, com dados sobre: horário de chegada e saída; endereço da auditoria; identificação se a ação foi anunciada ou de surpresa; quantidade e identificação dos auditores da Varejista Signatária; representante ou empregado do fornecedor e/ou subcontratado que recepcionou a auditoria e foi notificado do evento.
- Identificação do item do Checklist do PROGRAMA ABVTEX que foi avaliado e a não conformidade observada, com: descrição da não conformidade; evidências que comprovem a avaliação realizada, como fotos da empresa, cópia de documentos, ou quaisquer outras informações que confirmem o fato. Todas as informações e evidências devem estar em acordo com o especificado no Manual de Auditoria do PROGRAMA ABVTEX.
- Identificação dos responsáveis pelas observações: representante da Varejista Signatária perante o PROGRAMA ABVTEX, que deverá assinar o documento validando as não conformidades apontadas; responsável do setor jurídico, que deverá assinar o documento dando anuência da Varejista Signatária ao relatório.

O relatório deverá ser encaminhado à Equipe Administrativa ABVTEX endereçado ao e-mail oficial do PROGRAMA (programa.abvtex@abvtex.org.br), caso seja feito por via eletrônica, ou ainda via Correios à sede da ABVTEX.

A partir da formalização de uma **Auditoria de Preposto**:

- A Varejista Signatária assume a responsabilidade pelas informações apontadas, tal qual ocorre com os Organismos de Auditoria e seus auditores dentro do PROGRAMA ABVTEX.
- O relatório enviado à ABVTEX, bem como os documentos a ele anexados podem ser compartilhados, tal qual o compartilhamento dos relatórios de auditoria gerados pelos Organismos de Auditoria.
- Os acolhimentos do relatório e da caracterização das não conformidades apontadas são de competência exclusiva da Equipe Administrativa ABVTEX, após a avaliação do relatório recebido e da consistência das evidências.

A **Auditoria de Preposto** tem caráter de excepcionalidade. Ela somente acontece por iniciativa de uma das Varejistas Signatárias quando esta entender que há informação relevante a respeito de uma empresa aprovada no PROGRAMA ABVTEX. Além disso, por princípio, não há qualquer vinculação automática entre as auditorias realizadas pelas Varejistas Signatárias e o PROGRAMA ABVTEX, devendo-se observar as disposições e regras ora estabelecidas para tal.

O resultado de uma **Auditoria de Preposto** no Sistema do PROGRAMA ABVTEX não será considerado como uma nova auditoria para efeito histórico. Porém, o seu resultado poderá alterar a situação do fornecedor e/ou subcontratado.

O registro desta **Auditoria de Preposto** deverá ser realizado pela Equipe Administrativa ABVTEX no Sistema do PROGRAMA e, apesar de eventual alteração da situação do fornecedor e/ou subcontratado, não haverá qualquer alteração no período de vencimento da auditoria regular ou data de aniversário.

3.9 Auditoria Remota

A Auditoria Remota consiste na realização de uma auditoria de forma não presencial, com uso de ferramentas tecnológicas de reunião à distância ou qualquer outra tecnologia, desde que homologada previamente pela Equipe Administrativa ABVTEX e poderá ser realizada para qualquer uma das modalidades de auditoria previstas neste **Regulamento Geral**, exceto nos casos de **Auditoria de Preposto**.

A modalidade de **Auditoria Remota** não poderá ser realizada a qualquer tempo, mas somente em casos excepcionais. A caracterização de excepcionalidade para utilização da modalidade de **Auditoria Remota** é de competência exclusiva da Equipe Administrativa ABVTEX, que deverá, quando for o caso:

- Formalizar as condições em que a autorização desta modalidade de auditoria pode ser concedida;
- Indicar ou homologar os meios pelos quais essa modalidade de auditoria será aplicada.

Todas as condições expressas para as diversas modalidades de auditoria, presentes neste **Item 3**, bem como todas as exigências apresentadas nos Procedimentos de Auditoria, presentes no **Item 4** deste **Regulamento Geral**, devem ser obedecidas.

4. Procedimentos de Auditoria

4.1 Dimensionamento da Auditoria

Para o correto dimensionamento do tempo para realização das auditorias, os seguintes fatores devem ser levados em consideração:

- Uma auditoria é realizada em um único CNPJ. Caso uma empresa possua mais de um CNPJ (Filiais ou Empresas associadas), é necessária a realização de uma auditoria para cada um dos CNPJs.
- Quando houver dois ou mais CNPJs numa mesma planta e com empresas de segmentos pertencentes à abrangência do PROGRAMA ABVTEX, mesmo que não haja nenhum vínculo e/ou relação societária, **TODOS OS CNPJs DEVEM SER AUDITADOS**. A empresa auditada deve informar essa situação ao Organismo de Auditoria no momento da solicitação da proposta.
- Um ponto fundamental para o dimensionamento da auditoria, é a opção que a empresa fará por uma das 3 (três) possibilidades de protocolos:
 - Bloco Mínimo: aberta a qualquer empresa, incluindo empresas que procuram a primeira certificação, de forma opcional e não obrigatória, para obtenção do **Selo Cobre**;
 - Bloco Básico + Mínimo: aberta a qualquer empresa, incluindo empresas que procuram a primeira certificação, de forma opcional e não obrigatória, para obtenção do **Selo Bronze ou Cobre**;
 - Bloco Completo (Mínimo + Básico + Superior): aberta a qualquer empresa, incluindo empresas que procuram a primeira certificação, para obtenção dos **Selos Prata e Ouro**.
- Além da opção por uma das três composições de protocolo, a empresa Auditada deve:
 - Indicar sua classificação como Fornecedor, Subcontratado ou Ambos;
 - Indicar o tipo de auditoria que será realizada, Auditoria Inicial, de Renovação ou Follow Up;
 - Indicar se a empresa pertence ao grupo de empresas com maiores exigências no campo ambiental, tais como lavanderias, estamparias, tinturarias, indústria calçadista ou outras que tenham processos adicionais com impactos ambientais.

Considerando-se todas as especificidades da empresa a serem auditadas, no caso característico do PROGRAMA ABVTEX, o dimensionamento acordado com os Organismos de Auditoria está descrito nas tabelas a seguir.

Tabela 2 – DIMENSIONAMENTO AUDITORIAS			
Número de empregados na planta		Duração da auditoria ** (Inicial ou Renovação)	Equivalência em homens/dia (HD)
Bloco Básico + Mínimo ou Completo	Bloco Mínimo		
Até 20	Até 50	4 horas	0,5 homens/dia
De 21 a 50	De 51 a 100	8 horas	1,0 homem/dia
De 51 a 100	De 101 a 300	12 horas	1,5 homens/dia
De 101 a 500	Não se aplica	16 horas	2,0 homens/dia
Acima de 500	Acima de 301	Negociação caso a caso (***)	

* Deverão ser acrescidos HDs, além do previsto na tabela acima, à duração das auditorias nos seguintes casos:

- Acréscimo de mais 4 (quatro) horas de auditoria (equivalentes a 0,5 homem/dia), no caso de Subcontratados em processo de **Auditoria Inicial**, para orientações gerais em relação ao PROGRAMA ABVTEX. Essa condição não se aplica quando o Subcontratado optar pela auditoria utilizando o **BLOCO MÍNIMO**. Neste caso, não serão acrescidos as 4 (quatro) horas adicionais;

- Acréscimo de mais 4 (quatro) horas de auditoria (equivalentes a 0,5 homem/dia), no caso dos Fornecedores ou Ambos que forneçam diretamente aos varejistas, para a validação da lista informada de subcontratados. Esta condição não se aplica quando a empresa optar pela auditoria utilizando o BLOCO MÍNIMO. Neste caso, não serão acrescidos as 4 (quatro) horas adicionais;
- Acréscimo de mais 4 (quatro) horas de auditoria (equivalentes a 0,5 homem/dia), no caso das empresas que optarem pelo BLOCO COMPLETO para a realização do Bloco 6 – Transparência e Práticas de gestão, que é obrigatório.
- Acréscimo de mais 8 (oito) horas de auditoria (equivalente a 1 homem/dia), no caso das empresas com maiores exigências no campo ambiental (Bloco 7 do *Checklist*), tais como: lavanderias, estamparias, tinturarias ou outras que tenham processos adicionais com impactos ambientais. Essa situação somente será considerada quando a empresa optar pela auditoria usando o Bloco Completo.

** Tempo de deslocamento e preparo de relatório já estão inclusos no dimensionamento acima, nos casos de viagens até 100 km. No caso de existir mais de uma empresa instalada na mesma planta, será cobrada à parte a confecção de cada relatório (por CNPJ).

*** O tempo de duração das auditorias para empresas com mais de 500 empregados, quando aplicados os Blocos Básico ou Completo, ou acima de 300 empregados, quando aplicado o Bloco Mínimo, será negociado diretamente entre a empresa auditada e o Organismo de Auditoria.

**Tabela 3: Dimensionamento em dias da Auditoria de *Follow Up*
(Válido para Fornecedores, Subcontratados e Ambos)**

O Organismo de Auditoria irá dimensionar o tempo necessário para este acompanhamento, que poderá variar*:	De 0,25 a 1 homem/dia
--	-----------------------

* A depender da quantidade e do tipo de verificações necessárias.

Os valores referenciais para a realização das auditorias (valor "homem/dia") estão disponíveis no Portal da ABVTEX no link: www.abvtex.org.br/como-iniciar-o-programa.

Há ainda outros custos relacionados que estarão especificados na proposta comercial do Organismo de Auditoria, tais como:

- Impostos;
- Despesas de viagem do auditor (quando aplicável);
- Cancelamentos e reprogramação de atividades com prazo inferior a 10 (dez) dias úteis da data programada para a auditoria acarretarão cobrança de multa.

Todas estas condições devem ser negociadas diretamente entre a empresa a ser auditada e o Organismo de Auditoria.

Importante: Caso não haja empregados trabalhando no dia da auditoria, a mesma será cancelada, sem devolução dos valores pagos e deverá ser reagendada.

4.2 Auditoria de Campo

A auditoria (abrangendo a **Auditoria Inicial**, **Auditoria Follow Up** ou **Auditoria de Renovação**) possui alguns momentos pré-definidos, que devem ser seguidos no PROGRAMA ABVTEX, independentemente do escopo das auditorias (Bloco Mínimo, Básico + Mínimo ou Completo) escolhida pela Empresa Auditada.

O objetivo da auditoria de campo é confirmar que a gestão da organização e suas atividades estão em conformidade com os requisitos do PROGRAMA ABVTEX. Essa confirmação se dá por meio das seguintes ações:

- Breve reunião de abertura pelo auditor no início da auditoria;
- A auditoria segue o planejamento e o auditor é acompanhado pelo representante do auditado durante todo o processo, exceto na condução das entrevistas;
- Evidências objetivas e documentos devem ser examinados para fundamentar a adequação do fornecedor e/ou subcontratado aos requisitos do PROGRAMA ABVTEX (a lista de documentos que serão analisados está disponível no Portal da ABVTEX em www.abvtext.org.br/como-iniciar-o-programa);
- Em casos de não conformidades identificadas, estas devem ser imediatamente reportadas ao representante da organização, devendo ser realizados registros fotográficos;
- A auditoria segue o [Checklist do PROGRAMA ABVTEX](#), conforme escopo escolhido pela Empresa Auditada, que contempla os requisitos para o fornecedor e/ou subcontratado, conforme descrito no **Anexo 13** deste **Regulamento Geral**. As empresas que se classifiquem em ambas as categorias (fornecedor e subcontratado) seguirão as regras aplicáveis aos fornecedores, mesmo também figurando como subcontratadas;
- Reunião de fechamento, como encerramento formal da auditoria de campo.

4.2.1 Entrevistas e análise documental

Dentro de um processo de auditoria são feitas algumas entrevistas como complemento das informações documentais coletadas. As entrevistas são individuais e em grupo e deverão ocorrer em privacidade, ou seja, não será autorizado o acompanhamento da entrevista por superiores da empresa.

Durante as entrevistas e acesso aos documentos necessários serão observadas todas as regras e boas práticas de preservação da privacidade e proteção de dados pessoais de seus titulares.

Os principais critérios a serem observados pelos auditores na seleção de pessoas para a realização das entrevistas são os seguintes:

- As entrevistas devem ser realizadas com empregados da Área de Produção, caso a empresa não possua qualquer processo produtivo, mas tenha empregados na Área Administrativa, esses últimos deverão ser selecionados;
- Na seleção para as entrevistas devem ter prioridade os empregados estrangeiros, além de mulheres grávidas.
- Para as entrevistas em grupos, formar grupos de, no máximo, cinco empregados.
- Caso a empresa tenha até cinco empregados, as entrevistas devem ser exclusivamente individuais e o Auditor deve entrevistar 50% dos empregados da Área de Produção ou, na ausência destes, completar a quantidade com empregados da Área Administrativa.



**Tabela 4: Quantidade mínima de pessoas entrevistadas
(Válido para Fornecedores, Subcontratados e Ambos)**

Número de empregados da planta	Quantidade total de entrevistas	Quantidade de entrevistas individuais	Quantidade de entrevistas em grupo
Entre 6 e 20	4	4	0
21 – 50	7	4	3
51 – 100	10	5	5
101 – 500	15	7	8
500 ou mais	20	10	10

4.2.2 Validação da lista de subcontratados

O PROGRAMA ABVTEX exige para as empresas auditadas que atuem na condição de Fornecedores, ainda que acumulem a condição das Subcontratadas, a validação da lista dos Subcontratados que estão na sua própria cadeia de fornecimento. Se o Fornecedor tiver uma planta própria na condição de Subcontratada, esta planta também deve ser relacionada nesta lista, destacando esta informação.

Esta lista deverá ser preenchida pelo Fornecedor e validada pelo Organismo de Auditoria durante a realização de cada auditoria. O objetivo desta validação é assegurar que o Fornecedor está informando de forma completa e correta todos os seus Subcontratados que produzem peças para qualquer uma das varejistas signatárias do PROGRAMA ABVTEX. Para tanto, será analisada a movimentação de materiais, subprodutos e produtos por meio de notas fiscais, livro fiscal ou sistema de emissão de notas fiscais.

Por ocasião de cada auditoria, a empresa auditada deverá fazer uma declaração, que será assinada pela(s) pessoa(s) que detenha(m) a representação legal da empresa nos termos de seus documentos constitutivos (contrato social, estatuto ou equivalente), e entregue fisicamente ao auditor, declarando a veracidade e completude da referida lista de subcontratados. Esta declaração compreende também o compromisso de atualizar a lista no [Sistema do PROGRAMA ABVTEX](#) sempre que haja alteração de seus Subcontratados. Caso esta ação não seja realizada a pena é de suspensão no PROGRAMA ABVTEX.

4.2.3 Interrupção da Auditoria

O auditor poderá decidir pela interrupção da auditoria se:

- Houver falha da organização em cooperar apropriadamente com o processo de auditoria; e/ou
- No momento que chegar à unidade a ser auditada, encontrar outra fiscalização de órgãos públicos presente no local.

O auditor também interromperá a auditoria nas seguintes situações:

- Quando a empresa negar-se a entregar qualquer documento solicitado e/ou impedir acesso total ou parcial às instalações; e/ou

- Identificar que a sua segurança esteja sob risco. É reconhecido que poderá haver a necessidade de visitação em regiões consideradas de risco e a viabilidade da visita será analisada caso a caso.

Em qualquer situação de interrupção da auditoria, a remuneração acordada em contrato com o Organismo de Auditoria será mantida. O auditor deverá realizar o registro da interrupção da auditoria no [Sistema do PROGRAMA ABVTEX](#) explicando o motivo, formalizando sua decisão e as condições acordadas com o representante da empresa auditada.

4.2.4 Reunião Privativa

A organização deve prover espaço em suas instalações para um momento privativo do auditor, antes da reunião de fechamento para:

- Assegurar que o processo esteja completo e todos os requisitos do PROGRAMA ABVTEX foram auditados;
- Revisar as constatações (conformidades e não conformidades) da auditoria;
- Confirmar que os registros de auditoria estão presentes e completos.

4.2.5 Reunião de Fechamento

O auditor deve conduzir uma reunião de fechamento com o(s) representante(s) da organização, apresentando um relatório preliminar de auditoria e relatando as não conformidades encontradas.

O auditor deverá informar que o relatório final da auditoria estará disponível no [Sistema do PROGRAMA ABVTEX](#) no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da realização. O relatório deverá ser acessado pelo representante da organização no Sistema do PROGRAMA.

4.3 Condução das Auditorias e Emissão do Relatório Final

As auditorias do PROGRAMA ABVTEX seguirão as regras descritas no *Manual de Auditoria*, disponível no Portal da ABVTEX em www.abvtex.org.br/manual-de-auditoria. Ao completar o processo, o auditor preparará o relatório final. Este relatório segue o modelo de relatório estabelecido no [Manual de Auditoria do PROGRAMA ABVTEX](#) e deve ser completado de maneira a descrever fielmente o processo.

As constatações resultantes de desvios a atendimento de requisitos especificados no PROGRAMA ABVTEX serão devidamente reportadas no relatório e classificadas como não conformidades. O relatório final de auditoria apresenta a informação se a organização está apta para o PROGRAMA ABVTEX.

5. Características Gerais do Checklist

A realização das auditorias tem o intuito de avaliar fornecedores e/ou subcontratados para que as varejistas signatárias do PROGRAMA tenham informações suficientes quanto à adequação de sua cadeia de fornecimento nos aspectos de responsabilidade social e, em certa medida, ambiental.

Para isso, é importante que as regras de avaliação e os critérios utilizados sejam claros e objetivos. Desta forma, o PROGRAMA se utiliza de um [Checklist do PROGRAMA ABVTEX](#) que é a principal ferramenta para a realização das auditorias.

O Checklist contém a relação completa dos requisitos exigidos pelo PROGRAMA (a íntegra do Checklist pode ser consultada no **Anexo 13** deste Regulamento) é único, pois não há diferenciação para sua aplicação entre empresas categorizadas como Fornecedores, Subcontratados ou Ambos.

O Checklist fica totalmente caracterizado pela relação de requisitos, sua divisão entre os Grandes Blocos e entre os Blocos Temáticos; a identificação das criticidades associadas a cada um dos requisitos e a forma de apontamento de não conformidades.

5.1 Grandes Blocos

O Checklist do PROGRAMA ABVTEX é composto por 3 (três) grandes blocos, assim divididos para facilitar a avaliação das Empresas Auditadas, já que as empresas se encontram em situações diferentes quanto ao cumprimento de seus requisitos:

- **Bloco Mínimo**

Contém um conjunto de requisitos cujo objetivo é avaliar se a empresa possui as condições mínimas para possuir um Selo do PROGRAMA ABVTEX e tem potencial para evoluir na jornada socioambiental dentro de seus critérios, sendo que essa evolução será conforme a escolha de cada empresa participante. A opção por esse bloco permite que a empresa se classifique com o **Selo Cobre**, quando atingido o resultado mínimo para sua aprovação, conforme capítulo 6.1 Resultados de Auditoria.

- **Bloco Básico**

Contém os requisitos que, adicionalmente aos requisitos do **Bloco Mínimo**, são considerados muito importantes para o PROGRAMA ABVTEX. Constituem, em linhas gerais e com poucas exceções, em conjunto com o Bloco Mínimo, aqueles já solicitados pelo PROGRAMA ABVTEX em versões anteriores do **Regulamento Geral**. A escolha por esse bloco permite que a empresa se classifique com o **Selo Bronze**, quando atingido o resultado mínimo para sua aprovação, conforme capítulo 6.1 Resultados de Auditoria.

- **Bloco Superior**

Contém os requisitos para avaliar empresas que se encontram em estágio avançado quanto às preocupações socioambientais e trabalhistas. Desta forma, os requisitos do **Bloco Superior** são utilizados para diferenciar e qualificar as empresas que já possuem práticas que são adicionais ao que os **Blocos Mínimo e Básico** requerem. A escolha por esse bloco permite que a empresa se classifique com os **Selos Prata ou Ouro**, quando atingido o resultado mínimo para sua aprovação, conforme capítulo 6.1 Resultados de Auditoria.

Na versão Checklist Bloco Completo do [Checklist do PROGRAMA ABVTEX \(Anexo 13\)](#), a indicação de qual requisito pertence a qual Bloco consta na coluna anterior à descrição de cada um dos requisitos. Esta identificação pode ser verificada conforme exemplo a seguir:

Bloco	V 6.0	Blocos Temáticos		Nível de Criticidade
	2. Condições de Trabalho			
	2.10	Horas Trabalhadas		
MÍNIMO	2.10.1	O cumprimento da carga horária de trabalho está de acordo com a legislação trabalhista e o acordo coletivo? Apresentar os registros de jornada de trabalho (espelho de ponto, controles eletrônicos ou falhas manuais) que comprovem o cumprimento da carga horária. Os eventos S-2200 – S-2206 do eSocial podem ser apresentados de forma complementar para servir de apoio aos registros apresentados.		MAIOR
MÍNIMO	2.10.2	É dado ao empregado o direito de conferir as horas extras trabalhadas com as recebidas? As horas extras e jornada de trabalho regular estão registradas no mesmo espelho/cartão de ponto e discriminados no holerite? Apresentar os espelhos ou cartões de pontos, acompanhados dos respectivos comprovantes de pagamento (holerites), de modo a permitir a conferência das horas extras trabalhadas com as recebidas.		MAIOR
BÁSICO	2.10.3	É evidenciada a inexistência da prática na quais empregados da área produtiva levam serviços para realizar em casa?		CRÍTICO
BÁSICO	2.10.4	A empresa estabeleceu banco de horas, em acordo com a legislação trabalhista (estabelecido em acordo individual ou acordo coletivo descrito em convenção coletiva)?		CRÍTICO
SUPERIOR	2.10.5	São os empregados que registram seu próprio horário de trabalho?	Quando a empresa não é obrigada a manter controle formal de ponto e não são os empregados que marcam sua entrada e saída ou não há marcação formal de ponto.	MAIOR
			Quando a empresa está obrigada a manter controle formal de ponto e não são os empregados que marcam entrada e saída.	OBRIGATÓRIO PRATA

5.2 Blocos Temáticos

O [Checklist do PROGRAMA ABVTEX](#) está dividido em blocos temáticos. Esta divisão visa facilitar o entendimento do processo de auditoria tanto para os auditores e Organismos de Auditoria, como para as empresas auditadas (fornecedores e/ou subcontratados). Cada bloco temático pode estar dividido em subgrupos e representa um conjunto de requisitos, estruturados em forma de perguntas.

Além disso, a divisão em blocos temáticos visa orientar o processo de avaliação dos fornecedores e/ou subcontratados para que as empresas auditadas estejam alinhadas com os princípios do PROGRAMA ABVTEX como um todo e em todos os aspectos avaliados.

O conjunto de blocos temáticos encontra-se abaixo, com uma breve explicação sobre os requisitos abordados em cada um (a íntegra deve ser consultada no [Manual de Auditoria](#)).

Tabela 5: Blocos Temáticos da Auditoria	
Tema	Princípios abordados
Formalização da empresa	Avaliação quanto à constituição jurídica, de acordo com a legislação brasileira.
Condições de Trabalho	<p>Avaliação das condições gerais de trabalho, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho infantil; • Condições de trabalho análoga à de escravo, quer seja trabalho forçado ou jornada exaustiva, quer seja condição degradante de trabalho, quer seja restrição de locomoção ou em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto; • Utilização de trabalho ou serviço de pessoa cuja situação de residência e trabalho no Brasil não esteja regularizada junto aos órgãos competentes; • Permanência de menores no ambiente da empresa como um todo, que não façam parte do quadro de empregados; • Existência de moradia de empregados integrada às oficinas; • Discriminação dos trabalhadores por exercer suas funções representativas em seu lugar de trabalho; • Remuneração, acesso a treinamento, promoção, encerramento de contrato ou aposentadoria; • Discriminação com base em raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, sexo, orientação sexual, idade, gravidez, associação a sindicato ou filiação partidária; • Abuso físico ou disciplinar; a ameaça de abuso físico, sexual ou outro tipo de assédio ou de violência no âmbito do trabalho; o abuso verbal e outras formas de intimidação; • Trabalho em desacordo com o disposto na legislação trabalhista e/ou sem registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social; • Horas trabalhadas (incluindo horas extras); • Outras situações que o PROGRAMA possa abordar quanto às condições de trabalho.
Saúde e Segurança do Trabalho	Avaliação quanto ao ambiente de trabalho, se seguro e higiênico, tendo presentes os conhecimentos preponderantes da indústria, assim como qualquer perigo específico, além de medidas práticas para prevenção de acidentes e danos à saúde que possam surgir, associados ou causados pelos perigos inerentes ao ambiente de trabalho.
Resposta a emergências	Avaliação quanto às condições das instalações elétricas, prevenção e combate a incêndio, principalmente aos requisitos legais e normas regulamentadoras.
Validação da Cadeia de Fornecimento	<p>Na auditoria em Fornecedores, a manutenção de mecanismos para monitoramento dos Subcontratados no que diz respeito à garantia de condições de trabalho dignas aos seus empregados. A empresa também deve manter uma base de dados atualizada de seus Subcontratados, bem como controle de rastreabilidade das peças a eles enviadas.</p> <p>Na auditoria em Fornecedores, o registro e controle das empresas para as quais encaminha os serviços destinados às varejistas signatárias do PROGRAMA ABVTEX.</p> <p>Na auditoria em Subcontratados, a quarteirização de trabalhos, exceto se também detiverem a condição de Fornecedores diretos das varejistas signatárias, ou seja, se classificados como Ambos.</p>



Transparência e Prática de Gestão	Avaliação da gestão interna das empresas auditadas quanto às políticas e práticas adotadas para a prevenção de problemas quanto à responsabilidade social e os aspectos abordados no PROGRAMA ABVTEX.
Meio Ambiente	Avaliação da conformidade das empresas quanto à obediência da legislação ambiental, bem como à documentação legal exigida.

Importante: Muitos dos requisitos do PROGRAMA ABVTEX são exigências de conformidade com a legislação. É possível que ao longo da vigência do PROGRAMA, a legislação seja atualizada, criando novas exigências para as organizações. É dever dos fornecedores, subcontratados e auditores se manterem atualizados quanto às novas exigências legais e zelar por sua conformidade, independente de um determinado requisito legal estar ou não presente neste PROGRAMA ABVTEX.

5.3 Níveis de Criticidade e Não Conformidades

Cada bloco temático (apresentado no **Item 5.2** deste **Regulamento Geral**) contempla um conjunto de requisitos estruturados em forma de perguntas. Cada um dos requisitos existentes no [Checklist do PROGRAMA ABVTEX](#), independentemente ao bloco a que pertence, possui um ou mais níveis de criticidade a ele associados, conforme a sua importância para o PROGRAMA ABVTEX (a criticidade atribuída a cada requisito pode ser obtida no modelo Checklist Bloco Completo - **Anexo 13**).

Na formatação do *checklist*, conforme apresentado no **Anexo 13**, os níveis de criticidade estão colocados ao lado de cada uma das questões correspondentes. Eles indicam o grau de importância do requisito para o PROGRAMA ABVTEX, além de ser a base para a realização da auditoria e do preenchimento do relatório final.

Quando da realização da auditoria, os níveis de criticidade serão transformados em não conformidades, de acordo com o detalhado do **Item 5.4**.

Os níveis de criticidade associados a cada um dos requisitos, bem como a sua caracterização, são definidos como segue:

Tabela 6 – Caracterização dos níveis de criticidade	
Nível de Criticidade	Caracterização
TOLERÂNCIA ZERO	Requisitos exclusivos para os Blocos Mínimo e Básico do <i>Checklist</i> e que compõe o rol dos itens nos quais o PROGRAMA ABVTEX foca com prioridade. Uma não conformidade identificada numa destas questões é considerada inadmissível, no âmbito do Programa. A observância de uma não conformidade TOLERÂNCIA ZERO pode interromper o processo de auditoria e a empresa estará sujeita às penalidades do PROGRAMA, conforme Item 7.5 deste Regulamento Geral .
CRÍTICO	Requisitos exclusivos para os Blocos Mínimo e Básico do <i>Checklist</i> . É de cumprimento obrigatório, ou seja, caso tenha ao menos uma não conformidade com este nível de criticidade, a empresa não será aprovada no PROGRAMA ABVTEX, nem em sua menor classificação (Selo Cobre).
MAIOR	Requisitos existentes em todo o <i>Checklist</i> (Blocos Mínimo, Básico e Superior) e de cumprimento não obrigatório. O PROGRAMA ABVTEX poderá aceitar a não conformidade de um conjunto de itens com este nível de criticidade, desde que seja atendido o cumprimento de um mínimo de requisitos.
MENOR	Requisitos existentes em todo o <i>Checklist</i> (Blocos Mínimo, Básico e Superior) e de cumprimento não obrigatório, com importância inferior àqueles classificados com nível de criticidade ' MAIOR '. Da mesma forma, o PROGRAMA ABVTEX poderá aceitar a não conformidade de um conjunto de itens com este nível de criticidade.
OBRIGATÓRIO PRATA	Requisitos exclusivos para o Bloco Superior do <i>Checklist</i> . É de cumprimento obrigatório para obtenção dos Selos Prata e Ouro, ou seja, a existência de não conformidades com este nível de criticidade, não reprova a empresa no PROGRAMA, mas impede que ela obtenha classificação superior (Selos Prata ou Ouro).
OBRIGATÓRIO OURO	Requisitos exclusivos para o Bloco Superior do <i>Checklist</i> . É de cumprimento obrigatório exclusivamente para obtenção do Selo Ouro, ou seja, a existência de não conformidades com este nível, não reprova a empresa no PROGRAMA, nem a impede de obter o Selo Prata, mas impede de obter a maior classificação do PROGRAMA ABVTEX (Selo Ouro).

5.4 Avaliação e classificação das Não Conformidades

Ao realizar a auditoria, o Organismo de Auditoria irá avaliar a conformidade da empresa em cada um dos requisitos conforme as evidências apresentadas. A avaliação do auditor em campo, para cada um dos requisitos, poderá apontar os seguintes resultados:

Tabela 7 – Apontamentos possíveis para cada requisito do Checklist		
Resultado	Apontamento Auditor	Caracterização
CONFORME	SIM	Situação em que a avaliação do requisito está completamente em conformidade com os critérios estabelecidos, segundo avaliação do auditor em face das evidências apresentadas e verificações realizadas.
NÃO CONFORME	NÃO	Situação em que a avaliação do requisito não está em conformidade com os critérios estabelecidos, segundo avaliação do auditor em face das evidências apresentadas e verificações realizadas. Nestes casos, o valor da não conformidade passa a ser o nível de criticidade associado ao requisito avaliado.
NÃO CONFORME PARCIAL	NP	Pela amplitude do <i>Checklist</i> ABVTEX e procurando estabelecer um critério justo e adequado para a avaliação das empresas auditadas, existe um grupo de requisitos que pode admitir não conformidade parcial. Nesta situação, a não conformidade parcial possui nível de criticidade inferior ao nível estabelecido para a não conformidade integral. Assim, quando a não conformidade é parcial, o valor atribuído tem uma classificação mais branda do que a não conformidade plena.
NÃO CONFORME PARCIAL ADICIONAL	NP1	Para um grupo pequeno de requisitos, pode existir mais de uma não conformidade parcial. Nesta situação, o <i>Checklist</i> ABVTEX admite uma não conformidade adicional. Neste caso, a não conformidade adicional possui uma classificação intermediária entre a não conformidade plena e a parcial.
NÃO SE APLICA	NA	Situação na qual a avaliação do requisito não é aplicável à empresa auditada. Neste caso, a não aplicabilidade pode se dar por diversos fatores. Estas situações estão relacionadas de forma resumida no <i>Checklist (Anexo 13)</i> e de forma mais específica no <i>Manual de Auditoria</i> . A <i>Não Aplicabilidade</i> é uma condição neutra e não retira pontos da empresa avaliada.

6. Resultados

Após a realização da auditoria, o Organismo de Auditoria gera o respectivo relatório para cada planta específica (CNPJ), apresentando todas as conformidades e não conformidades encontradas. O relatório de auditoria indica a situação do fornecedor e/ou subcontratado perante o PROGRAMA ABVTEX, identificando o resultado final da auditoria realizada, bem como serve de base para a classificação (*status*) do fornecedor e/ou subcontratado perante o PROGRAMA ABVTEX.

6.1 Resultado da Auditoria

Para a definição do resultado final da auditoria, são computadas exclusivamente as não conformidades encontradas, com seus respectivos níveis de criticidade. Assim, na avaliação final serão levadas em consideração os critérios a seguir:

- As não conformidades **TOLERÂNCIA ZERO** e **CRÍTICO** são excludentes, ou seja, a observância de uma não criticidade com esse nível automaticamente gera a reprovação da empresa no PROGRAMA ABVTEX;
- As não conformidades **OBRIGATÓRIO PRATA** também são excludentes, porém apenas para a obtenção dos Selos Prata e Ouro;
- As não conformidades **OBRIGATÓRIO OURO** são excludentes apenas para a obtenção do Selo Ouro;
- Para cada não conformidade **MAIOR**, serão atribuídos 2 (dois) pontos negativos;
- Para cada não conformidade **MENOR**, será atribuído 1 (um) ponto negativo;
- O apontamento **NA** (Não Aplicável) é neutro para o resultado final da auditoria.

Como o PROGRAMA ABVTEX tem por princípio a evolução da cadeia de fornecimento e a divulgação das melhores práticas para os segmentos abrangidos pelo PROGRAMA, o resultado das auditorias dos fornecedores e/ou subcontratados aprovados será classificado com base no seu desempenho em função da evolução e aprimoramento de suas condições nos aspectos de responsabilidade social, governança/*compliance* e alguns aspectos ambientais.

Com esses princípios, uma planta (CNPJ) aprovada em auditoria poderá ser classificada em uma das 4 (quatro) categorias: Cobre, Bronze, Prata e Ouro, de acordo com as seguintes regras:

Tabela 8 – Classificação das empresas aprovadas no PROGRAMA ABVTEX		
Classificação	Bloco	Critério
COBRE	Questões do Bloco Mínimo (obrigatórias) e do Bloco Superior (para fins estatísticos)	TOLERÂNCIA ZERO - Nenhuma não conformidade; CRÍTICO - Nenhuma não conformidade; MAIOR + MENOR - Máximo de 10 (dez) pontos perdidos, independente de Bloco Temático; MAIOR - Máximo de 1 (uma) não conformidade por bloco temático.
BRONZE	Questões dos Blocos Mínimo e Básico (obrigatórias) e do Bloco Superior (para fins estatísticos)	Cumprir todos os requisitos previstos para a obtenção do Selo Cobre; TOLERÂNCIA ZERO - Nenhuma não conformidade; CRÍTICO - Nenhuma não conformidade; MAIOR + MENOR - Máximo de 20 (vinte) pontos perdidos, independente de Bloco Temático; MAIOR - Máximo de 1 (uma) não conformidade por bloco temático.
PRATA	Bloco Completo (Mínimo, Básico e Superior)	Cumprir todos os requisitos previstos para a obtenção do Selo Bronze; TOLERÂNCIA ZERO - Nenhuma não conformidade; OBRIGATÓRIO PRATA - Nenhuma não conformidade; CRÍTICO - Nenhuma não conformidade; MAIOR + MENOR - Máximo de 32 (trinta e dois) pontos perdidos, independente de Bloco Temático, no Checklist Completo; MAIOR - Nenhuma não conformidade em todo o Bloco Básico, independente do Bloco Temático.
OURO	Bloco Completo (Mínimo, Básico e Superior)	Cumprir todos os requisitos previstos para a obtenção do Selo Bronze e Prata; TOLERÂNCIA ZERO - Nenhuma não conformidade; OBRIGATÓRIO OURO - Nenhuma não conformidade; OBRIGATÓRIO PRATA - Nenhuma não conformidade; CRÍTICO - Nenhuma não conformidade; MAIOR - Nenhuma não conformidade no Checklist Completo; MENOR - Máximo de 15 (quinze) pontos perdidos em não conformidades no Checklist Completo;

Em resumo, seguem as opções de checklist e suas possíveis classificações:

Opção de Checklist	Classificação possível
Bloco Mínimo	Selo Cobre
Bloco Básico (Mínimo + Básico)	Selo Cobre ou Selo Bronze
Bloco Completo (Mínimo + Básico + Superior)	Selo Cobre, Selo Bronze, Selo Prata ou Selo Ouro

Além disso, uma empresa pode não alcançar o resultado esperado ao final da auditoria. Essa situação pode ser observada por vários aspectos diferentes. Assim sendo, os possíveis resultados finais para uma auditoria são os seguintes:

Tabela 9 – Resultados para não aprovação de empresas no PROGRAMA ABVTEX	
Resultado	Descrição
Reprovado	Empresa não conseguiu resultado mínimo para a aprovação dentro do Checklist escolhido, além disso, pode ter obtido não conformidades em requisitos com criticidade TOLERÂNCIA ZERO , ou com criticidade CRÍTICO , desde que sujeitas a penalidades, conforme descrito neste Regulamento Geral .
<i>Follow Up</i>	Empresa não conseguiu resultado mínimo para a aprovação dentro do Checklist escolhido e não possui não conformidades em requisitos com criticidade TOLERÂNCIA ZERO , ou sujeitas a penalidades, conforme descrito neste Regulamento Geral .
Vencida	Empresa que passou por auditoria de renovação e ainda não conseguiu nova aprovação até a data de vencimento do último Certificado de Aprovação, mesmo que esteja em <i>Follow Up</i> para Auditoria de Renovação , ou ainda a empresa deixou vencer seu Certificado de Aprovação sem a realização de uma Auditoria de Renovação .
Aprovado - Temporário	Empresa que passou por uma Auditoria de Estrutura Física e teve sua aprovação prévia concedida, conforme descrito neste Regulamento Geral .

6.2 Situação de Fornecedores e Subcontratados no PROGRAMA

O PROGRAMA ABVTEX se caracteriza por ser uma iniciativa de monitoramento da cadeia produtiva. Assim sendo, o fato de uma empresa estar aprovada em uma auditoria, mesmo que na validade do Certificado de Aprovação emitido, não significa que esteja regular perante o PROGRAMA ABVTEX. Portanto, sua situação também leva em consideração a condição da cadeia de fornecimento associada a cada Fornecedor e/ou Subcontratado.

A situação completa e atualizada de cada Fornecedor e/ou Subcontratado somente pode ser obtida pelo acesso aos dados no [Sistema do PROGRAMA ABVTEX](#). Deste modo, além do resultado obtido numa auditoria, uma empresa classificada como Fornecedor ou Ambos terá sua situação definida levando-se em consideração a sua cadeia de fornecimento.

Vale lembrar que o PROGRAMA ABVTEX prevê também uma classificação para os Varejistas signatários do PROGRAMA, conforme descrito no capítulo 2.9 deste Regulamento Geral. Estas classificações são independentes, ou seja, a Classificação Atribuída ao Varejistas não modifica a Classificação atribuída aos Fornecedores, Ambos ou Subcontratados de sua cadeia, que seguem exclusivamente os critérios definidos neste capítulo (6.2) deste Regulamento Geral.

Desta forma, uma empresa classificada como Fornecedor ou Ambos, será avaliada pela situação de seus Subcontratados vinculados na sua cadeia de fornecimento, a partir dos resultados das auditorias das empresas vinculadas, como segue:

Tabela 10 – Situação da Cadeia de Fornecimento para empresas identificadas como Fornecedor ou Ambos	
Situação da Cadeia de Fornecimento	Definição
Regular	Quando todas as empresas nas categorias Subcontratado ou Ambos , vinculadas ao Fornecedor , apresentam o <i>status</i> de aprovadas (Ouro, Prata, Bronze ou Cobre) na última auditoria a que foram submetidas.
Não Possui	Empresa não possui vínculo com empresas nas categorias Subcontratado ou Ambos na sua cadeia de fornecimento.
Irregular	Quando pelo menos uma empresa nas categorias Subcontratado ou Ambos , vinculada ao Fornecedor , não está aprovada na última auditoria a que foi submetida ou de alguma forma está suspensa no PROGRAMA ABVTEX.

Conforme colocado no capítulo ‘**2.9.2.2 Varejista em Desenvolvimento**’, “o fato de um Varejista estar classificado como “Em Desenvolvimento”, não estende esta classificação aos seus Fornecedores, mesmo aqueles identificados como “Ambos”. A partir de sua inserção no PROGRAMA ABVTEX, os Fornecedores devem seguir estritamente as regras estabelecidas por ele e por este Regulamento Geral, independentemente do Varejista com o qual esteja vinculado. A mesma regra se estende à cadeia de Subcontratados.”

Assim sendo, ao entrar no PROGRAMA ABVTEX, os Fornecedores ou Ambos, se comprometem a trabalhar apenas com Subcontratados aprovados. A partir de sua entrada no PROGRAMA, os Fornecedores ou Ambos terão 2 anos para que toda sua cadeia de subcontratação esteja aprovada, independentemente do tipo de auditoria que for ser executada (renovação, mudança de endereço, novos empregados, ou qualquer outra que seja aplicável).

Outro fator importante para a definição da situação da empresa perante o PROGRAMA ABVTEX é o vencimento do Certificado de Aprovação (data de aniversário). Ou seja, mesmo que a empresa não seja aprovada, ou que tenha sua classificação rebaixada por uma auditoria recente, a Classificação do Fornecedor permanecerá inalterada até o vencimento da validade de seu Certificado de Aprovação.

Com base nestes conceitos e com base no resultado das auditorias realizadas, a situação das empresas no PROGRAMA ABVTEX obedece aos seguintes critérios:

Tabela 11 - Situação das empresas identificadas como Fornecedores ou Ambos		
Situação	Resultado Auditoria	Situação da Cadeia de Fornecimento
Ouro	Aprovado/ Ouro	Não Possui
Prata	Aprovado/ Prata	Não Possui
Bronze	Aprovado/ Bronze	Não Possui
Cobre	Aprovado/Cobre	Não Possui
Suspensão	Aprovado (qualquer categoria)	Irregular
	Empresa sofreu alguma penalidade de suspensão, conforme especificado neste Regulamento Geral .	Qualquer situação
	Reprovado	Qualquer situação
	Vencida	Qualquer situação
	<i>Follow Up</i> (*)	Qualquer situação
Aprovado	Quando concedida aprovação especial à empresa, conforme especificado neste Regulamento Geral .	Qualquer situação
Aprovado - Temporário	Aprovado - Temporário	Regular
Não Aprovado – <i>Follow Up</i>	<i>Follow Up</i> (**)	Qualquer situação

(*) Situação exclusiva para **Auditoria Inicial**. Após o vencimento do prazo para conclusão da **Auditoria Follow up**.

(**) Situação exclusiva para **Auditoria Inicial**. Até o vencimento do prazo para conclusão da **Auditoria Follow up**.

Tabela 12 - Situação das empresas identificadas exclusivamente como Subcontratados	
Situação	Resultado Auditoria
Ouro	Aprovado/Ouro
Prata	Aprovado/Prata
Bronze	Aprovado/Bronze
Cobre	Aprovado/Cobre
Suspenso	Empresa sofreu alguma penalidade de suspensão, conforme especificado neste Regulamento Geral.
	Reprovado
	Certificado de Aprovação Vencido
	<i>Follow Up</i> (*)
Aprovado	Foi concedida aprovação especial à Empresa, conforme especificado neste Regulamento Geral.
Não Aprovado – <i>Follow Up</i> (*)	<i>Follow Up</i> (**)

(*) Situação exclusiva para **Auditoria Inicial. Após** o vencimento do prazo para conclusão da **Auditoria Follow Up.**

(**) Situação exclusiva para **Auditoria Inicial. Até** o vencimento do prazo para conclusão da **Auditoria Follow Up.**

Importante: Em qualquer situação (Fornecedor, Subcontratado ou Ambos), se existem duas auditorias válidas dentro do mesmo período, ou seja, uma **Auditoria de Renovação** já foi realizada e concluída antes do vencimento da anterior, a classificação adotada será a mais favorável à empresa auditada.

7. Outras Regras para o PROGRAMA ABVTEX

7.1 Recursos para Fornecedores e Subcontratados

Caso haja discordância de um Fornecedor e/ou Subcontratado quanto a não aprovação ou suspensão no PROGRAMA ABVTEX, ou ainda o cancelamento de seu Certificado de Aprovação, o Fornecedor e/ou Subcontratado poderá apresentar recurso junto ao PROGRAMA ABVTEX na tentativa de reversão da decisão.

O recurso deve ser apresentado por meio eletrônico, na forma descrita neste **Regulamento Geral** e segundo os procedimentos descritos no **Anexo 6**.

A não aprovação, suspensão ou cancelamento continuará em vigor enquanto o recurso não for apreciado pela ABVTEX, impedindo o Fornecedor e/ou Subcontratado de requerer nova auditoria nesse período. Porém, caso deferido o pedido de defesa, e nos casos em que o Fornecedor e/ou Subcontratado alegue e demonstre o risco de sofrer prejuízos irremediáveis, a ABVTEX poderá, a seu exclusivo critério em face das circunstâncias e da documentação apresentada, modificar a sua situação para "em julgamento", suspendendo provisoriamente a penalidade até a conclusão do processo.

Será considerada válida a defesa que for protocolada pelo Fornecedor e/ou Subcontratado junto à ABVTEX por meio eletrônico, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir:

- Da data de finalização da auditoria no Sistema do PROGRAMA, quando a contestação estiver ligada a uma auditoria realizada por um Organismo de Auditoria;
- Da data de não aprovação, suspensão ou inabilitação da empresa no PROGRAMA ABVTEX, quando a contestação estiver ligada a uma **Auditoria de Preposto**.

Após o recebimento da defesa, a ABVTEX terá até 5 (cinco) dias úteis para confirmar o recebimento. Uma vez recebida a documentação, o procedimento se repete, com abertura de novo prazo de até 15 (quinze) dias úteis para análise pela Equipe Administrativa da ABVTEX, e eventual pedido de complementação. Após análise, o pedido poderá ser deferido ou não, a contar da data de seu efetivo recebimento ou do recebimento do complemento de informações que venha a requisitar, o que será informado à empresa interessada por meio de notificação via meio eletrônico com a decisão final. Caso o pedido de defesa seja aceito, os trâmites normais se seguirão a partir deste momento (vide anexo 6).

É direito do Fornecedor e/ou Subcontratado alegar toda a matéria de defesa, expondo de forma fundamentada as razões com as quais impugna a auditoria que resultou em sua não aprovação, suspensão ou cancelamento de sua habilitação no PROGRAMA ABVTEX. Todas as alegações deverão ser comprovadas por documentos idôneos, que deverão embasar a defesa apresentada. Para que o Fornecedor e/ou Subcontratado possa embasar melhor seu processo de defesa, o resultado detalhado do relatório da auditoria deve ser disponibilizado ao Fornecedor e/ou Subcontratado. Neste caso:

- Quando a suspensão ou reprovação se originar de uma auditoria realizada por um dos Organismos de Auditoria, o relatório estará disponível no Sistema do PROGRAMA, na página do Fornecedor e/ou Subcontratado.
- Quando a suspensão ou reprovação se originar a partir de **Auditoria de Preposto**, o relatório deve ser enviado ao Fornecedor e/ou Subcontratado pela ABVTEX.

A apreciação dos casos poderá ser realizada em até 03 (três) instâncias:

- a) 1ª. Instância: Equipe Administrativa da ABVTEX. A equipe administrativa da ABVTEX deve avaliar o conteúdo das provas e a criticidade das irregularidades apuradas em face da punição aplicada. Nesta primeira instância, a ABVTEX pode:

- Recusar o recurso pela inconsistência da defesa apresentada;
 - Solicitar ao Fornecedor e/ou Subcontratado mais evidências quanto ao pleito, antes de decidir pela recusa ou andamento do recurso;
 - Aceitar o processo de defesa e dar andamento ao pleito, caso as evidências apresentadas pelo Fornecedor e/ou Subcontratado justifiquem este procedimento.
- b)2ª. Instância: Revisão pelo Organismo de Auditoria ou pelo Preposto. Caso a Equipe Administrativa da ABVTEX aceite a defesa, a ABVTEX notificará o Organismo de Auditoria ou o Preposto para que revise o procedimento aplicado na auditoria. Nesse caso:
- O recurso poderá ser encerrado imediatamente, com a retirada da penalidade aplicada, se o Organismo de Auditoria ou o Preposto atestar que houve erro de procedimento, em prejuízo do Fornecedor e/ou Subcontratado;
 - O recurso segue para julgamento do Comitê de Arbitragem, caso a penalidade aplicada seja confirmada pelo Organismo de Auditoria ou Preposto.
- c) 3ª Instância: Comitê de Arbitragem. Caso a Equipe Administrativa da ABVTEX não aceite a defesa e o Organismo de Auditoria ou o Preposto não encerre o caso com a suspensão da penalidade, o recurso deve ser encaminhado ao Comitê de Arbitragem do PROGRAMA ABVTEX, que realizará o julgamento definitivo do caso, em face de toda a documentação e argumentos apresentados.

7.2 **Certificado de Aprovação**

Caso a organização tenha atendido aos critérios necessários para aprovação no PROGRAMA ABVTEX, será emitido um Certificado de Aprovação pelo [Sistema do PROGRAMA ABVTEX](#), dentro do acesso da própria organização. Este Certificado de Aprovação identifica que a empresa passou pela auditoria no padrão ABVTEX e foi aprovada na data de finalização da auditoria.

A classificação obtida pela empresa auditada nos termos do PROGRAMA ABVTEX reflete a sua situação na data de realização da auditoria, e não implica em garantia, após essa data, quanto ao atendimento dos requisitos verificados pelo Organismo de Auditoria. Eventuais alterações na classificação da empresa poderão ocorrer a qualquer tempo e, nestes casos, a classificação será atualizada e ficará disponível apenas no Sistema do PROGRAMA (www.abvtex.org.br, clicando no botão 'Acesso ao PROGRAMA ABVTEX').

A divulgação da obtenção deste Certificado de Aprovação poderá ser realizada exclusivamente pelo Fornecedor e/ou Subcontratado nas condições previstas no **Item 7.4** deste **Regulamento Geral**, sendo vedada a criação de qualquer outro tipo de documento com finalidade de comprovar a sua aprovação.

7.3 **Validade da Auditoria**

A partir da finalização do relatório de **Auditoria Inicial**, no [Sistema do PROGRAMA ABVTEX](#), a empresa deverá realizar anualmente uma **Auditoria de Renovação** para manter-se aprovada perante o PROGRAMA ABVTEX e manter seu *status* no PROGRAMA. A data de aprovação na **Auditoria Inicial**, constante do Certificado de Aprovação e disponível no Sistema do PROGRAMA, fixa a data de aniversário de sua aprovação, a qual deverá ser renovada anualmente. Uma **Auditoria de Renovação** poderá ser solicitada pela empresa interessada com a antecedência de

4 (quatro) meses antes da data de aniversário, prazo no qual deverá ser realizada tanto a **Auditoria de Renovação** como, eventualmente, uma **Auditoria Follow Up**.

Para todos os efeitos, a data de aniversário constitui em data limite para que a aprovação da empresa seja revalidada. Caso a empresa não consiga revalidar seu Certificado de Aprovação até a data de aniversário, ficará suspensa no PROGRAMA ABVTEX até que regularize sua situação. Inclui-se aqui a situação de não finalização de **Auditoria Follow Up** antes da data de aniversário estabelecida. Neste caso, a empresa ficará em *status* suspenso até a conclusão da **Auditoria Follow Up** e obtenção da aprovação.

Desta forma, a empresa auditada assume o risco de ficar suspensa no PROGRAMA ABVTEX caso não seja aprovada em **Auditoria de Renovação** ou **Auditoria Follow Up** antes da próxima data de aniversário, ocasião em que a empresa passará à condição de suspensão no PROGRAMA ABVTEX. Consequentemente, ficará suspensa e inabilitada a operar na cadeia de fornecimento das varejistas signatárias.

O princípio da fixação da data de aniversário existe para que as empresas realizem auditorias anuais, assim sendo, a empresa que concluir uma **Auditoria de Renovação** antes da data de aniversário, não terá prejuízo na redução do tempo para conclusão da próxima **Auditoria de Renovação**, já que a data de aniversário não será alterada.

A data de aniversário é fixa, porém em algumas situações a data poderá ser modificada. As situações em que a data de aniversário pode ser modificada, são as seguintes:

- **Quando a empresa realizar uma Auditoria de Mudança de Endereço:**
Por se tratar de auditoria completa, em ambiente diverso da auditoria original, a nova data de aniversário passa a ser a data de finalização desta nova auditoria, desde que seja concluída com *status* de aprovado.
- **Quando a empresa não for aprovada em Auditoria Follow Up no prazo máximo de 90 (noventa) dias:**
Neste caso, a empresa deve realizar uma nova auditoria completa para ficar regular junto ao PROGRAMA. Assim sendo, a nova data de aniversário passa a ser a data de finalização da nova auditoria, desde que seja concluída com *status* de aprovado.
- **Quando a empresa deixar vencer a sua data de aniversário sem iniciar o processo de Auditoria de Renovação:**
Neste caso, a empresa deve realizar uma nova auditoria completa para ficar regular junto ao PROGRAMA e a nova data de aniversário passa a ser a data de finalização da nova auditoria, desde que seja concluída com *status* de aprovado.

7.4 Selo do PROGRAMA ABVTEX

Com o intuito de identificar as empresas participantes do PROGRAMA ABVTEX, que possuem compromissos com os princípios éticos de condições dignas de trabalho, a ABVTEX instituiu o Selo do PROGRAMA ABVTEX, que poderá ser utilizado por Fornecedores e seus Subcontratados durante o prazo de validade do Certificado de Aprovação, em acordo com as regras estabelecidas pelas Normas de Uso do Selo do PROGRAMA ABVTEX, **Anexo 5** deste **Regulamento Geral**.

Importante ressaltar que é vedado o uso do Selo do PROGRAMA ABVTEX sem a autorização e o conhecimento prévio da ABVTEX e o uso inadequado do mesmo poderá causar o cancelamento da aprovação no PROGRAMA. O

logotipo oficial do Selo do PROGRAMA ABVTEX encontra-se no Portal da ABVTEX em www.abvtex.org.br/selo-abvtex.

Por outro lado, é vedado aos Fornecedores e seus Subcontratados o uso do logotipo da ABVTEX (logomarca da Associação), em qualquer material.

7.5 Penalizações

Os Fornecedores e/ou Subcontratados poderão estar sujeitos a penalidades no PROGRAMA ABVTEX caso não atendam aos requisitos previstos neste **Regulamento Geral**. Estas penalidades podem ser aplicadas a partir de irregularidades encontradas por, pelo menos, um dos seguintes instrumentos:

- Pelo resultado de uma **Auditoria Inicial, Auditoria de Renovação, Auditoria de Mudança de Endereço, Auditoria Novos Empregados, Auditoria Follow Up** ou **Auditoria de Estrutura Física**, realizadas por qualquer um dos Organismos de Auditoria homologados;
- Pelo resultado de uma **Auditoria de Verificação** realizada pelo Organismo Supervisor, por solicitação da ABVTEX;
- Por verificações realizadas, de forma anunciada ou não, pela própria ABVTEX ou por **Auditoria de Preposto**. Estas verificações devem estar sustentadas por evidências e documentação suficientes para uma tomada de ação pela Governança do PROGRAMA;
- Por deliberação do Comitê de Arbitragem, quando do julgamento das ações previstas neste **Regulamento Geral**.

Durante o período de duração da penalidade, cabe à Varejista Signatária decidir se receberá pedidos já emitidos ao Fornecedor antes da aplicação da penalidade. Essa condição se aplica também em relação aos pedidos em produção no Subcontratado da cadeia deste fornecedor. Durante o período de duração da penalidade, por acordo entre as Varejistas Signatárias do PROGRAMA ABVTEX, está prevista a não emissão de novos pedidos por parte das Varejistas Signatárias.

Toda penalidade será comunicada à empresa Fornecedora e/ou Subcontratada pela ABVTEX, por atualização do [Sistema do PROGRAMA](#), gerando notificação de suspensão eletrônica (notificação no Sistema e envio ao e-mail cadastrado no Sistema do PROGRAMA), nas seguintes situações:

1. A empresa já aprovada Fornecedora e/ou Subcontratada não autorizar o acesso a pelo menos uma destas situações:
 - ✓ Acesso às suas dependências para a realização de **Auditoria Inicial, Auditoria de Renovação, Auditoria Follow Up, Auditoria de Verificação, Auditoria de Mudança de Endereço, Auditoria de Estrutura Física, Auditoria de Preposto** ou **Auditoria Novos Empregados**;
 - ✓ Acesso a documentos importantes, solicitados pelo auditor para avaliação de qualquer dos requisitos classificados como **TOLERÂNCIA ZERO**;
 - ✓ Acesso aos empregados para a realização do processo de entrevistas.
Penalidade: Suspensão por 3 (três) meses ou até que a empresa (Fornecedor ou Subcontratado) realize uma nova auditoria completa, o maior dos dois prazos.

2. A interrupção de auditoria pelo auditor quando sentir que corre risco pessoal, por ação de agentes da própria empresa auditada para manter a sua integridade física.
Penalidade: A empresa poderá ser penalizada, desde uma advertência a suspensão por prazo a ser definido, após análise da situação pela estrutura de Governança do PROGRAMA. No caso de suspensão, será necessária a realização de uma nova auditoria completa.

3. Nos casos de mudança de endereço ou nos casos de ampliação/alteração de área da unidade fabril pela anexação de outro prédio contíguo em outro endereço ou ainda anexação de sala, espaço, outro andar ou armazém no mesmo endereço (inexistente na data da última auditoria - não se refere à alteração de layout). Quando houver comunicado prévio do fornecedor e/ou subcontratado e não for aprovada em nova auditoria em até 90 (noventa) dias da data de comunicação da mudança.
Penalidade: Suspensão até que haja a regularização (realização de nova auditoria completa, com aprovação do Organismo de Auditoria).

4. Nos casos de mudança de endereço ou nos casos de ampliação/alteração de área da unidade fabril pela anexação de outro prédio contíguo em outro endereço ou ainda anexação de sala, espaço, outro andar ou armazém no mesmo endereço (inexistente na data da última auditoria - não se refere à alteração de layout). Quando não houver comunicado prévio do fornecedor e/ou subcontratado.
Penalidade: Suspensão imediata, até regularização com aprovação nova auditoria completa.

5. Havendo mais de uma empresa na mesma planta/espaço físico, compartilhando os mesmos funcionários, máquinas (modalidade matriz e filial, mesmo grupo econômico, fornecedor e subcontratado) se qualquer outra empresa fornecedora e/ou subcontratada desta planta estiver sujeita a qualquer uma das penalidades previstas neste Regulamento Geral.
Penalidade: mesma penalidade da empresa autuada.

6. A empresa classificada como Fornecedor ou Ambos utilizar empresa Subcontratada (outro CNPJ, ainda que do mesmo grupo econômico) **aprovada** no PROGRAMA ABVTEX, porém **não declarada** em sua lista de Subcontratados no repasse da produção ou ainda em qualquer processo em que exija a circulação, armazenagem, transbordo ou qualquer outra atividade em que existam produtos destinados a varejistas signatárias ou contendo suas marcas.
Penalidade:
Primeira ocorrência: Notificação ao fornecedor com prazo de 24 horas para regularização. Caso não regularize, suspensão até vincular;
Primeira reincidência: Suspensão 30 (trinta) dias;
Segunda reincidência: Suspensão 60 (sessenta) dias;
Terceira reincidência: Suspensão 90 (noventa) dias.

7. A empresa classificada como Fornecedor ou Ambos utilizar empresa subcontratada (outro CNPJ, ainda que do mesmo grupo econômico) ou prestador de serviço a qualquer título (inclusive autônomo) **não aprovada** no PROGRAMA ABVTEX e **não declarada** em sua lista de subcontratados, no repasse da produção ou ainda em qualquer processo em que exija a circulação, armazenagem, transbordo ou qualquer outra atividade em que existam produtos destinados a varejistas signatárias ou contendo suas marcas., mesmo em unidade de propriedade do próprio fornecedor que não tenha sido vistoriada em uma das auditorias do PROGRAMA ABVTEX.
Penalidade:
Primeira ocorrência: Suspensão de 90 (noventa) dias ou até que o subcontratado seja aprovado e vinculado (o menor entre ambos);

Segunda ocorrência: Suspensão de 180 (cento e oitenta) dias.

Nas duas situações, será necessária a realização de uma nova auditoria completa.

8. A empresa classificada como Subcontratado quarterizar produção para outro Subcontratado (outro CNPJ, ainda que do mesmo grupo econômico) **aprovado ou não aprovado** no PROGRAMA ABVTEX ou prestador de serviço a qualquer título (inclusive autônomo).

Penalidade: Na primeira ocorrência suspensão de 90 (noventa) dias;

Na segunda ocorrência suspensão de 180 (cento e oitenta) dias.

Nas duas situações, será necessária a realização de uma nova auditoria completa.

9. A empresa não aprovada na Auditoria de Renovação ou Auditoria *Follow Up* antes do aniversário seguinte de sua Auditoria Inicial (perda de prazo).

Penalidade: Suspensão até que haja a regularização (realização de nova auditoria completa com aprovação do Organismo de Auditoria ou quando for aprovado em Auditoria *Follow Up*, dentro do prazo de 90 (noventa) dias da data da última Auditoria de Renovação).

10. Fornecedor e/ou seus Subcontratados sofram atuação de órgão governamental vinculada aos temas tratados no PROGRAMA ABVTEX, incluindo colocação na 'Lista Suja'.

Penalidade: A empresa será suspensa imediatamente. A situação será avaliada pela estrutura de Governança do PROGRAMA, que determinará as ações a serem tomadas.

11. Constatção de não conformidade 'TOLERÂNCIA ZERO'.

Penalidade: Suspensão por 6 (seis) meses e julgamento do Comitê Arbitral para eventual aumento de penalidade a critério deste comitê. Nesta situação, a empresa somente poderá retornar ao PROGRAMA ABVTEX com uma auditoria completa, realizada ao final do período de suspensão. Caso a empresa tenha sido não aprovada em Auditoria Inicial por não conformidade "TOLERÂNCIA ZERO", mesmo nunca tendo sido aprovada no PROGRAMA ABVTEX, somente poderá realizar nova auditoria Completa após 6 (seis) meses da finalização de sua última auditoria.

12. Constatção de não conformidade 'Crítica', após processo de aprovação por uma Auditoria Inicial ou Auditoria de Renovação e antes da realização de nova Auditoria de Renovação.

Penalidade:

Na primeira ocorrência, advertência por notificação expedida pela Equipe Administrativa do PROGRAMA ABVTEX, com prazo de até 90 dias para regularização da não conformidade, a partir da realização de uma nova auditoria de Follow UP. A não realização da FUP no prazo determinado levará a empresa a ficar 30 (trinta) dias suspensa;

Na reincidência, suspensão por 30 (trinta) dias e comprovação da regularização da não conformidade através de FUP.

13. Uso irregular do Selo do PROGRAMA ABVTEX. (em desacordo com o Anexo 5 deste regulamento)

- a. Nos casos de uso antes da emissão do Certificado de Aprovação ou ainda, fora do período de validade do Certificado de Aprovação:

Penalidade: Notificação com Advertência ao Fornecedor/Subcontratado

- b. Nos casos de uso irregular: sem aprovação prévia do material pela ABVTEX, quando o Fornecedor/Subcontratado estiver em período de suspensão, quando do cancelamento do Certificado de aprovação;

Penalidade: Suspensão de 30 (trinta) dias

- c. Para os casos não previstos nas especificações acima

Penalidade: Suspensão a critério da Governança do PROGRAMA ABVTEX

14. Existência de Funcionário não registrado em CTPS.

Penalidade:

Na primeira ocorrência, suspensão até a comprovação da regularização (registro ou demissão, com comprovação do pagamento das verbas rescisórias).

1ª reincidência: Suspensão 30 (trinta) dias;

2ª reincidência: Suspensão 60 (sessenta) dias;

Nos casos acima, será necessária a realização de uma nova auditoria de *Follow UP*.

3ª reincidência: Suspensão 90 (noventa) dias;

4ª reincidência: Suspensão 120 (cento e vinte) dias.

Nas duas situações acima, será necessária a realização de uma nova auditoria completa.

15. A empresa classificada como Fornecedor ou Ambos, por responder solidariamente à condição de seus Subcontratados, quando um Subcontratado vinculado estiver suspenso.

Penalidade:

Para casos de TOLERÂNCIA ZERO: suspensão de 90 (noventa) dias e reclassificação para categoria Bronze do PROGRAMA ABVTEX;

Para casos de Não Conformidades CRÍTICAS QUE GERAM PENALIDADES:

1ª ocorrência: advertência;

2ª ocorrência: Suspensão 30 (trinta) dias;

3ª ocorrência: Suspensão 60 (sessenta) dias;

4ª ocorrência: Suspensão 90 (noventa) dias.

16. Nos casos de contratação de, ao menos, um empregado, por empresa auditada e aprovada no PROGRAMA na condição de "*Empresa Constituída somente por sócios, de forma regular*", quando houver comunicado prévio do Fornecedor e/ou Subcontratado e a empresa não for aprovada numa **Auditoria Novos Empregados**, em até 90 (noventa) dias da data de comunicação da mudança.

Penalidade: Suspensão até que haja a regularização (realização de nova auditoria completa, com aprovação do Organismo de Auditoria).

17. Nos casos de contratação de, ao menos, um empregado, por empresa auditada e aprovada no PROGRAMA na condição de "*Empresa Constituída somente por sócios, de forma regular*", quando não houver comunicado prévio do Fornecedor e/ou Subcontratado.

Penalidade: Prazo de 30 (trinta) dias para regularização da situação (conclusão com aprovação de nova auditoria completa). Caso contrário, suspensão até que haja a regularização (realização de nova auditoria completa, com aprovação do Organismo de Auditoria).

18. Evidenciado em alguns tipos de auditoria do Regulamento Geral, a não observância do Código de Conduta do PROGRAMA ABVTEX.

Penalidade: Advertência escrita, suspensão ou ainda exclusão definitiva do PROGRAMA a critério da estrutura de Governança do PROGRAMA. Nos casos em que esta situação não seja clara ou explícita, o Comitê de Arbitragem deverá definir a punição.

19. Em qualquer situação, quando uma empresa cometer, de forma concomitante, mais de uma das infrações previstas neste **Regulamento Geral** e descritas neste **Item 7.5**, a empresa será penalizada pela maior das infrações observadas. Não havendo, nesta circunstância, acúmulo das penalidades previstas.

20. Nos casos evidenciados de empregados com idade maior do que 14 anos e menor do que 18 anos, quando as leis trabalhistas não estão sendo cumpridas, tais como: não exposição a trabalhos perigosos/insalubres, não realização de trabalho noturno, contrato de trabalho conforme permitido por lei?

Penalidade: Na primeira ocorrência será enviada uma notificação com obrigatoriedade para realização de FUP em até 90 (noventa) dias;

1ª reincidência: Suspensão 30 (trinta) dias;

2ª reincidência: Suspensão 60 (sessenta) dias;

3ª reincidência: Suspensão 90 (noventa) dias;

4ª reincidência: Suspensão 180 (cento e oitenta) dias.

Nos casos de reincidência, será necessária a realização de uma nova auditoria completa.

21. A empresa classificada como **Fornecedor ou Ambos**, por responder solidariamente à condição de seus subcontratados, quando um subcontratado vinculado quarteirizar produção para outro subcontratado **aprovado ou não aprovado** no PROGRAMA ABVTEX.

Penalidade:

1ª ocorrência: Notificação ao fornecedor;

2ª ocorrência: suspensão de 30 (trinta) dias;

3ª ocorrência: suspensão de 60 (sessenta) dias ou até que a empresa seja certificada e vinculada (a menor entre ambos)

4ª ocorrência: suspensão de 90 (noventa) dias ou até que a empresa seja certificada e vinculada (a menor entre ambos).

22. Nos casos nos quais uma Empresa participante do PROGRAMA ABVTEX aparecer na mídia com caso de trabalho escravo/análogo ao escravo, trabalho infantil, estrangeiro irregular.

Penalidade: Envio de notificação com solicitação de esclarecimentos e posterior análise do Comitê de Governança do PROGRAMA para definição de providências, que poderá levar à suspensão da empresa do PROGRAMA ABVTEX.

Caso a empresa seja suspensa, deverá realizar uma auditoria completa para retorno ao PROGRAMA ABVTEX.

8. Exigências aplicáveis aos Organismos de Auditoria e auditores

8.1 Credenciamento dos Organismos de Auditoria

Para manter e desenvolver o PROGRAMA, a ABVTEX estabelece parcerias com Organismos de Auditoria previamente avaliados e credenciados pela entidade, para a realização dos serviços de auditoria em Fornecedores e/ou Subcontratados da cadeia de fornecimento de seus associados, bem como em empresas que não integram esta cadeia, mas têm interesse em submeter-se àquelas auditorias.

Para credenciar-se e manter-se habilitado no PROGRAMA ABVTEX, um Organismo de Auditoria deve possuir determinadas características:

- a. Ter notoriedade e ser reconhecido como Organismo de Auditoria que ofereça serviços de qualidade dentro dos padrões estabelecidos pela ABVTEX.
- b. Estar legalmente formalizado, com sede no Brasil, em qualquer situação jurídica: empresa privada, associação, instituição sem fins lucrativos ou de interesse social, entre outras.
- c. Ter, no mínimo, um período de 2 (dois) anos de atuação no mercado nacional, a considerar os últimos 24 (vinte e quatro) meses.
- d. Ter certificação na norma ISO17021 (*Conformity assessment — Requirements for bodies providing audit and certification of management systems*), na sua versão mais recente.
- e. Ser organização que demonstre estabilidade e solidez na sua estrutura operacional.

- f. Ter comprovada qualificação em processos similares aos do PROGRAMA ABVTEX e possuir mecanismos para a manutenção do conhecimento de sua equipe de auditores.
- g. Possuir disponibilidade de recursos suficientes, em equipe e estrutura, para atender às auditorias demandadas.
- h. Não manter qualquer tipo de vínculo com qualquer instituição envolvida no processo de auditoria, seja Varejista Signatária do PROGRAMA ABVTEX, Fornecedor, Subcontratado ou outros, a considerar o período dos últimos 24 (vinte e quatro) meses antes de cada auditoria realizada. Neste caso, apenas trabalhos de auditoria nas Varejistas Signatárias serão aceitáveis como vínculo existente entre o Organismo de Auditoria e os envolvidos na auditoria.

A relação entre a ABVTEX e os Organismos de Auditoria deve ser formalizada em contrato. De outro modo, o descredenciamento de um Organismo de Auditoria pode ser realizado nas formas e condições descritas no contrato entre as partes e/ou nas condições descritas neste **Regulamento Geral**.

O credenciamento de Organismos de Auditoria é estabelecido pelos procedimentos descritos no **Anexo 8** deste **Regulamento Geral**, tem validade de 5 (cinco) anos e, após este período, deve ser revalidado com base nos resultados obtidos no processo de Monitoramento dos Organismos de Auditoria (**Item 8.4** deste **Regulamento Geral**). Não obstante a estipulação de um prazo de validade do credenciamento do Organismo de Auditoria, a manutenção (a qualquer tempo) e a renovação periódica do credenciamento aqui concedido, e consequente manutenção da condição de empresa habilitada a atuar no PROGRAMA ABVTEX, levarão em conta a observância dos termos contratuais e atendimento das regras previstas neste **Regulamento Geral** e em manuais de procedimento pertinentes, os quais poderão ser alterados periodicamente, unilateralmente, pela ABVTEX.

A revalidação do credenciamento serve apenas para garantir que a empresa mantém os requisitos exigidos pelo PROGRAMA ABVTEX. Caso, durante o processo de revalidação do credenciamento, fique constatado que a empresa não mais atende aos requisitos necessários, esta será descredenciada, abrindo espaço para o processo de credenciamento de um novo Organismo de Auditoria.

O credenciamento de um Organismo de Auditoria é atividade exclusiva da Estrutura de Governança do PROGRAMA ABVTEX. Assim, uma organização que atenda a todos os requisitos necessários descritos neste **Regulamento Geral** não garante seu credenciamento automático ao PROGRAMA ABVTEX. Além disso, o reconhecimento do Organismo de Auditoria como empresa credenciada no âmbito do PROGRAMA ABVTEX não lhe confere direito de exclusividade, sendo certo que a ABVTEX poderá outorgar credenciamento a outras empresas para realizar as mesmas atividades.

A quantidade de Organismos de Auditoria credenciados para o PROGRAMA ABVTEX é definida exclusivamente, pela Estrutura de Governança do PROGRAMA ABVTEX, que poderá credenciar novos Organismos de Auditoria a partir de pelo menos um dos seguintes princípios: ampliação da base de fornecedores, subcontratados e outras empresas interessadas na aprovação no PROGRAMA ABVTEX; incapacidade operacional do conjunto de Organismos de Auditoria credenciados para atenderem aos fornecedores interessados nos prazos necessários; e substituição de Organismo de Auditoria que tenha sido descredenciado. Assim, quando a ABVTEX entender que há demanda para a inclusão de novo(s) Organismo(s) de Auditoria:

- a. Deverá anunciar publicamente a abertura de seleção para novos Organismos de Auditoria, possibilitando que todas as organizações interessadas possam participar do processo de credenciamento;
- b. As empresas que desejam ingressar como prestadoras de serviço de auditoria na qualidade de Organismo de Auditoria deverão passar por um processo de avaliação para seu credenciamento, em conformidade com os critérios apresentados neste **Regulamento Geral**;
- c. Caso o número de postulantes seja maior que a quantidade de Organismos a serem credenciados no PROGRAMA ABVTEX, o critério de seleção deve ser objetivo e público.

A relação oficial e atualizada dos Organismos de Auditoria credenciados, está no Portal da ABVTEX (www.abvtex.org.br/organismos-de-auditoria) de forma clara e inequívoca, e que poderá ser alterada periodicamente.

8.2 Credenciamento dos auditores

Os profissionais contratados pelos Organismos de Auditoria deverão ter experiência e qualificação mínimas que sigam as exigências estabelecidas pela ABVTEX.

O controle para o credenciamento de auditores é um processo fundamental para o melhor funcionamento do PROGRAMA ABVTEX. Desta forma, é gerenciado diretamente pela ABVTEX, que tem o parecer final sobre o credenciamento, sua renovação e a possibilidade de descredenciamento de auditores no âmbito do PROGRAMA.

Um Organismo de Auditoria poderá solicitar credenciamento de seus auditores à ABVTEX, com base nas especificações e qualificações exigidas pelo PROGRAMA ABVTEX, neste **Regulamento Geral** ou nos procedimentos adotados pela ABVTEX para tal credenciamento.

A ABVTEX poderá descredenciar ou suspender temporariamente um auditor a qualquer tempo, sempre informando previamente o Organismo de Auditoria ao qual ele estiver vinculado. No caso de um descredenciamento realizado pela ABVTEX, o Organismo de Auditoria deve providenciar todos os trâmites para que o descredenciamento seja concluído.

O Organismo de Auditoria também poderá descredenciar unilateralmente um auditor, a seu critério e sem autorização prévia da ABVTEX, dentro de suas normas internas.

Um auditor descredenciado poderá retomar o seu credenciamento desde que reinicie o processo, como se fosse um novo auditor, exceto nos casos em que o descredenciamento ocorreu por falta grave, desrespeito ao código de conduta do Organismo de Auditoria ou às regras do PROGRAMA ABVTEX, inclusive o **Regulamento Geral** e seus anexos, conforme julgamento pelo Comitê de Arbitragem.

Para credenciamento no PROGRAMA ABVTEX, o auditor deve estar vinculado a um Organismo de Auditoria. Este vínculo pode se dar de duas formas, e em ambos os casos, o Organismo de Auditoria deverá submeter à ABVTEX a comprovação do vínculo:

- a) Como empregado do Organismo de Auditoria, regularmente registrado: Comprovação por carteira profissional, com cópias da capa da carteira de trabalho e página do contrato de trabalho com o Organismo de Auditoria; ou
- b) Como terceiro autônomo, desde que respeitando todas as condições estabelecidas para esta contratação na forma da lei, afastando-se completamente a possibilidade de precarização das relações de trabalho. A comprovação deste vínculo deve ser feita com a apresentação do contrato de prestação de serviços do auditor com o Organismo de Auditoria. Quando o auditor estiver nesta condição, para a ABVTEX, este poderá desenvolver trabalhos para mais de um Organismo de Auditoria, ficando a critério deste a aceitação ou não nesta condição.

O auditor credenciado para o PROGRAMA ABVTEX poderá estar em disponibilidade para outras certificações ou selos atendidos pelos Organismos de Auditoria. Porém, este compartilhamento deve ser realizado dentro de programas similares e/ou com os mesmos objetivos do PROGRAMA ABVTEX. Em casos de compartilhamento de

auditores entre Certificadoras, tal fato de total responsabilidade e acordo entre as próprias certificadoras e seus auditores.

A conduta, perfil e atuação do auditor em campo são de total responsabilidade do Organismo de Auditoria para o qual está prestando serviço, independentemente da forma como foi credenciado ou de trabalhar para mais de um Organismo.

Para se credenciar, o auditor deverá preencher todos os seguintes requisitos, obrigatoriamente:

- a) Formação superior completa ou em conclusão (assim entendidos os casos em que a formatura esteja prevista para ocorrer dentro de 12 (doze) meses, no máximo), ou formação técnica em nível superior, independente da área.
- b) Treinamento comprovado em requerimentos legais para as indústrias de confecção, calçados e acessórios em questões trabalhistas, de saúde e segurança no trabalho e de meio ambiente (este último, como foco nos requisitos do Bloco Temático 7 - Meio Ambiente).
- c) Treinamento de, no mínimo, 40 (quarenta) horas teóricas, nos requerimentos do PROGRAMA ABVTEX, comprovadas com presença, atividades práticas e exame final de aprovação, fornecido pelo próprio Organismo de Auditoria e aplicado por auditor líder, com experiência mínima de 5 (cinco) anos de auditor líder, dentre eles, de 2 (dois) anos de líder na certificação ABVTEX. Para atendimento das 40 horas, pode-se somar os treinamentos dos itens "b" e "d".
- d) Treinamento comprovado (básico ou avançado) em qualquer norma certificável de sistema de gestão relacionada aos blocos temáticos da ABVTEX, tais como ISO14001, ISO45001, SA8000.
 - e) Comprovação de participação em, ao menos, 4 (quatro) auditorias de campo do Protocolo ABVTEX, sendo 2 (duas) como equipe de auditoria e 2 (duas) como auditor líder*, devendo cobrir no mínimo 1 (um) fornecedor com cadeia produtiva, 1 (um) subcontratado, 1 (um) Bloco 7 e 1 (um) Bloco 6.
* Aceitação condicional da ABVTEX, estando o auditor em processo de qualificação, ser acompanhando de um auditor já aprovado pela ABVTEX.
- f) Comprovação de AUDIT LOG com 160 (cento e sessenta) horas em auditorias de responsabilidade social ou saúde e segurança no trabalho.
- g) Experiência profissional desejável em atividades do segmento têxtil ou calçados ou acessórios. Esta experiência pode ter sido alcançada em manufatura, confecção, compras, inspeção de qualidade ou compliance.
- h) Realização do curso oferecido pela ABVTEX (EAD) de treinamento de seu protocolo.

Documentos necessários para o credenciamento do auditor:

- a) Documentação fornecida pelo Organismo de Auditoria:
 - *Curriculum Vitae* – Preenchido diretamente pelo Organismo no [Sistema do PROGRAMA ABVTEX](#).
 - Certificados comprobatórios dos treinamentos em requerimentos legais para as indústrias de confecção, calçados e acessórios em questões trabalhistas e de saúde e segurança no trabalho.
 - Atestado, emitido pelo próprio Organismo de Auditoria ou outro, comprovando a realização das horas mínimas de auditoria, conforme previsto neste **Regulamento Geral** e nos procedimentos adotados pela entidade.
 - Documentação comprobatória quanto à experiência em auditorias e atuação no setor têxtil, de calçados ou acessórios (*audit log*).
 - Cópia da carteira profissional (capa e página do contrato com o Organismo de Auditoria), quando empregado.
 - Contrato de prestação de serviço do auditor para com o Organismo de Auditoria, quando se tratar de auditor terceirizado.
- b) Documentação complementar:

- Certificado de conclusão do curso de credenciamento para o PROGRAMA ABVTEX, incluindo o aproveitamento na avaliação realizada ao final do curso.

Mesmo credenciado, o auditor poderá ser descredenciado unilateralmente pela ABVTEX ou ainda por iniciativa do Organismo de Auditoria, nas seguintes situações:

- a) Por descumprimento deste **Regulamento Geral** ou de seus anexos, bem como das regras internas do Organismo de Auditoria.
- b) Por mau desempenho quando da aplicação das auditorias em campo. O desempenho do auditor é medido trimestralmente pela apuração de uma série de indicadores de desempenho, estabelecidos pela ABVTEX em comum acordo com os Organismos de Auditoria em contrato assinado entre as partes.

Eventuais exceções às normas deste **Regulamento Geral** ou procedimentos adotados pela ABVTEX poderão ser aplicadas ao exclusivo critério da ABVTEX, que poderá - em casos excepcionais - autorizar o credenciamento de um auditor sem que cumpra com algumas das exigências obrigatórias. A adoção de uma excepcionalidade deverá ser de conhecimento público, tendo a respectiva motivação justificada no [Sistema do PROGRAMA ABVTEX](#) atrelada às informações do auditor.

O procedimento para credenciamento dos auditores será o constante do **Anexo 7**.

As informações pessoais obtidas no processo de credenciamento dos auditores serão utilizadas única e exclusivamente para essa finalidade, bem como para gestão, acompanhamento e renovação do credenciamento do auditor.

A ABVTEX reserva-se o direito de eventualmente compartilhar as informações pessoais dos auditores com autoridades e órgãos públicos, quando instada e/ou solicitada para tanto, ou para execução de atividades que visem a concretização das finalidades acima mencionadas.

A ABVTEX guardará tais informações pelo período em que o auditor permanecer credenciado ou por qualquer outro prazo que lhe seja exigido por força legal e/ou preservação dos direitos tanto dos auditores quanto da ABVTEX.

Não havendo mais necessidade na manutenção de tais informações, a ABVTEX deverá descartá-las, devolvê-las aos auditores e/ou anonimizá-las para que sejam utilizadas para fins estatísticos, tão somente.

8.3 Sistema de Gestão do Organismo de Auditoria para o PROGRAMA ABVTEX

O Organismo de Auditoria deve manter um sistema de gestão reconhecido, implementado, acompanhado e monitorado para garantir que as auditorias do PROGRAMA ABVTEX sejam gerenciadas, planejadas e conduzidas de maneira eficaz, de acordo com este **Regulamento Geral**.

O sistema de gestão do Organismo de Auditoria deve abranger obrigatoriamente os requisitos a seguir:

8.3.1 Manual do Sistema de Gestão de auditorias do PROGRAMA ABVTEX

O Organismo de Auditoria deverá desenvolver um manual do sistema de gestão de auditorias que atenda o PROGRAMA ABVTEX (contemplando os Itens 8.3.2 ao 8.3.7 deste Regulamento). Todos os processos estabelecidos, considerando os controles necessários para atender aos requisitos do PROGRAMA, devem ser implementados. Este manual deve incluir, mas não se limitar, aos seguintes assuntos:

- a) Mecanismos e documentos definidos para garantir e monitorar a imparcialidade e integridade dos profissionais (internos e externos) envolvidos nas auditorias ABVTEX;
- b) Procedimentos internos de gestão e instruções técnicas (ferramentas de campo e outros) desenvolvidos;
- c) Registros, relatórios e outras informações (banco de dados) armazenados;
- d) Requisitos de competência da equipe (qualificações e habilidades) envolvida nos processos de auditoria, incluindo, mas não se limitando às funções, auditor, auditor líder, revisor de relatórios, staff responsável pela auditoria interna, coordenador do PROGRAMA e gestor do PROGRAMA ABVTEX;
- e) Capacitação de pessoal, avaliação, melhoria contínua e gestão de desempenho;
- f) Comunicação interna e externa e processos de compartilhamento de informações;
- g) Meios de cooperação com a ABVTEX e seus representantes designados (auditores internos ou externos);
- h) Canais de comunicação disponíveis;
- i) Processo interno de revisão do sistema de gestão para autoavaliação e melhoria contínua;
- j) Controles internos para analisar, tratar e solucionar não conformidades relacionadas aos requisitos do sistema de gestão de auditorias do PROGRAMA ABVTEX.

8.3.2 Treinamento, qualificação e desenvolvimento dos auditores

O Organismo de Auditoria deve seguir os requisitos mínimos de qualificação para os auditores ABVTEX estabelecidos neste **Regulamento Geral**. Requisitos adicionais podem ser definidos pelo Organismo de Auditoria.

- a) Os critérios de qualificação de auditores para o PROGRAMA ABVTEX (Item 8.2 deste Regulamento) são avaliados de forma sistematizada nos processos de seleção e aprovação de auditores.
- b) O Organismo de Auditoria deve implementar um programa de avaliação e monitoramento da competência de auditores (novos, internos e externos) visando a melhoria contínua nas seguintes áreas: PROGRAMA ABVTEX (protocolos e requisitos); Competência técnica (compreensão das questões de conformidade aplicáveis ao Checklist de auditoria do PROGRAMA ABVTEX); Habilidades do auditor e atributos necessários para conduzir auditorias de responsabilidade social; Competência para elaboração de relatórios de auditoria (qualidade demonstrada em relatórios - incluindo, mas não se limitando a: pontualidade, clareza e adesão ao Manual de Auditoria do PROGRAMA ABVTEX).
- c) Os auditores do Organismo de Auditoria devem estar cientes sobre os processos de qualificação, os treinamentos e o programa de avaliação da competência.
- d) Recomenda-se que o Organismo de Auditoria tenha os auditores do PROGRAMA ABVTEX cadastrados e aprovados no exame da APSCA.

8.3.3 Gestão da imparcialidade

O Organismo de Auditoria deve definir e implementar um sistema de gestão da imparcialidade para garantir que nenhum auditor, ou qualquer outro membro envolvido no processo de auditoria seja influenciado de forma a comprometer a imparcialidade.



- a) A gestão da imparcialidade deve incorporar um processo estruturado de avaliação de risco com análise prévia, relacionados a, mas não limitados - conflitos de interesse (interesses próprios, autoavaliação, parentesco e intimidações), suborno, segurança e auditoria branda.
- b) Medidas de controles operacionais - para eliminar ou reduzir os riscos associados - devem ser definidas, implementadas e avaliadas quanto à sua eficácia.
- c) Implementar processos regulares de conscientização e controle dos funcionários sobre a proibição de condutas antiéticas.
- d) Implementar processos de proteção contrarretaliação e denúncias para funcionários que alegam conduta antiética.
- e) Um plano deve ser definido e implementado para garantir que nenhum cliente seja auditado pelo mesmo auditor mais de 3 (três) vezes consecutivas. Os auditores e clientes do Organismo de Auditoria devem estar cientes desse requisito.
- f) O processo de avaliação do risco de imparcialidade deverá ser revisado regularmente.

8.3.4 Processo de planejamento da auditoria

O Organismo de Auditoria é responsável por fornecer auditorias para o PROGRAMA ABVTEX. Um planejamento eficaz das auditorias deste PROGRAMA deve ser implementado de forma que garanta:

- a) Planejamento completo de auditorias do PROGRAMA ABVTEX (para todos os tipos), de acordo com o Regulamento Geral em validade.
- b) Controles das etapas do planejamento devem ser mantidos, incluindo, mas não se limitando a processos comerciais, agendamento, estrutura e responsabilidades da equipe de auditoria, condução da auditoria, revisão dos relatórios e validação de resultados, e etapas posteriores (se houver).
- c) Métodos de contato/comunicação entre auditores e auditados devem estar definidos para eventuais necessidades de auditoria.

8.3.5 Revisão dos relatórios de auditoria

O Organismo de Auditoria deve estabelecer e implementar um processo eficaz de revisão dos relatórios de auditoria do PROGRAMA ABVTEX, seguindo seus requisitos aplicáveis a esse assunto.

- a) O Organismo de Auditoria deve estabelecer critérios de competência para os membros da equipe que realizam as revisões de relatórios de auditorias, considerando, mas não se limitando, às experiências de práticas de auditoria e qualificações aplicáveis.
- b) Treinamentos regulares devem ser definidos e realizados para os membros envolvidos da equipe que realizam as revisões de relatórios de auditorias.
- c) Processos de avaliação da performance das atividades de revisão de relatórios devem ser implementados, visando a melhoria contínua.

8.3.6 Revisão Interna e Melhoria Contínua

O Organismo de Auditoria deve definir e implementar um processo controlado de auditoria interna e revisão do sistema de gestão de auditorias do PROGRAMA ABVTEX, a fim de assegurar que:

- a) As auditorias internas sejam conduzidas por pessoal competente;
- b) Os profissionais envolvidos na gestão e operação das auditorias não auditem seu próprio trabalho;

- c) O pessoal responsável pela área auditada seja informado do resultado da auditoria;
- d) As ações corretivas, preventivas e/ou oportunidades de melhoria sejam identificadas e realizadas.

8.3.7 Comunicação

O Organismo de Auditoria deve definir um canal controlado de comunicação para coletar, analisar, rastrear e resolver problemas, quando aplicável.

O processo de tratamento de reclamações (queixas ou apelações) deverá incluir, no mínimo, os seguintes elementos e métodos:

- a) Receber, validar e investigar as reclamações para decidir quais ações precisam (ou não) ser tomadas;
- b) Registrar e monitorar as ações tomadas em resposta as reclamações;
- c) Garantir que quaisquer correções e ações corretivas apropriadas sejam tomadas;
- d) Garantir a independência das pessoas envolvidas nas etapas de análise, investigação e decisões sobre as reclamações recebidas/registradas.

8.4 Monitoramento do Organismo de Auditoria pela ABVTEX

O Organismo de Auditoria ficará sujeito a monitoramento e avaliação pelo PROGRAMA ABVTEX, por meio de um Organismo Supervisor do PROGRAMA, externo e credenciado em acordo com as regras contidas nas Normas e Procedimentos constantes no **Anexo 9** deste **Regulamento Geral**.

A avaliação de um Organismo de Auditoria, pelo PROGRAMA ABVTEX, será realizada em ciclos de aproximadamente 12 (doze) meses. A Equipe Administrativa ABVTEX deverá divulgar formalmente, antes do início de um ciclo de avaliação:

- As datas de início e de finalização do ciclo que será iniciado;
- Os procedimentos e/ou regras que devem ser observadas no novo ciclo que: sejam adicionais aos procedimentos e/ou regras já estabelecidos por este **Regulamento Geral**; esclareçam detalhes já regulamentados neste **Regulamento Geral**; definam novas regras que não constam neste **Regulamento Geral**, mas sejam importantes para o cumprimento do ciclo.

O monitoramento será feito por intermédio das seguintes ações:

1. **Auditorias de Observação**, que consistem no acompanhamento sobre uma auditoria regular do PROGRAMA ABVTEX, por um profissional vinculado ao Organismo Supervisor, com objetivo de avaliar a qualidade do trabalho do auditor e, por extensão, do próprio Organismo de Auditoria, com objetivos de:
 - a. Avaliar a qualidade, clareza e comunicação da estrutura da auditoria, tais como, planejamento e preparação, abertura e encerramento, verificação documental, visita à área produtiva, entrevistas e relatório de auditoria;
 - b. Análise da competência do auditor como profissional, com base nos elementos definidos pela APSCA, como a estratégia de auditoria, comportamento ético e profissional, capacidade de observação e investigação, análise de dados, resolução de problemas e tomada de decisão, abordagem para entrevistas e clareza na comunicação;
 - c. Avaliação do conhecimento e habilidades do auditor, com base na norma ISO17021-1 (Anexos A e D);

- d. O conhecimento do auditor credenciado quanto às regras do PROGRAMA ABVTEX e a sua aplicação na prática junto às empresas auditadas.

As **Auditorias de Observação** serão realizadas de forma anunciada. Além disso, critérios adicionais e a quantidade de **Auditorias de Observação** devem ser determinados pela ABVTEX anualmente, em conjunto com o Organismo Supervisor, por comunicação formal e obedecer aos seguintes critérios:

- ✓ Cobrir todos os auditores credenciados cadastrados que devem passar por, ao menos, uma **Auditoria de Observação** por ano;
 - ✓ Manter a diversidade geográfica: as **Auditorias de Observação** serão realizadas nas principais concentrações regionais dos agentes do PROGRAMA ABVTEX de modo a garantir a cobertura geográfica satisfatória;
 - ✓ As **Auditorias de Observação** devem ser realizadas em um número suficiente para garantir representatividade perante o número total de auditorias anuais do PROGRAMA ABVTEX;
 - ✓ Privilegiar o bom desempenho: a frequência de **Auditorias de Observação** deve ser maior para as situações de pior desempenho histórico, privilegiando a menor frequência para os auditores credenciados e Organismos de Auditoria com desempenho histórico satisfatório;
 - ✓ Privilegiar a relação custo/benefício: para evitar viagens e custos logísticos desnecessários, as **Auditorias de Observação** devem ser realizadas preferencialmente em locais onde existam auditores do Organismos Supervisor ou nas praças onde o auditor a ser observado reside.
 - ✓ Garantir total cobertura do PROGRAMA ABVTEX: a cobertura adequada de cada auditor credenciado e cobertura de novos auditores que sejam admitidos no PROGRAMA ABVTEX durante o ano.
 - ✓ Suspensão ou descredenciamento de auditores: auditores não observados dentro da quantidade estabelecida pela ABVTEX no período predeterminado poderão ser suspensos ou descredenciados até que passem por uma **Auditoria de Observação**.
2. **Auditorias de Escritório (Office Audit)**, que consiste em avaliação anual conduzida pelo Organismo Supervisor, na sede e com os gestores do Organismo de Auditoria, a fim de verificar a aplicação efetiva dos requisitos estabelecidos para o sistema de gestão de auditorias do PROGRAMA ABVTEX, conforme descrito no **Item 8.3** deste **Regulamento Geral**.
Uma auditoria de manutenção poderá ser realizada, após 6 (seis) meses da **Auditoria de Escritório**, para verificar as tratativas referentes a não conformidades encontradas nos requisitos do sistema de gestão.
3. **Avaliação amostral de Relatórios de Auditoria Finalizados**, que consiste na avaliação mensal quanto ao correto preenchimento dos relatórios de auditoria finalizados no [Sistema do PROGRAMA ABVTEX](#). Os critérios para avaliação dos relatórios seguem as instruções contidas neste **Regulamento Geral** e no **Manual de Auditoria**, referente à correta aplicação dos níveis de apontamentos, uso de evidências e descrição das não conformidades.

Periodicamente, a Equipe Administrativa ABVTEX, em conjunto com o Organismo Supervisor, fará avaliação formal de cada um dos Organismos de Auditoria credenciados. Nesta avaliação serão apresentados os resultados do monitoramento realizado, com eventuais não conformidades encontradas (**Auditoria de Escritório**) e oportunidades de melhorias identificadas (**Auditorias de Observação** e verificação amostral de relatórios de auditoria). Para essas não conformidades encontradas espera-se que o Organismo de Auditoria:

- ✓ Garanta que todas as não conformidades identificadas, em relação aos requisitos do sistema de gestão de auditorias do PROGRAMA ABVTEX, sejam tratadas adequadamente.
- ✓ Realize uma análise de causa raiz e um plano de ação efetivamente controlado, que deve ser formalmente comunicado em até 30 (trinta) dias após a reunião para avaliação formal. Esse plano de ação deverá ser

aprovado pela Equipe Administrativa ABVTEX e pelo Organismo Supervisor. Após a sua aprovação, o Organismo de Auditoria terá prazo de 90 (noventa) dias, a partir do aceite do plano de ação, para encerramento da(s) não conformidade(s).

Uma falta sistemática de eficácia no tratamento de não conformidades, tais como, não conformidades repetidas identificadas em **Auditorias de Escritório** consecutivas, pode implicar em penalidades ao Organismo de Auditoria perante o PROGRAMA ABVTEX.

9. Anexos ao Regulamento

Anexo 1: Glossário de Termos

- **Ação Corretiva:** Ação tomada para eliminar a causa e evitar recorrência de não conformidades.
- **APSCA (Association of Professional Social Compliance Auditors):** Organização global criada para melhorar o profissionalismo, a consistência e a credibilidade de auditores individuais e organizações que realizam auditorias independentes de conformidade social e para promover o uso de auditorias independentes de conformidade social como uma ferramenta para melhorar as condições de trabalho globalmente. Tem foco no treinamento consistente dos auditores, além da educação, verificação de antecedentes e competências.
- **Auditorias de Observação (Shadow Audit):** Acompanhamento das auditorias regulares do PROGRAMA ABVTEX, por profissionais vinculados ao Organismo Supervisor, com objetivo de avaliar a qualidade do trabalho do auditor e, por extensão, do próprio Organismo de Auditoria.
- **Auditoria de Escritório (Office Audit):** Verificação dos processos internos do Organismo de Auditoria para garantir a efetividade das aprovações no PROGRAMA ABVTEX. A auditoria será realizada pelo Organismos Supervisor no escritório do Organismo de Auditoria.
- **Cadeia de fornecimento:** Fornecedores diretos e indiretos (subcontratados) envolvidos no processo de fornecimento de mercadorias às empresas varejistas signatárias, ligados diretamente no processo produtivo ou ainda em qualquer processo em que exija a circulação, armazenagem, transbordo ou qualquer outra atividade em que existam produtos contendo marcas de varejistas signatárias. Além disso, são consideradas as cadeias de fornecimento do rol de produtos apresentado no **Anexo 2** deste **Regulamento Geral**.
- **Certificado de Aprovação:** Declaração do Organismo de Auditoria independente credenciado junto à ABVTEX de que a planta da organização auditada cumpria, na data de realização da última auditoria, os requisitos estabelecidos neste **Regulamento Geral**. A declaração se dá na forma de um termo, que poderá ser consultado no [Sistema do PROGRAMA ABVTEX](#), por meio do número de identificação. O Certificado de Aprovação poderá ser cancelado pelo Organismo de Auditoria a qualquer tempo, de acordo com as regras especificadas neste **Regulamento Geral**. No caso do fornecedor direto do varejo, o Certificado de Aprovação de sua planta e de seus subcontratados é pré-requisito para que ele possa continuar a fornecer às varejistas signatárias.
- **Checklist Mínimo:** Relação de requisitos do **Bloco Mínimo** do Checklist do PROGRAMA ABVTEX que é base para as empresas serem certificadas na categoria Cobre.
- **Checklist Básico:** Relação de requisitos que compõem os **Blocos Mínimo e Básico** do Checklist do PROGRAMA ABVTEX, que é base para as empresas se serem aprovadas na categoria Bronze.
- **Checklist Completo:** Relação de requisitos dos **Blocos Mínimo, Básico e Superior** do Checklist do PROGRAMA ABVTEX, que é base para a classificação geral das empresas aprovadas no âmbito do PROGRAMA.
- **Conformidade:** Atendimento aos requisitos previstos neste **Regulamento Geral**.
- **Credenciamento:** Consiste na aprovação do auditor para a realização de auditorias dentro do PROGRAMA ABVTEX, a partir de uma série de comprovações documentais, capacitação e treinamento do auditor e avaliação de suas competências.
- **Dimensionamento de auditoria:** Tempo de auditoria necessário para a realização das verificações e checagens. O tempo é definido sempre por planta, variando de um local para o outro conforme número de empregados alocados naquela unidade de produção.

- **Entidade Candidata** – Organização postulante a pertencer ao rol das entidades classificadas como Organismos de Auditoria credenciados pela ABVTEX.
- **Filial:** Ramificação do CNPJ do fornecedor e do subcontratado.
- **Fornecedor:** Empresa (matriz e filiais) que forneça ou pretenda fornecer produtos, de pelo menos um dos setores abrangidos (**Anexo 2**) pelo PROGRAMA ABVTEX, diretamente às varejistas signatárias. Um fornecedor poderá atuar como subcontratado de outro fornecedor. Neste caso, a empresa será classificada como **Ambos**.
- **Grupo Molhados:** Empresas caracterizadas por possuírem, em seu processo produtivo, ao menos uma das seguintes atividades: Tinturaria, Lavanderia ou Estamparia.
- **Não Conformidade:** Desvio no atendimento a um requisito previsto neste **Regulamento Geral**.
- **Norma ISO 17021:** Norma da *International Standards Organization* que tem como objetivo garantir que os organismos de certificação operem de maneira competente, consistente e imparcial, facilitando o reconhecimento de tais órgãos e a aceitação de suas certificações em bases nacionais e internacionais.
- **Nível de Criticidade:** Atributo vinculado a cada um dos requisitos relacionados no *checklist* do PROGRAMA ABVTEX que determina a importância e relevância do atributo para o PROGRAMA e para a Aprovação dos Fornecedores e/ou Subcontratados.
- **Organismo de Auditoria:** Organização independente, credenciada junto à ABVTEX, para realizar as auditorias e tomar a decisão sobre aprovação baseada nas evidências objetivas obtidas durante o processo de auditoria.
- **Organismo Supervisor:** Organização independente credenciada junto à ABVTEX para realizar as atividades de controle dos processos de qualidade do Organismo de Auditoria credenciado no PROGRAMA ABVTEX e garantir a sua efetividade.
- **Plantas:** Local onde ocorre um processo, manipulação ou serviço que agrega valor a um insumo, semi-produto ou produto final. Uma mesma empresa pode ter várias plantas ou unidades de produção, que deverão ser auditadas independentemente.
- **Portal da ABVTEX:** Endereço eletrônico disponível na internet, contendo informações a respeito do PROGRAMA ABVTEX, acessível em www.abvtex.org.br/programaabvtex.
- **Quarteirização:** Repasse da produção por um Subcontratado para outra empresa (processo não permitido pelo PROGRAMA ABVTEX). A quarteirização fica caracterizada quando o repasse é feito exclusivamente por um Subcontratado, não podendo ser caracterizada para uma empresa que ao mesmo tempo exerce função de Fornecedor e/ou Subcontratado.
- **Relatório final de auditoria:** Documento que relata a auditoria realizada e aponta os encaminhamentos acordados.
- **Sistema do PROGRAMA:** É o sistema de informação (TI) que dá suporte ao funcionamento do PROGRAMA ABVTEX e que é administrado pela Equipe Administrativa da ABVTEX.
- **Status da auditoria:** Classificações possíveis na auditoria.

- **Stakeholders:** É o conjunto de empresas, pessoas, organizações governamentais e não governamentais que têm interesse direto no PROGRAMA ABVTEX. São considerados *stakeholders* no âmbito deste **Regulamento Geral**: Varejistas Signatárias; Fornecedores e/ou Subcontratados aprovados, ou com aprovação em auditoria vencida, desde que não tenham sido suspensos por penalidade; Organismos de Auditoria, incluindo empresas que dão suporte à ABVTEX na gestão do PROGRAMA; Entidades que participam da Governança do PROGRAMA, como membros do Conselho Consultivo e membros do Comitê de Arbitragem; Entidades Governamentais que não participam diretamente do PROGRAMA, mas são classificadas como interessadas diretas pelo Comitê Gestor.
- **Standards:** São os documentos que regulam, de forma geral, o funcionamento do PROGRAMA ABVTEX. Estão incluídos nos Standards do PROGRAMA ABVTEX o **Regulamento Geral** do PROGRAMA, o *Checklist* para auditoria, o *Manual de Auditoria* e o *Código de Conduta*.
- **Subcontratado:** Terceiro contratado pelo fornecedor para realização de alguma etapa prevista na Cadeia de Fornecimento. Um Subcontratado não está proibido de atuar, também, como Fornecedor no âmbito do PROGRAMA ABVTEX. Neste caso, a empresa será classificada como Ambos.
- **Termo de Participação:** Termo preenchido e assinado pelo representante legal da empresa, com firma reconhecida. O termo se aplica a toda e qualquer empresa participante do PROGRAMA ABVTEX. Ao assiná-lo, os Fornecedores e/ou Subcontratados formalizam sua concordância com o disposto neste **Regulamento Geral**. O modelo deste Termo de Participação encontra-se no **Anexo 3** e deve ser renovado a cada auditoria (**Inicial, Renovação** ou **Mudança de Endereço**).
- **Validação da lista de subcontratados:** Parte integrante da auditoria em que será verificado o processo de recebimento e expedição de pedidos das Varejistas Signatárias, bem como se os pedidos estão sendo confeccionados nos locais declarados pelos Fornecedores no momento de realização da auditoria.
- **Varejista signatária:** Empresa varejista que formalizou sua adesão ao PROGRAMA ABVTEX.

Anexo 2: Setores incluídos no PROGRAMA ABVTEX

Itens de Vestuário

Todos os tipos e modelos descritos nos capítulos 61 e 62 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

Calçados

Todos os tipos de modelos descritos no capítulo 64 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

Bonés e Chapéus

Todos os tipos e modelos descrito no capítulo 65 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

Bijuterias

Itens da Posição 7117 (bijuterias) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

Óculos

Itens da Posição 9004 (óculos solares) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

Artigos têxteis para o lar:

Itens das posições 6301 (cobertores e mantas), 6302 (roupas de cama, mesa, toucador ou cozinha), 6304 (colchas) e 9404 (travesseiros) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

Bolsas e Cintos

Itens da Posição 4202 (cintos e bolsas) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

Máscaras Confeccionadas

Itens da Posição 6307 (Máscaras Confeccionadas) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

Produtos Pet

Itens da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM): 4201.00.90, 6306.22.00 e 9404.90.00.

Pelúcia

Itens da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM): 9503.00.31.

Anexo 3: Termo de participação de Fornecedor ou Subcontratado

Por meio deste termo, o fornecedor e/ou subcontratado indicado a seguir declara que concorda em aderir ao PROGRAMA ABVTEX, conforme condições especificadas no **Regulamento Geral** disponível no Portal da ABVTEX (www.abvtex.org.br/programaabvtex).

O fornecedor e/ou subcontratado reconhece que poderá ter seu Certificado de Aprovação cancelado ou suspenso nos casos previstos no **Regulamento Geral**.

O fornecedor e/ou subcontratado reconhece que o registro fotográfico é parte integrante do processo de auditoria.

O fornecedor e/ou subcontratado reconhece que a sua aprovação no PROGRAMA ABVTEX é condição necessária para fornecimento (direto ou indireto) a qualquer uma das empresas varejistas signatárias.

O fornecedor reconhece que sua lista de subcontratados será disponibilizada ao Organismo de Auditoria, durante o processo de auditoria, a fim de garantir que seus subcontratados estejam também aprovados – condições estas indispensáveis para que possa continuar a fornecer às varejistas signatárias do PROGRAMA ABVTEX.

O fornecedor também é responsável por manter atualizado seu cadastro e a lista de seus subcontratados no Sistema do PROGRAMA, e deverá declarar, na lista e em cada uma de suas atualizações, que a mesma compreende a relação correta, completa e atualizada de seus subcontratados, sob pena de suspensão no PROGRAMA ABVTEX. Tal declaração será feita no Sistema do PROGRAMA.

A ABVTEX esclarece que todas as informações fornecidas e apuradas nas auditorias serão utilizadas para fins de monitoramento por parte da ABVTEX e não serão usadas para fins comerciais. Tais informações serão tratadas no âmbito do PROGRAMA ABVTEX, exceto no caso de autoridades públicas que exijam a divulgação das mesmas.

O fornecedor e/ou subcontratado declara estar ciente e concorda com a necessidade, durante o processo de auditoria do PROGRAMA ABVTEX, de eventual acesso a determinadas informações pessoais de seus sócios, colaboradores e/ou prestadores de serviço, pelos Organismos de Auditoria e auditores credenciados, a fim de que as etapas e processos da auditoria sejam conduzidos em sua plenitude e da forma mais íntegra possível, sempre respeitando os princípios, normas, regras e boas práticas à preservação dos direitos de privacidade e proteção de dados pessoais.

Tais informações pessoais serão utilizadas única e exclusivamente para as finalidades de participação do PROGRAMA ABVTEX.

Para tanto, fornecedor e/ou subcontratado terá responsabilidade de fazer uma comunicação clara e transparente, junto aos seus sócios, colaboradores e/ou prestadores de serviço, quanto à necessidade de coleta e tratamento de dados pessoais para o fiel cumprimento da auditoria do PROGRAMA ABVTEX.

O fornecedor e/ou subcontratado que ora adere ao PROGRAMA ABVTEX mediante a assinatura do presente Termo, declara expressamente, em atenção e em linha com a política de governança e transparência que norteia o presente PROGRAMA, que possui total conhecimento da possibilidade de divulgação de dados profissionais por meio de lista de relação de fornecedores e/ou subcontratados aprovados no âmbito do PROGRAMA, conforme previsto no **Regulamento Geral, Seção 2.5 (Política de Transparência e divulgação de informações), Item 1 (Informações para divulgação pública irrestrita), Subitem 1.5.1**, consentindo, desde já, a divulgação dos referidos dados profissionais, a fim de fazer constar da lista de fornecedores e/ou subcontratados aprovados no PROGRAMA ABVTEX

Esse termo deve ser renovado a cada etapa das auditorias (**Inicial, Renovação** ou de **Mudança de Endereço**).

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Inscrição Estadual: _____ Inscrição Municipal: _____

Endereço: _____
CEP: _____ Bairro: _____
Município/Estado: _____
Email: _____ Telefones: _____

Assinale aqui a condição de sua empresa:

- Fornecedor direto do varejo
 Subcontratado - Indique aqui que (quais) empresa(s) solicitou(solicitaram) a sua auditoria
 Ambos – Fornecedor e/ou Subcontratado

A empresa possui mais de um CNPJ na mesma Planta Sim Não.

Quais: _____

Declaro estar ciente das sanções previstas no Regulamento Geral do PROGRAMA ABVTEX e consinto a divulgação dos dados profissionais aprovados pelo Comitê Gestor, a fim de constar da lista de fornecedores e/ou subcontratados aprovados.

Nome do Representante Legal: _____

Cargo: _____

Data: __/__/____

Assinatura: _____
(com firma reconhecida)

Anexo 4: Termo de Compromisso de Monitoramento da Cadeia de Fornecimento

TERMO DE COMPROMISSO DE MONITORAMENTO DA CADEIA DE FORNECIMENTO

Nome da Empresa ou Grupo Econômico	
------------------------------------	--

A [(nome da VAREJISTA), (natureza), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º (CNPJ), sediada na (endereço)] (adiante referida simplesmente como "VAREJISTA"), aqui representada por seu [cargo do representante], na condição de empresa participante do PROGRAMA ABVTEX (adiante referido simplesmente como o "PROGRAMA"), instituído pela **ABVTEX – Associação Brasileira do Varejo Têxtil**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.407.918/0001-48, sediada na Rua Cayowaá, n.º 1.071, Cj. 54, Perdizes, São Paulo – SP, CEP 05018-001 (adiante referida simplesmente como "ABVTEX"), consoante "Contrato de Filiação à ABVTEX" firmado em (data) (adiante referido simplesmente como o "Contrato de Filiação"), declara e se compromete com o seguinte:

1. A VAREJISTA ratifica os compromissos assumidos no referido Contrato de Filiação, declarando (*assinalar a situação apropriada*):
 - Firmar o presente Termo de Compromisso em nome próprio, na condição de varejista individual.
 - Firmar o presente Termo de Compromisso na condição de representante de Grupo Econômico.

Em se tratando de Grupo Econômico, o presente Termo de Compromisso se refere à VAREJISTA, bem como às suas Marcas/Bandeiras (**marcas de Loja Física e/ou Eletrônica**), inseridas no PROGRAMA ABVTEX, a seguir individualizadas e identificadas:

Marca/Bandeira	Denominação Social (se houver)	CNPJ

2. No tocante à adequação ao PROGRAMA ABVTEX, a VAREJISTA declara enquadrar-se (individualmente ou como Grupo Econômico, conforme o caso) na seguinte situação (*assinalar a situação apropriada*):
 - VAREJISTA em renovação do Termo de Compromisso de Monitoramento da Cadeia de Fornecimento.
 - VAREJISTA firmando o primeiro Termo de Compromisso de Monitoramento da Cadeia de Fornecimento (iniciando participação no PROGRAMA ABVTEX).
3. A VAREJISTA (individualmente ou de seu Grupo Econômico, conforme o caso), relativamente à obrigação de manter a totalidade de sua cadeia de fornecimento regular no PROGRAMA ABVTEX (aprovadas em auditoria):
 - Possui 100% de seus fornecedores (e respectivos subcontratados) aprovados nas auditorias do PROGRAMA ABVTEX.
 - Encontra-se em processo de regularização da totalidade de seus fornecedores (e respectivos subcontratados), nos termos do **Regulamento Geral** do PROGRAMA ABVTEX, conforme percentuais de aprovação e quantidade de fornecedores e respectivos subcontratados, demonstrados no quadro a seguir:



Bandeira (Marca de Loja): (PREENCHER COM A BANDEIRA DO VAREJISTA, QUANDO NA CONDIÇÃO INDIVIDUAL, OU QUANDO GRUPO ECONÔMICO, TIVER OUTRAS MARCAS DE LOJAS, DEVE SER PREENCHIDO UM QUADRO PARA CADA MARCA DE LOJA – favor replicar o box abaixo para cada marca de loja do Grupo, se aplicável)

Setor	Percentual de Empresas Aprovadas	Quantidade Empresas Aprovadas	Quantidade Empresas Não Auditadas	Quantidade Empresas em Plano de Ação
Vestuário				
Calçados				
Cama, Mesa e Banho				
Acessórios				
Outros (<i>especificar</i>)				

4. A VAREJISTA concorda incondicionalmente em ter sua(s) Marcas/Bandeira(s) divulgada(s) no Portal da ABVTEX e demais materiais de divulgação do PROGRAMA, sendo classificada(s) conforme as categorias previstas no **Regulamento Geral**, de modo a especificar o grau de adequação da empresa aos ditames do PROGRAMA ABVTEX e em função do cumprimento ao disposto no **Regulamento Geral**, no Contrato de Filiação e neste Termo de Compromisso.

Apenas a marca do Varejista Individual, a marca do Grupo, e as marcas das Bandeiras (quando Lojas Físicas ou Eletrônicas), elencadas neste Termo de Compromisso, serão usadas na divulgação acima mencionada.

5. Este Termo de Compromisso tem validade máxima de um ano a partir de sua assinatura, e deverá ser renovado anualmente até o último dia útil do mês de abril de cada ano, ou em prazo estabelecido previamente e comunicado formalmente pela ABVTEX, ou ainda sempre que houver alteração na lista de Marcas/Bandeiras da VAREJISTA. A VAREJISTA poderá também renovar este Termo de Compromisso por iniciativa própria, sempre que ela própria ou qualquer de suas Marcas/Bandeiras atinja a adequação de 100% da cadeia de fornecimento, atualizando as informações do item 4 (acima) para efeitos de contagem do prazo respectivo.

[Local], [data].

VAREJISTA

Nome:

Cargo:

Ciente e De acordo: [**aplicável quando o Termo de Compromisso for firmado pelo representante de Grupo Econômico; deve haver ciência da(s) empresa(s)/bandeira(s) respectiva(s)*]

[Nome da empresa]

Anexo 5: Normas para o Uso do Selo do PROGRAMA ABVTEX

I. REGRAS DE UTILIZAÇÃO

1. Este material fornece diretrizes para os Fornecedores e/ou Subcontratados de como utilizar corretamente o Selo do PROGRAMA ABVTEX, na versão colorida; e nas versões das categorias Ouro, Prata e Bronze, permitindo tirar proveito do seu uso sem violar as regras do Programa.
2. Os Fornecedores e/ou Subcontratados estão autorizados a utilizar o Selo do PROGRAMA ABVTEX durante o período de validade do Certificado de Aprovação, desde que o façam de acordo com este Manual e conforme padrões normativos estabelecidos pelo **Regulamento Geral** do PROGRAMA ABVTEX.
3. É vedado o uso do Selo do PROGRAMA ABVTEX:
 - a. Antes da emissão do Certificado de Aprovação;
 - b. Em períodos de suspensão do PROGRAMA ABVTEX, tanto para os fornecedores como para seus subcontratados;
 - c. Em caso de cancelamento do Certificado de Aprovação;
 - d. Em divulgações em desacordo com esta Norma.
4. Para qualquer tipo de divulgação, contendo a logomarca do Selo do PROGRAMA ABVTEX, os Fornecedores e/ou Subcontratados devem submeter o material à aprovação da ABVTEX, antes de seu uso.
5. O Fornecedor e/ou Subcontratado que for suspenso do PROGRAMA ABVTEX deve retirar imediatamente todo e qualquer material que contenha o Selo do PROGRAMA ABVTEX.

II. FORMATO

1. As artes finais do Selo nas versões Ouro, Prata, Bronze e Cobre poderão ser fornecidas em arquivo eletrônico no formato JPG.
2. Não são permitidas modificações no *layout* do Selo do PROGRAMA ABVTEX, alterações de cores e inclusão de textos não autorizados.

O Selo em sua versão OURO deve ter as cores RGB:

- **Cor 1: R 246 G 168 B32**
- **Cor 2: R 247 G 213 B 127**

Para Impressão gráfica do Selo OURO nas cores CMYK, considerar o degradê na seguinte ordem:

- **Cor 1: Cyan 1%, Magenta 39%, Yellow 91% e Black 0%**
- **Cor 2: Cyan 4%, Magenta 17%, Yellow 59% e Black 0%**

O Selo em sua versão PRATA deve ter as cores RGB:

- **Cor 1: R 63 G 60 B 60**
- **Cor 2: R 135 G 134 B 131**
- **Cor 3: R 236 G 233 B 228**

Para Impressão gráfica do Selo PRATA nas cores CMYK, considerar o degradê na seguinte ordem:

- **Cor 1: Cyan 65%, Magenta 58%, Yellow 54% e Black 59%**
- **Cor 2: Cyan 47%, Magenta 37%, Yellow 37% e Black 18%**
- **Cor 3: Cyan 9%, Magenta 8%, Yellow 11% e Black 0%**

O Selo em sua versão BRONZE deve ter as cores RGB:

- **Cor 1: R 212 G 129 B 19**
- **Cor 2: R 246 G 168 32**

Para Impressão gráfica do Selo BRONZE nas cores CMYK, considerar o degradê na seguinte ordem:

- **Cor 1: Cyan 14%, Magenta 54%, Yellow 99% e Black 3%**
- **Cor 2: Cyan 1%, Magenta 39%, Yellow 91% e Black 0%**

O Selo em sua versão COBRE deve ter as cores RGB:

- **Cor 1: R 159 G 96 B 26**
- **Cor 2: R 212 G 129 B 19**

Para Impressão gráfica do Selo COBRE nas cores CMYK, considerar o degradê na seguinte ordem:

- **Cor 1: Cyan 28%, Magenta 61%, Yellow 98% e Black 24%**
- **Cor 2: Cyan 14%, Magenta 54%, Yellow 99% e Black 3%**

3. Para garantir a perfeita percepção do Selo do PROGRAMA ABVTEX, deve-se manter ao seu redor uma área livre de 20% do tamanho a ser utilizado, para evitar a interferência de outros elementos gráficos, marcas ou textos que não a complementam ou qualifiquem.
4. É permitida somente a alteração do tamanho do Selo do PROGRAMA ABVTEX respeitando as medidas proporcionais.
5. O tamanho mínimo recomendado de aplicação do Selo do PROGRAMA ABVTEX é de 25 mm.
6. Não é permitida a publicidade depreciativa, falsa ou abusiva envolvendo o Selo do PROGRAMA ABVTEX ou ainda extensivas às atividades, projetos, produtos ou serviços não incluídos no escopo do PROGRAMA ABVTEX.
7. É proibido o uso da do Selo do PROGRAMA ABVTEX como certificado de adequação de produto, sendo vedado o uso da logomarca em produtos, suas embalagens, fazendo menção ao PROGRAMA que induzam o consumidor a crer que o produto/serviço foi avaliado pelo Organismo de Auditoria.
8. O Selo do PROGRAMA ABVTEX poderá ser copiado ou escaneado de forma legível, para utilização em documentos impressos, eletrônicos, propagandas e internet, desde que seja identificado como cópia (frente ou verso).
9. O Selo do PROGRAMA ABVTEX poderá ser utilizado em assinatura de e-mail, site, folder e apresentações da empresa aprovada, desde que respeitadas as regras deste Manual.

a. LOGO – SELO DO PROGRAMA ABVTEX OURO, PRATA, BRONZE E COBRE



Anexo 6: Procedimento para Defesa de Fornecedor ou Subcontratado

I. FORNECEDOR E/OU SUBCONTRATADO

1. Para iniciar o seu processo de defesa junto à ABVTEX, o Fornecedor e/ou Subcontratado deve enviar uma CARTA DE DEFESA, com todas as informações pertinentes a sua suspensão, com o maior detalhamento possível dos fatos e argumentos contrários à avaliação apresentada e respectiva punição aplicada, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data da suspensão.

2. Juntamente com a CARTA DE DEFESA, o Fornecedor e/ou Subcontratado deve juntar fotos e/ou documentos comprobatórios para a sua argumentação. Sem evidências objetivas o pedido de defesa fica fragilizado.

3. O Fornecedor e/ou Subcontratado deve anexar os documentos que embasem sua argumentação à CARTA DE DEFESA e os enviar para a ABVTEX, por via eletrônica, para o endereço abvtex@abvtex.org.br.

- A Equipe Administrativa da ABVTEX deve responder em até 5 (cinco) dias úteis com a confirmação do recebimento da defesa e dos documentos eventualmente anexados.

- Após esse prazo, a Equipe Administrativa da ABVTEX terá um novo prazo de até 15 dias úteis para análise do pedido de defesa com a argumentação e as evidências comprobatórias. Se necessário, poderá ser solicitado esclarecimentos e complementação das evidências.

4. Sempre que solicitado pela Equipe Administrativa da ABVTEX, o Fornecedor e/ou Subcontratado que houver solicitado defesa deverá fazer correções das informações e/ou enviar evidências complementares quanto ao processo apresentado.

II. EQUIPE ADMINISTRATIVA ABVTEX

1. Após a confirmação do recebimento do pedido de defesa, a Equipe Administrativa da ABVTEX deve analisar o processo nos seguintes aspectos:

- a) Análise da defesa e dos documentos enviados: caso as informações passadas estejam incompletas ou inconsistentes, a Equipe Administrativa da ABVTEX notifica o Fornecedor e/ou Subcontratado, em até 15 (quinze) dias úteis, por e-mail, solicitando ajustes na CARTA DE DEFESA, ou, ainda, o envio de novas informações ou provas.

- b) Análise da situação histórica do Fornecedor e/ou Subcontratado em situações de penalizações anteriores, pelo mesmo motivo do processo atual;

- c) Análise da gravidade da não conformidade da qual o Fornecedor e/ou Subcontratado foi acusado.

2. Caso seja solicitada complementação da documentação apresentada, o interessado terá até 7 (sete) dias úteis para responder a eventuais pedidos de complemento da defesa, sob pena de encerramento do processo. Com o envio da documentação integrante, a ABVTEX terá até 5 (cinco) dias úteis para deferir ou indeferir.

3. Uma vez deferida a CARTA DE DEFESA com as evidências, a Equipe Administrativa da ABVTEX faz a abertura de um Processo de Defesa, dando um número para sua identificação individual.

4. A Equipe Administrativa da ABVTEX deve informar ao Fornecedor e/ou Subcontratado, por e-mail, a data de abertura do Processo de Defesa e o número correspondente para seu acompanhamento.

5. A Equipe Administrativa da ABVTEX envia, primeiramente, toda a documentação ao Organismo de Auditoria ou ao Preposto, responsável pela suspensão do Fornecedor e/ou Subcontratado, que terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para confirmar sua posição.

• Neste caso, o processo somente será encerrado pelo reconhecimento, por parte do Organismo de Auditoria ou pelo Preposto responsável pela punição, de erro ou equívoco na penalidade aplicada. Desta forma, a Equipe Administrativa da ABVTEX encerra o processo e faz a revisão da situação do Fornecedor e/ou Subcontratado no âmbito do PROGRAMA ABVTEX.

6. Caso a Equipe Administrativa da ABVTEX não indefira o pedido de defesa e o Organismo de Auditoria ou Preposto não encerre o caso com a suspensão da penalidade, a Equipe Administrativa da ABVTEX deverá, em até 3 (três) dias úteis do recebimento da decisão:

- (i) Enviar cópia do Processo de Defesa aos Membros Técnicos do Comitê de Arbitragem, que devem preparar um parecer sobre o pleito do Fornecedor e/ou Subcontratado em até 5 (cinco) dias úteis; e
- (ii) Convocar reunião deliberativa do Comitê de Arbitragem especialmente para o julgamento do caso em questão, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias e a ocorrer em, no máximo, 30 (trinta) dias.

7. Para fins de julgamento pelo Comitê de Arbitragem, a Equipe Administrativa da ABVTEX deve enviar uma cópia do Processo de Defesa para cada um dos membros do Comitê de Arbitragem, incluindo, logo que disponível, o parecer técnico elaborado.

8. Após o deferimento do pedido de defesa, nos casos em que, o Fornecedor e/ou Subcontratado alegue e demonstre o risco de sofrer prejuízos irremediáveis, a Equipe Administrativa da ABVTEX pode, a seu exclusivo critério, modificar a situação desse Fornecedor e/ou Subcontratado no Sistema do PROGRAMA ABVTEX, para "em julgamento", até a conclusão do processo pelo Comitê de Arbitragem, suspendendo a punição até a conclusão do julgamento.

III. **ORGANISMO DE AUDITORIA OU RESPONSÁVEL PELA SUSPENSÃO AO FORNECEDOR E/OU SUBCONTRATADO**

1. Após a definição pela continuidade do Processo de Defesa pela Equipe Administrativa da ABVTEX, o Organismo de Auditoria ou o Preposto, responsável pela suspensão do Fornecedor e/ou Subcontratado, recebe cópia do Processo de Defesa e documentação complementar que tenha sido juntada pelo interessado.
2. O Organismo de Auditoria ou o Preposto deve avaliar a defesa entregue pelo Fornecedor e/ou Subcontratado, junto com a documentação enviada.
3. O Organismo de Auditoria ou o Preposto deve informar à ABVTEX, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, seu parecer sobre o caso, indicando se a punição é devida ou se houve erro quanto à punição estabelecida.
4. Caso mantenha a posição quanto à punição, envia e-mail ao endereço programa.abvtex@abvtex.org.br, apresentando argumentação adicional com informações que reforcem a punição estabelecida.
5. Caso entenda que a punição tenha sido indevida, envia e-mail ao endereço programa.abvtex@abvtex.org.br, apresentando os motivos da reversão da penalização.

• Neste caso, a não manifestação por parte do Organismo de Auditoria ou do Preposto implicará na manutenção de seu parecer inicial.

6. Quando da reunião do Comitê de Arbitragem, o Organismo de Auditoria ou o Preposto pode participar da reunião, presencialmente ou por meio eletrônico (conferência por telefone, vídeo ou métodos similares), na qual pode manifestar-se quando solicitado, sem que tenha poder decisório quanto ao julgamento final.

IV. ASSOCIADOS DA ABVTEX IMPACTADOS PELA SUSPENSÃO/PUNIÇÃO AO FORNECEDOR E/OU SUBCONTRATADO

1. Os varejistas associados da ABVTEX que tenham relação comercial com a empresa suspensa ou punida também podem receber da Equipe Administrativa da ABVTEX cópia do Processo de Defesa, com toda a documentação reunida.
2. Caso tenham interesse, aqueles varejistas associados da ABVTEX podem enviar e-mail ao endereço programa.abvtex@abvtex.org.br, com informações adicionais sobre o caso.

V. COMITÊ DE ARBITRAGEM (SOMENTE MEMBROS TÉCNICOS)

1. Os Membros Técnicos do Comitê de Arbitragem recebem da Equipe Administrativa da ABVTEX cópia do Processo de Defesa com toda a documentação pertinente.
2. Os Membros Técnicos do Comitê de Arbitragem devem avaliar o caso e emitir parecer para fundamentar um posicionamento técnico que dê maior suporte à decisão final do Comitê de Arbitragem.
3. Os Membros Técnicos do Comitê de Arbitragem devem enviar o seu parecer à Equipe Administrativa da ABVTEX em até 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da documentação respectiva da Equipe Administrativa da ABVTEX.

VI. COMITÊ DE ARBITRAGEM (TODOS OS MEMBROS)

1. Cada um dos membros do Comitê de Arbitragem recebe, juntamente com a convocação para a reunião deliberativa sobre cada Processo de Defesa, cópias da respectiva documentação, inclusive com o parecer dos membros técnicos do Comitê de Arbitragem.
2. Na reunião deliberativa para avaliação do processo:
 - a. O Comitê de Arbitragem deve ouvir cada um dos participantes que queira se manifestar sobre o processo (Varejistas Signatárias, Organismo de Auditoria, Prepostos e ABVTEX);
 - b. Cada um dos membros do Comitê de Arbitragem deve apresentar sua visão sobre o problema ao demais;
 - c. O Comitê de Arbitragem deve deliberar por maioria de, no mínimo, 03 (três) votos sobre a situação estabelecida: mantendo, alterando ou revertendo a punição imposta. Em caso de eventual empate na quantidade de votos, as decisões sempre serão favoráveis ao pleito do Fornecedor e/ou Subcontratado.

Anexo 7: Procedimento de Credenciamento de Auditores

A - PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DE AUDITORES

I. ORGANISMO DE AUDITORIA

1. Quando da inclusão de um novo auditor, realiza todas as ações para sua capacitação que dependem da ação do próprio Organismo de Auditoria, como: treinamento nos requerimentos legais, treinamento nas especificações do PROGRAMA ABVTEX e participação em auditorias.
2. Faz a solicitação de cadastramento para a ABVTEX, usando a função no [Sistema do PROGRAMA](#), específica para esta finalidade, incluindo o *Curriculum Vitae*, além de anexar (*upload*) os demais documentos indicados no capítulo 8.2 Credenciamento dos auditores, deste Regulamento.

Neste caso, após a avaliação, a Equipe Administrativa da ABVTEX pode solicitar novos documentos ou questionar a situação do auditor, ou até reprová-lo, se for o caso.

3. Programa a participação do auditor no curso de credenciamento.

Caso o auditor não consiga aprovação no curso de credenciamento, encerra o processo e exclui o auditor ou solicita que o auditor refaça o curso para tentar nova aprovação.

4. Após a aprovação no curso, recebe da Equipe Administrativa da ABVTEX a confirmação do cadastramento, com a disponibilização de novo usuário e senha inicial para que o auditor possa iniciar a sua atuação dentro do PROGRAMA ABVTEX.

II. EQUIPE ADMINISTRATIVA DA ABVTEX

1. Recebe notificação, pelo [Sistema do PROGRAMA](#), da existência de nova solicitação para inclusão de auditor.
2. Avalia as informações apresentadas pelo Organismo de Auditoria e faz a seguinte análise:
 - a. Se as informações do *Curriculum Vitae* incluídas estão em acordo com as especificações solicitadas no **Regulamento Geral** do PROGRAMA ABVTEX;
 - b. Se a documentação anexa está completa e se é suficiente para comprovar a formação e a experiência profissional exigida;
 - c. Caso algum item não satisfaça as condições do **Regulamento Geral**, solicita ao Organismo de Auditoria novos documentos ou a complementação de informações.

• Caso o Organismo de Auditoria não possa comprovar ou complementar os dados, a ABVTEX poderá recusar a inclusão do auditor e cessar imediatamente o seu cadastramento.

4. Aguarda a conclusão do curso, a avaliação do auditor e a inclusão dos dados na plataforma de gestão do PROGRAMA ABVTEX.

• Neste caso, a reprovação do auditor no curso de credenciamento poderá significar a sua reprovação e exclusão do cadastro ou, em comum acordo com o Organismo de Auditoria, uma nova realização do curso e nova avaliação do auditor.

5. Após a aprovação pela consultoria, conclui o cadastramento do auditor, gerando usuário e senha para que inicie suas atividades no PROGRAMA ABVTEX.

III. CONSULTORIA DE TREINAMENTO

1. Realiza o treinamento para credenciamento de auditores, quer seja presencial ou EAD, de acordo com a disponibilidade do momento).

B - PROCEDIMENTOS PARA DESCRENCIAMENTO DE AUDITORES POR MÁ CONDUTA

I. EQUIPE ADMINISTRATIVA DA ABVTEX

1. Quando houver denúncia ou ainda houver caso específico descrito em **Auditorias de Observação**, em que fique caracterizada má conduta do auditor, formata documentação comprobatória, comunica o Organismo de Auditoria sobre o caso.
2. Suspende temporariamente o auditor no [Sistema do PROGRAMA](#), em função específica para esta finalidade, até apuração dos fatos.
3. Aguarda parecer do Organismo de Auditoria, anexa o parecer à documentação original.
4. Caso a decisão seja pelo descredenciamento, toma as seguintes providências:
 - a. Comunica formalmente o Organismo de Auditoria, solicitando ciência sobre a decisão tomada;
 - b. Após a ciência pelo Organismo de Auditoria, faz o descredenciamento no [Sistema do PROGRAMA](#), em função específica para esta finalidade, cancelando imediatamente o acesso do auditor no Sistema.
 - ***Caso existam auditorias pendentes para o auditor descredenciado, solicita ao usuário contato do Organismo de Auditoria que faça as atualizações necessárias pendentes.***
5. Caso a decisão seja por suspensão temporária ou advertência, mantém o *status* de suspenso, pelo tempo determinado, ou recupera o *status* anterior do auditor no [Sistema do PROGRAMA](#) e comunica ao Organismo de Auditoria.
6. A avaliação do caso pode ser feita pela Equipe Administrativa do PROGRAMA ABVTEX ou acionado o Comitê de Arbitragem, a critério da ABVTEX.

II. ORGANISMO DE AUDITORIA

1. Recebe da ABVTEX notificação sobre a suspensão temporária do auditor, por falta grave quanto às regras do PROGRAMA ABVTEX ou Código de Conduta do Organismo de Auditoria, com pedido de esclarecimentos.
2. Comunica o auditor sobre o ocorrido e prepara a defesa do auditor quando for o caso.
 - ***Caso o próprio Organismo de Auditoria reconheça a falta do auditor, informa a ABVTEX quanto à veracidade do fato.***
3. Junta documentação comprobatória sobre a falta apontada e envia à Equipe Administrativa da ABVTEX.

4. Aguarda seu parecer sobre o resultado quanto a: descredenciamento, suspensão temporária, advertência ou não punibilidade.
5. Comunica o resultado final ao auditor e toma as medidas internas cabíveis ao caso.

III. **COMITÊ DE ARBITRAGEM**

1. Quando acionado pela Equipe Administrativa, poderá avaliar casos de auditores suspensos temporariamente por conduta contrária aos objetivos do PROGRAMA ABVTEX e/ou seus anexos bem como ao Código de Conduta do Organismo de Auditoria.
2. Faz análise do caso observando os argumentos apresentados pela Equipe Administrativa da ABVTEX e pela defesa e/ou considerações apresentadas pelos Organismos de Auditoria.
3. Dá seu parecer, deliberando entre quatro possibilidades:
 - a) Descredenciamento pela gravidade do fato ou pela reincidência do auditor;
 - b) Suspensão temporária, em casos de menor gravidade, mas importantes;
 - c) Advertência, em casos de menor relevância; ou
 - d) Absolvição, caso fique comprovado equívoco na denúncia realizada.
4. Formata o parecer em ata e autoriza a Equipe Administrativa da ABVTEX a tomar as ações previstas nesta Política para finalização do caso.

Anexo 8: Procedimento de Credenciamento de Organismo de Auditoria

A – ABERTURA DE PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

I. CONSELHO DIRETOR DA ABVTEX

1. Inicia o processo de abertura para credenciamento de novos Organismos de Auditoria com duas formas de comunicação:
 - i. Comunicação aberta e pública, no endereço eletrônico da ABVTEX (www.abvtex.org.br), com as informações necessárias a entidades que queiram participar do processo;
 - ii. Encaminha carta convite às entidades que tenham feito previamente um cadastro na ABVTEX apresentando a intenção de participar do PROGRAMA.
2. Estabelece cronograma para o início e a finalização do processo de credenciamento das entidades interessadas.
3. Dentro dos prazos estabelecidos no cronograma, recebe as cartas de intenção, junto com os Formulários de Inscrição para Credenciamento das entidades candidatas, além da documentação inicial solicitada, constante do Formulário de Inscrição, respeitando os critérios estabelecidos neste Procedimento.
4. Encaminha a documentação recebida ao Organismo Supervisor para que inicie o processo de credenciamento.
5. Recebe do Organismo Supervisor o parecer sobre a documentação recebida das entidades candidatas, apontando quais delas seguem aptas ao processo e quais não cumprem os requisitos iniciais.
6. Comunica a todas as entidades candidatas a situação da documentação inicial e toma as seguintes providências, dependendo do *status* da solicitação:
 - i. Informa a recusa da candidatura, quando a entidade candidata não cumpre com requisitos mínimos;
 - ii. Informa a inclusão da entidade candidata na seleção para credenciamento, para as entidades que tiverem atendido os requerimentos de qualificação exigidos.
7. Autoriza o Organismo Supervisor a prosseguir com o processo para as entidades aceitas na inscrição.
 - ***Caso não existam candidatos suficientes para complementar a quantidade de Organismos de Auditoria a serem credenciados, o Comitê Gestor do PROGRAMA decidirá qual procedimento deverá ser seguido.***

II. ENTIDADE CANDIDATA AO CREDENCIAMENTO

1. Emite uma carta de intenção (timbrada pela entidade) e preenche o Formulário de Inscrição para Credenciamento, junto com a documentação prévia exigida, descrita no Formulário de Inscrição para Credenciamento.
2. Remete os documentos ao Conselho Diretor da ABVTEX, confirmando a sua intenção em participar do processo de credenciamento, por meio eletrônico, para o endereço de e-mail abvtex@abvtex.org.br.
 - ***Neste caso, o não envio desses documentos em tempo hábil, dentro dos prazos previamente estabelecidos pela ABVTEX, poderá caracterizar a desistência da entidade do processo de auditorias.***
3. Recebe parecer da ABVTEX sobre a sua situação quanto à inscrição para credenciamento e, caso tenha sido aceita, inicia o processo de seleção propriamente dito.
 - ***Caso a entidade candidata tenha sua inscrição recusada pela ABVTEX, poderá participar em processo futuro, se conseguir cumprir com os requisitos mínimos exigidos pelo PROGRAMA.***

III. ORGANISMO SUPERVISOR

1. Recebe do Conselho Diretor da ABVTEX a documentação das entidades candidatas para um novo credenciamento no PROGRAMA.
2. Caso alguma entidade candidata tenha apresentado documentação incompleta, solicita o complemento de informações, dentro dos prazos limite estabelecidos.
3. Faz triagem inicial quanto à informação das entidades inscritas, avalia as condições estabelecidas e apresenta parecer à ABVTEX quanto à condição das entidades candidatas, classificando-as em uma das seguintes situações:
 - i. Não atende as expectativas do PROGRAMA e, portanto, foi reprovada e não obterá o credenciamento; ou
 - ii. Atende as expectativas do PROGRAMA e pode prosseguir no processo de credenciamento.
4. Após avaliação do Conselho Diretor da ABVTEX, recebe a lista final com as entidades candidatas que devem participar do processo de credenciamento e inicia a avaliação destas entidades para o credenciamento definitivo.

B – CREDENCIAMENTO

I. ORGANISMO SUPERVISOR

1. Agenda com cada uma das entidades candidatas aprovadas na fase de triagem uma visita formal à estrutura física em sua sede corporativa, ou outro local se considerado como mais conveniente, após ouvir e se aprovar as justificativas da entidade candidata, visando conhecer o sistema de gestão (em

uso e não protótipo) designado para gerenciar o(s) programa(s) de auditoria(s) e avaliar, seguindo o padrão descrito no Guia para Avaliação:

- i. Procedimentos para seleção de auditores;
 - ii. Treinamentos oferecidos;
 - iii. Ferramentas de controle de qualidade das auditorias e melhoria contínua;
 - iv. Políticas anticorrupção e antissuborno;
 - v. Ferramentas de denúncias, registros e procedimentos de investigação de denúncias e de tratamento;
 - vi. Políticas de práticas disciplinares;
 - vii. Política de segurança e proteção da integridade física dos auditores;
 - viii. Procedimento de controle dos documentos citados acima, considerando armazenamento, revisão e atualização;
 - ix. Outros documentos relacionados.
 - x. Disponibilidade para auditorias;
 - xi. Conhecimento e experiência nos requisitos verificados pelo PROGRAMA;
 - xii. Conhecimento e experiência nos setores cobertos pelo PROGRAMA (vestuário, calçados, acessórios e artigos têxteis para o lar);
 - xiii. Conhecimento regional;
 - xiv. Conhecimento da legislação aplicável;
 - xv. Ausência de conflito de interesse (caso a imparcialidade seja comprometida).
- b. Avalia também a lista de auditores com os quais pretende iniciar as atividades como Organismo de Auditoria e verifica se estão enquadrados nas normas definidas para o seu credenciamento.
- c. Para cada uma das entidades candidatas realiza entrevistas com o seu auditor principal – responsável pelo treinamento dos demais auditores – e outros profissionais direcionados para esse trabalho, além de responsáveis da alta liderança até profissionais de competência operacional.
- d. Após a avaliação de cada uma das entidades candidatas, constrói um relatório detalhado para cada uma das entidades candidatas apresentando:
- i. Principais pontos fortes da entidade, incluindo aspectos nos quais a entidade supera os requisitos mínimos solicitados pela ABVTEX;
 - ii. Aspectos nos quais a ABVTEX deverá ter atenção quanto ao desempenho da entidade quando estiver em campo;
 - iii. Considerações gerais e recomendação final quanto à possibilidade ou não de credenciamento da entidade candidata.
- e. Caso existam mais entidades candidatas do que a quantidade pretendida pela ABVTEX, monta também um relatório comparativo entre as candidatas, apontando de forma objetiva a recomendação final.

II. CONSELHO DIRETOR DA ABVTEX

- a. Recebe do Organismo Supervisor os relatórios com os pareceres sobre as entidades candidatas.
- b. Avalia as recomendações e, em conjunto com o Comitê Gestor do PROGRAMA, define qual(is) entidade(s) candidata(s) será(ão) credenciada(s) no PROGRAMA.

- c. Comunica a decisão a todos os interessados no processo apresentando justificativas às entidades não selecionadas.
- d. Inicia os processos de formalização do(s) novo(s) Organismo(s) de Auditoria, com a prática dos seguintes atos:
 - i. Assinatura de contrato;
 - ii. Entrega de Termo de Credenciamento;
 - iii. Solicitação de apresentação, pelo novo Organismo de Auditoria, da relação de seus auditores;
 - iv. Marcação de treinamento para que os auditores adquiram o credenciamento individual, conforme norma específica.
- e. Após o cumprimento de todos os processos formais, atualiza a relação de Organismos de Auditoria credenciados no endereço eletrônico da ABVTEX e permite o início das operações do(s) novo(s) Organismo(s) de Auditoria.

C – MONITORAMENTO PÓS-CRENCIAMENTO

I. ORGANISMO SUPERVISOR

1. Logo após a concessão do credenciamento ao novo Organismo de Auditoria, realiza duas **Auditorias de Observação** nas primeiras auditorias realizadas, escolhidas pela ABVTEX, considerando os critérios de localização, tipo de indústria e quantidade de empregados.
2. Emite relatório à ABVTEX com as constatações colhidas neste processo, indicando eventuais providências de adequação a serem tomadas pelo novo Organismo de Auditoria.
3. Caso haja necessidade de correções, realiza mais duas **Auditorias de Observação** para verificação da qualidade dos processos de auditoria realizados pelo Organismo de Auditoria.
4. A partir daí, durante os 12 (doze) primeiros meses, acompanha o novo Organismo de Auditoria com base nos critérios estabelecidos pelo Manual que regula as **Auditorias de Observação**, estabelecendo, junto ao Conselho Diretor da ABVTEX, critérios de maior frequência destas auditorias neste período.

II. CONSELHO DIRETOR DA ABVTEX

1. Recebe os relatórios de **Auditorias de Observação** para as primeiras auditorias do novo Organismo de Auditoria, com parecer do Organismo Supervisor.
2. Dependendo dos resultados obtidos:
 - i. Caso os resultados das primeiras auditorias não demonstrem um desempenho satisfatório, faz reunião de acompanhamento com o novo Organismo de Auditoria para definição de plano de ação para correções;
 - ii. Caso os resultados sejam satisfatórios, inclui o novo Organismo de Auditoria dentre as entidades credenciadas a realizar as auditorias no âmbito do PROGRAMA, em acordo com o **Regulamento Geral** e todas as normas e procedimentos cabíveis, deliberando com o Organismo Supervisor a frequência para os primeiros 12 (doze) meses de atuação.

Anexo 9: Política de Credenciamento de Organismo Supervisor

1. Para manter o PROGRAMA ABVTEX dentro dos padrões estabelecidos em seu **Regulamento Geral**, a ABVTEX sistematiza as normas e procedimentos para estabelecer um controle sobre as ações dos Organismos de Auditoria e seus auditores credenciados na realização dos serviços de auditoria.
2. Para a execução destas ações, a ABVTEX poderá credenciar um parceiro, denominado Organismo Supervisor, que não seja nenhuma das empresas credenciadas como Organismo de Auditoria, nem possua qualquer vínculo comercial que caracterize conflito de interesse entre ambos.
3. O credenciamento deste Organismo Supervisor é estabelecido pelas políticas estabelecidas no **Regulamento Geral** e deve seguir critérios similares ao credenciamento de Organismos de Auditoria. De outro modo, o descredenciamento de um Organismo Supervisor nas formas e condições descritas no contrato entre ABVTEX e o Organismo Supervisor.
4. A formalização do credenciamento do Organismo Supervisor deve ser feita em contrato com a ABVTEX.
5. A relação oficial, pública e atualizada dos organismos supervisores credenciados será aquela apresentada no Portal da ABVTEX (www.abvtex.org.br) de forma clara e inequívoca e sujeita a atualização constante.
6. O credenciamento de um Organismo Supervisor terá prazo indeterminado, devendo sua condição ser revista anualmente, sempre em função dos resultados alcançados dentro do PROGRAMA.
7. Prioritariamente, a ABVTEX deverá credenciar um único Organismo Supervisor, podendo, a seu critério e a qualquer tempo:
 - a. Credenciar mais de um Organismo Supervisor para realização das mesmas atividades ou de atividades distintas;
 - b. Descredenciar todos os organismos supervisores e assumir diretamente as suas funções, passando a executar diretamente todas as atividades de monitoramento, controle e desenvolvimento das auditorias.
8. O Organismo Supervisor pode ser constituído em qualquer forma jurídica, ou seja, empresa privada, associação, instituição sem fins lucrativos ou de interesse social, entre outras.
9. O Organismo Supervisor deve manter um quadro de auditores observadores com as seguintes características:
 - a. Não guardar qualquer relação comercial ou funcional com qualquer uma das empresas credenciadas como Organismo de Auditoria;
 - b. Não exercer qualquer atividade, dentro ou fora do ambiente do Organismo Supervisor, que caracterize conflito de interesses entre suas atividades e as atividades executadas no âmbito do PROGRAMA ABVTEX;
 - c. Possuir todas as características exigidas para o credenciamento de auditores credenciados no âmbito do PROGRAMA ABVTEX, conforme estabelecido no **Regulamento Geral** e nas normas e procedimentos do PROGRAMA;
 - d. Estar credenciado pela ABVTEX para o exercício da função, conforme descrito nas normas e procedimentos do PROGRAMA para o credenciamento de auditores.

10. Um Organismo Supervisor, para se manter credenciado no PROGRAMA ABVTEX, deve obedecer a todos os critérios estabelecidos para um Organismo de Auditoria, de acordo com estas normas e procedimentos e com o **Regulamento Geral**.
11. Os serviços atribuídos ao Organismo Supervisor e regulados por estas normas e procedimentos e por aquelas previstas no **Regulamento Geral** são:
 - a. Realização de **Auditorias de Observação**;
 - b. Realização de **Auditorias de Verificação**;
 - c. Treinamento de auditores observadores e demais auditores credenciados no âmbito do PROGRAMA ABVTEX;
 - d. Avaliação de Organismos de Auditoria para credenciamento ou revalidação de credenciamento;
 - e. Outros serviços de apoio à ABVTEX para exercício de monitoramento, controle e/ou desenvolvimento do PROGRAMA ABVTEX.

Anexo 10: Regimento Interno do Conselho Consultivo

I. COMPOSIÇÃO

1. O Conselho Consultivo é formado por entidades representativas da sociedade, que por sua vocação e forma de atuação, possam contribuir para o desenvolvimento do PROGRAMA ABVTEX.
2. As entidades participantes serão selecionadas pelo Comitê Gestor do PROGRAMA que, a qualquer momento, pode determinar a inclusão ou exclusão de entidades no Conselho Consultivo.
3. As entidades participantes deverão designar um membro titular para a participação no Conselho Consultivo, não cabendo a indicação ou participação de suplentes. Caberá ao Comitê Gestor ou ao Conselho Diretor da ABVTEX solicitar tal indicação mediante correspondência às entidades participantes do Conselho Consultivo, designando uma data limite para tal indicação.
 - a. O Comitê Gestor realizará reunião, que será registrada em ata, com a lista dos titulares nomeados ao Conselho Consultivo.
 - b. A gestão dos membros do Conselho Consultivo será por prazo indeterminado, até que substituídos por qualquer das razões previstas no item 3 deste Regimento. Não haverá qualquer remuneração aos membros deste Conselho.

II. Função e objetivo

1. São funções e objetivos do Conselho Consultivo:
 - a. Analisar o PROGRAMA ABVTEX e seus requisitos, propondo alterações e melhorias, se necessário;
 - b. Auxiliar no alinhamento de conceitos, acompanhar os resultados do PROGRAMA e apontar caminhos para sua evolução;
 - c. Aconselhar o Comitê Gestor em casos especiais que demandem um parecer externo;
 - d. Aproximar a ABVTEX de entidades representativas de governo, sociedade civil e organizações não governamentais, que possam contribuir para melhorias nas condições de trabalho da cadeia de valor da moda nacional;
 - e. Acompanhar a evolução do PROGRAMA e monitorar seus resultados;
 - f. Apoiar a ABVTEX na divulgação do PROGRAMA.

III. Substituição ou exclusão de um membro do Conselho Consultivo

1. Um membro do Conselho Consultivo perde seu assento se:
 - a. A entidade a qual ele representa for excluída do Conselho Consultivo;
 - b. For desligado da entidade participante;
 - c. Houver solicitação formal da entidade participante encaminhada à ABVTEX; ou
 - d. Faltar a três reuniões consecutivas do Conselho Consultivo.

IV. Convocação do Conselho

1. As reuniões do Conselho Consultivo têm periodicidade semestral.

2. O Comitê Gestor poderá, conforme necessidade, convocar uma reunião extraordinária do Conselho Consultivo, designando data, horário e local para a mesma.
3. Uma solicitação de um membro do Conselho Consultivo para convocação de uma reunião extraordinária do mesmo deve ser apresentada por escrito para o Conselho Diretor da ABVTEX, que avaliará a sua pertinência e enviará convocação da reunião, a ocorrer em um período máximo de 30 (trinta) dias.
4. As reuniões do Conselho Consultivo serão presididas por um membro do Comitê Gestor.
5. O Conselho Consultivo poderá ser convidado a participar das reuniões do Comitê Gestor.

V. Notificação prévia das reuniões

1. A notificação de uma reunião do Conselho Consultivo será por escrito (e-mail ou carta) e especificará a data, hora, local e minuta de pauta para a reunião.
2. A notificação será feita pela Equipe Administrativa da ABVTEX, a pedido do Comitê Gestor, e será enviada com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.
3. Uma solicitação de um ou mais membros do Conselho para adicionar um item para discussão à pauta das reuniões deve ser formulada por escrito e apresentada ao Comitê Gestor, que poderá ou não aprová-la.

VI. Modificação do Regimento do Conselho Consultivo

1. O presente Regimento é aprovado pelo Comitê Gestor.
2. Qualquer sugestão de modificação ao presente Regimento deverá ser proposta para o Comitê Gestor, que avaliará sua implementação, podendo aprová-la ou não.
3. As modificações a este Regimento serão comunicadas a todos os membros do Conselho Consultivo e serão incorporadas ao mesmo Regimento.

Anexo 11: Regimento Interno Comitê de Arbitragem

I. FUNÇÃO

1. O Comitê de Arbitragem é um organismo integrante da Estrutura de Governança do PROGRAMA ABVTEX, de cunho deliberativo e independente, para tomada de decisões nas respectivas questões táticas/operacionais.
2. É a instância para o julgamento de recursos sobre as decisões tomadas no âmbito das auditorias do PROGRAMA ABVTEX, tais como:
 - a. Contestação de Fornecedores e/ou Subcontratados quanto a punições recebidas;
 - b. Eventuais denúncias contra Fornecedores e/ou Subcontratados por atos em desacordo com o PROGRAMA ABVTEX;
 - c. Eventuais denúncias contra Organismos de Auditoria ou seus auditores, por descumprimento das políticas, normas e procedimentos do PROGRAMA ABVTEX;
 - d. Eventuais denúncias quanto ao descumprimento do [Código de Conduta do PROGRAMA ABVTEX](#);
 - e. Questões ligadas ao PROGRAMA ABVTEX que necessitem de um julgamento isento para tomada de decisão.

II. COMPOSIÇÃO

O Comitê de Arbitragem é composto por 6 (seis) membros, estabelecidos da seguinte forma:

- a. Dois membros técnicos titulares, isentos e não participantes dos quadros das Varejistas Signatárias, tendo essa representação as seguintes características:
 - Um membro deve possuir reconhecido conhecimento na Área de Direito, preferencialmente em Direito Trabalhista;
 - Um membro deve possuir reconhecido conhecimento na Área de Auditoria, preferencialmente em técnicas de auditoria de responsabilidade social;
 - A representação é de caráter individual e o convite a estes membros deve ser renovado, no mínimo, a cada dois anos, podendo haver substituição destes membros por simples deliberação do Conselho Diretor da ABVTEX;
 - Esses membros devem ser formalmente convidados pelo Conselho Diretor da ABVTEX, que ratificarão o aceite do convite.
- b. Três membros titulares, representantes de 3 (três) Varejistas Signatárias indicadas pelo Comitê Gestor do PROGRAMA, tendo essa representação as seguintes características:
 - Os membros do Comitê de Arbitragem serão indicados pelas empresas Varejistas Signatárias escolhidas, sendo os assentos no Comitê de Arbitragem pertencentes a tais empresas, não possuindo caráter personalíssimo, de modo que aquelas varejistas poderão substituir os membros que tenham indicado, a qualquer tempo;
 - A escolha das 3 (três) empresas integrantes do Comitê de Arbitragem deve ser realizada em reunião do Comitê Gestor do PROGRAMA, por maioria dos presentes;
 - A designação dos membros é de responsabilidade de cada uma das empresas eleitas pelo Comitê Gestor, realizada formalmente;
 - O mandato desta representação é de 2 (dois) anos.

- c. Um membro representante de uma das entidades participantes do Conselho Consultivo, tendo essa representação as seguintes características:
- Esse membro representa a entidade a que está ligado, não cabendo aqui a representação individual;
 - A escolha da entidade se dará por convite formal do Conselho Diretor da ABVTEX;
 - A designação do representante será feita pela entidade convidada, devendo ser realizada formalmente;
 - A entidade poderá substituir seu representante a qualquer tempo;
 - O mandato desta representação é de 2 (dois) anos.
- d. Três membros suplentes, representantes das Varejistas Signatárias, tendo essa representação as seguintes características:
- Esses membros representam as empresas Varejistas Signatárias indicadas pelo Comitê Gestor do PROGRAMA, sendo os assentos de suplente no Comitê de Arbitragem pertencentes a tais empresas, não possuindo caráter personalíssimo, de modo que aquelas varejistas poderão substituir os membros que tenham indicado, a qualquer tempo;
 - A escolha das três empresas que com assento do Comitê de Arbitragem deve ser realizada em reunião do Comitê Gestor do PROGRAMA, por maioria dos presentes;
 - A designação dos membros será feita pelas empresas escolhidas pelo Comitê Gestor, devendo ser realizada formalmente, sendo que as empresas suplentes devem ter ordem de designação (1º Suplente, 2º Suplente e 3º Suplente);
 - Estes membros somente participarão das reuniões do Comitê de Arbitragem para complementar o quadro nas situações em que qualquer dos membros titulares não possa participar de algum julgamento, em casos de conflito de interesses ou de impedimento;
 - O mandato desta representação é de 2 (dois) anos.

III. FUNCIONAMENTO

1. As reuniões do Comitê de Arbitragem serão realizadas virtualmente ou presencialmente, nas dependências da ABVTEX ou em local designado pela ABVTEX, e seus membros titulares e suplentes poderão participar dos julgamentos em qualquer formato, desde que não haja prejuízo quanto às decisões tomadas.
2. O Comitê de Arbitragem será convocado pela Equipe Administrativa da ABVTEX quando houver um ou mais processos para sua avaliação. Podendo haver convocação urgente, caso haja um processo com enorme criticidade ou que possa causar eventuais prejuízos ao PROGRAMA ABVTEX.
3. Nas reuniões do Comitê de Arbitragem, devem estar presentes minimamente 5 (cinco) membros, entre membros técnicos, membro de entidade do Conselho Consultivo e membros representantes das Varejistas Signatárias ou suplentes. As deliberações serão aprovadas por maioria de 4 (quatro) votos, e em caso de desempate, a decisão caberá à ABVTEX, representada por seu Conselho Diretor.
4. Poderão participar das reuniões do Comitê de Arbitragem as Varejistas Signatárias ao PROGRAMA ABVTEX e os Organismos de Auditoria envolvidos nas questões avaliadas. Estes participantes poderão apresentar argumentos orais ou por escrito, desde que autorizados pelo Comitê de Arbitragem, porém não terão direito a voto.
5. Nas reuniões do Comitê de Arbitragem, preferencialmente, deverão participar os membros titulares. Porém, caso o julgamento envolva qualquer elemento pertencente à cadeia de fornecimento de uma das Varejistas Signatárias ao PROGRAMA ABVTEX com assento entre os membros titulares do Comitê, o Conselho Diretor da ABVTEX poderá substituí-la por um dos suplentes, para que sempre haja total isenção quanto à avaliação final.

6. Todas as decisões tomadas no âmbito do Comitê de Arbitragem deverão ser registradas em ata, assinada pelos seus membros.

IV. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA DAS REUNIÕES

1. A notificação de uma reunião do Comitê de Arbitragem será por escrito (e-mail ou carta) e especificará a data, hora, local e minuta de pauta para a reunião.
2. A notificação será feita pela Equipe Administrativa da ABVTEX e será enviada com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência.

V. MODIFICAÇÃO DO REGIMENTO DO COMITÊ DE ARBITRAGEM

Qualquer sugestão de modificação do presente Regimento deverá seguir as Políticas e Procedimentos adotados para alterações no **Regulamento Geral** do PROGRAMA ABVTEX.

Anexo 12: Regimento Interno Comitê Gestor

I. FUNÇÃO

1. O Comitê Gestor é o órgão de tomada de decisões do PROGRAMA ABVTEX.
2. O Comitê Gestor orienta para o bom desenvolvimento do PROGRAMA para o atingimento de seus objetivos, listados a seguir:
 - a. Desenvolver um PROGRAMA único que permita às Varejistas Signatárias assegurar que seus Fornecedores e respectivos Subcontratados estão cumprindo os aspectos ligados à responsabilidade social, às relações de trabalho e questões relacionadas à área ambiental.
 - b. Estabelecer os princípios e critérios para a condução das auditorias em Fornecedores e/ou Subcontratados da cadeia de fornecimento do varejo de moda (vestuário, calçados, acessórios e artigos têxteis para o lar).
 - c. Criar critérios de auditorias para os Fornecedores e/ou Subcontratados.
 - d. Promover, por meio do engajamento evolutivo e da melhoria contínua, as melhores práticas no setor do varejo coberto pela ABVTEX.
3. O Comitê Gestor deve orientar todos os procedimentos e atividades do PROGRAMA ABVTEX em observância ao Estatuto da entidade.
4. Compete ao Comitê Gestor:
 - a. Dar o direcionamento necessário para o desenvolvimento, manutenção e coordenação do PROGRAMA ABVTEX;
 - b. Estabelecer os requisitos do PROGRAMA e revisá-los periodicamente, ouvindo os participantes.
 - c. Receber e analisar críticas e sugestões dos participantes e propor as adequações necessárias.
 - d. Discutir e aprovar o **Regulamento Geral** e suas subseqüentes alterações.
 - e. Acompanhar, por meio de avaliação periódica, o desempenho do PROGRAMA ABVTEX.
 - f. Definir a forma de atuação, a composição e o regimento do Conselho Consultivo do PROGRAMA.
 - g. Determinar assuntos que serão levados para o Conselho Consultivo.
 - h. Quando julgar necessário ou conveniente, convidar para participar de suas reuniões o Conselho Consultivo, membros do Conselho Diretor e/ou membros do Grupo de Trabalho de Fornecedores da ABVTEX.
 - i. Requisitar o Diretor Executivo para, em nome do Comitê Gestor, convocar reuniões do Conselho Consultivo.
 - j. Definir planos de verificações complementares às auditorias, se necessário.
 - k. Fiscalizar o cumprimento permanente dos requisitos e avaliar eventuais descumprimentos.
 - l. Recomendar a exclusão de Varejistas Signatárias, quando cabível.
 - m. Recomendar a exclusão de Organismos de Auditoria, quando cabível.
 - n. Deliberar sobre casos omissos e situações não previstas.
 - o. Deliberar sobre casos de apelação e reclamações de Fornecedores e/ou Subcontratados a respeito dos resultados do processo de auditoria.
5. Os integrantes do Comitê Gestor deverão manter a confidencialidade das informações a que tenham acesso, não podendo utilizá-las para nenhuma finalidade estranha aos objetivos do PROGRAMA ABVTEX.

II. COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

1. O Comitê Gestor será composto por 1 (um) representante nomeado por cada Varejista Signatária ao PROGRAMA ABVTEX. Caberá ao Conselho Diretor da ABVTEX solicitar tal indicação, mediante correspondência ou e-mail a todas as varejistas.
2. O representante nomeado por cada Varejista Signatária ocupará a função de titular no Comitê Gestor, podendo votar em nome da varejista que representa, sendo admitida a indicação de um suplente, que poderá substituir o membro titular em sua ausência ou substituí-lo definitivamente em caso de desligamento do titular.
3. Os membros do Comitê Gestor continuarão na função até a devida substituição por seus sucessores.
4. Em caso de desligamento de um representante de uma varejista no Comitê Gestor, por qualquer motivo, o suplente ou substituto nomeado assumirá o mandato do membro desligado até que haja nova indicação por esta Varejista Signatária.

III. SUBSTITUIÇÃO OU EXCLUSÃO DE UM MEMBRO DO COMITÊ

Um membro do Comitê Gestor perde seu assento se:

1. A Varejista Signatária que ele representa for excluída do PROGRAMA ABVTEX;
2. For desligado da Varejista Signatária ao PROGRAMA ABVTEX;
3. Houver solicitação formal da Varejista Signatária ao PROGRAMA ABVTEX, encaminhada ao Conselho Diretor da ABVTEX; ou
4. Faltar em 2 (duas) reuniões consecutivas do Comitê Gestor.

IV. TOMADA DE DECISÕES E PROCEDIMENTOS DA REUNIÕES

1. O Comitê Gestor pode tomar decisões em reuniões físicas e virtuais, e também por correspondência eletrônica.
2. As reuniões do Comitê Gestor são presididas por um representante da ABVTEX ou da Estrutura de Governança do PROGRAMA, indicado pelo Conselho Diretor da ABVTEX.
3. O Comitê Gestor deve tomar decisões por consenso: caso haja desacordo, todos os esforços serão feitos para que soluções consensuais sejam encontradas.
4. Se o Comitê Gestor não atingir consenso em algum item posto em discussão, o presidente da reunião deve observar a ausência do consenso e poderá decidir recorrer à votação.
5. Cada membro do Comitê Gestor terá direito a 1 (um) voto, desde que esteja presente na reunião. Em caráter de exceção, será aceita, por quem presidir a reunião, a participação e votação de algum membro por meio virtual.
6. As despesas relacionadas à participação dos membros nas reuniões são de responsabilidade de cada Varejista Signatária.
7. Cabe à pessoa designada pelos membros do Comitê Gestor documentar a reunião em totalidade, assim como todas as decisões tomadas pelo Comitê Gestor.
8. As atas de reuniões serão assinadas pelos membros presentes e, posteriormente, encaminhadas aos demais membros do Comitê Gestor. Caberá à Equipe Administrativa da ABVTEX remeter eletronicamente uma cópia da referida ata.

V. CONVOCAÇÃO DO COMITÊ GESTOR

1. As reuniões do Comitê Gestor terão periodicidade trimestral, e serão convocadas pela Equipe Administrativa da ABVTEX.
2. O Conselho Diretor da ABVTEX pode, em data, horário e local pré-determinados, conforme necessidade, convocar reunião extraordinária do Comitê Gestor, indicando o tema a ser discutido.
3. Uma solicitação de um membro do Comitê Gestor para convocação de uma reunião extraordinária deve ser apresentada por escrito para o Conselho Diretor da ABVTEX, que irá avaliar a sua pertinência e enviar convocação da reunião em um período máximo de 30 (trinta) dias.

VI. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA DAS REUNIÕES

1. A notificação de uma reunião do Comitê Gestor será por escrito (e-mail ou carta) e especificará a data, hora, local e minuta de pauta para a reunião.
2. A notificação será feita pela Equipe Administrativa da ABVTEX e será enviada com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência.
3. Uma solicitação de um ou mais membros do Comitê para adicionar um item para discussão à pauta de reuniões deve ser formulada por escrito e apresentada ao Conselho Diretor da ABVTEX, que, se considerar válido, adicionará à pauta.

VII. MODIFICAÇÃO DO REGIMENTO DO COMITÊ GESTOR

1. O presente Regimento é aprovado pelo Conselho Diretor da ABVTEX.
2. Qualquer sugestão de modificação do presente Regimento deverá ser proposta para o Conselho Diretor da ABVTEX, a quem compete avaliar e aprovar as sugestões, ou recusá-las.
3. As modificações deste Regimento serão instituídas em atas de reuniões do Conselho Diretor da ABVTEX. As atas serão enviadas pela ABVTEX por correspondência ou por e-mail a todos os membros do Comitê Gestor, sendo incorporadas a este Regimento e ao **Regulamento Geral** do PROGRAMA ABVTEX.

Anexo 13: Checklist aplicável ao Fornecedor ou Subcontratado - Versão 6.0

CHECKLIST DO PROGRAMA ABVTEX - VERSÃO 6.0 - BLOCO COMPLETO						
Bloco	Item 5.02	Bloco	Item V 6.0	Blocos Temáticos		Nível de Criticidade
				1. Formalização e Documentação		
BÁSICO	1.1	MÍNIMO	1.1	A empresa assinou, atualizou e fez <i>upload</i> do Termo de Participação ao PROGRAMA ABVTEX?		CRÍTICO
BÁSICO	1.2	MÍNIMO	1.2	A empresa está constituída como Pessoa Jurídica, respeitando a legislação brasileira?		CRÍTICO
BÁSICO	1.3	MÍNIMO	1.3	A empresa apresentou os relatórios referentes aos respectivos eventos S-1200 S-2200 – S-2230 – S2299 do eSocial?		CRÍTICO
BÁSICO	1.4	MÍNIMO	1.4	A situação societária de a empresa é regular? No caso da empresa não possuir empregados e somente sócios, esta sociedade encontra-se regular? Foi evidenciado que não há existência de relação de trabalho entre sócios considerando a hierarquia e distribuição societária ou financeira? A empresa apresentou os respectivos eventos - S-1200 – S-2200 – S-2230 – S2299 do eSocial?		CRÍTICO
BÁSICO	1.5	MÍNIMO	1.5	A empresa apresentou os relatórios relacionados aos eventos constantes da DCTFWeb (antiga GFIP)?		MAIOR
BÁSICO	1.6	MÍNIMO	1.6	Evidenciada Licença de Funcionamento?	Tem Licença de Funcionamento ou dispensa vencida e protocolo de renovação.	MENOR
					Não possui Licença de Funcionamento ou dispensa de Funcionamento e possui apenas protocolo para primeira Licença.	MAIOR
					Não possui Licença de Funcionamento ou dispensa, não possui protocolo para renovação, nem protocolo para primeira Licença.	CRÍTICO

BÁSICO	1.7	BÁSICO	1.7	Toda a documentação da empresa está atualizada na Receita Federal, Junta Comercial e demais órgãos competentes?	MENOR	
BÁSICO	1.8	BÁSICO	1.8	Foi evidenciada a publicação/exposição do Código de Conduta do PROGRAMA ABVTEX aos empregados?	MENOR	
SUPERIOR	1.9	SUPERIOR	1.9	Evidenciado o Alvará Sanitário (quando aplicável)?	A empresa possui protocolo inicial ou está com Alvará vencido e protocolo de renovação dentro do prazo.	MENOR
					A empresa está com Alvará vencido e protocolo de renovação fora do prazo.	MAIOR
					A empresa não possui o Alvará Sanitário ou está com alvará vencido sem protocolo de renovação.	OBRIGATÓRIO PRATA
SUPERIOR	1.10	SUPERIOR	1.10	É evidenciada a Certidão Negativa do Cadastro de Devedores, da Justiça do Trabalho?	OBRIGATÓRIO PRATA	
SUPERIOR	1.11	SUPERIOR	1.11	A empresa apresentou a Certidão Negativa de Débitos (CND) ou positiva com efeito de negativa, relativa aos tributos federais?	OBRIGATÓRIO OURO	
2. Condições de Trabalho						
	2.1		2.1	Trabalhador Menor		
BÁSICO	2.1.1	MÍNIMO	2.1.1	Se há empregados aprendizes com idade entre 14 e 24 anos, foi evidenciado contrato de aprendizagem de acordo com os requerimentos legais?	TOLERÂNCIA ZERO	
BÁSICO	2.1.2	MÍNIMO	2.1.2	Evidenciada a ausência de menores de 14 anos no ambiente de trabalho (fabril ou áreas de risco)? A empresa não permite a permanência de menores nestes ambientes e que não façam parte do quadro de empregados?	CRÍTICO	
BÁSICO	2.1.3	BÁSICO	2.1.3	Se há empregados com idade maior do que 14 anos e menor do que 18 anos, as leis trabalhistas estão sendo cumpridas, tais como: não exposição a trabalhos perigosos/insalubres, não realização de trabalho noturno, contrato de trabalho conforme permitido por lei?	CRÍTICO	

SUPERIOR	2.1.4	SUPERIOR	2.1.4	A empresa cumpre com as condições legais para cota de aprendizes?	MENOR
	2.2		2.2	Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo	
BÁSICO	2.2.1	MÍNIMO	2.2.1	Ausência de trabalho forçado / análogo ao escravo?	TOLERÂNCIA ZERO
BÁSICO	2.2.2	MÍNIMO	2.2.2	Ausência de algum tipo de empréstimo de valores ou retenção de documentos pessoais em troca de mão de obra? Assinam papeis em branco sem saber qual o objetivo?	TOLERÂNCIA ZERO
BÁSICO	2.2.3	MÍNIMO	2.2.3	É evidenciada a livre circulação dos empregados?	TOLERÂNCIA ZERO
	2.3		2.3	Trabalho Estrangeiro Irregular	
BÁSICO	2.3.1	MÍNIMO	2.3.1	É evidenciada ausência de trabalho de imigrantes irregulares?	TOLERÂNCIA ZERO
SUPERIOR	2.3.2	SUPERIOR	2.3.2	São fornecidas cópias dos contratos de emprego e demais documentações contratuais no(s) idioma(s) nativo(s) do(s) trabalhador(es) estrangeiro(s) com a tradução juramentada?	MAIOR
	2.4		2.4	Recrutamento e Seleção	
BÁSICO	2.4.3	MÍNIMO	2.4.1	É evidenciada a não existência de ameaças, penalidades, coerção e/ou força física como meio de recrutamento de trabalhadores (brasileiros ou estrangeiros)?	TOLERÂNCIA ZERO
BÁSICO	2.4.1	BÁSICO	2.4.2	É evidenciada a ausência de exames de gravidez na contratação da trabalhadora?	CRÍTICO
BÁSICO	2.4.2	BÁSICO	2.4.3	Quando do recrutamento, os empregados têm conhecimento prévio quanto às condições formais de contratação, ao ambiente físico e à natureza do trabalho, além de não haver quaisquer taxas ou obrigações especiais para recrutadores?	CRÍTICO

SUPERIOR	2.4.4	SUPERIOR	2.4.4	A empresa cumpre com as condições legais para cota de PcD (pessoa com deficiência)?		MENOR
SUPERIOR	2.4.6	SUPERIOR	2.4.5	A empresa utiliza agências de emprego (agência de mão de obra terceirizada) para a contratação de funcionários e está de acordo com a legislação?	Casos isolados de violações.	MENOR
					Ocorrência sistêmica de violações.	MAIOR
2.5		2.5		Moradia		
BÁSICO	2.5.1	MÍNIMO	2.5.1	Evidenciada ausência de moradia no mesmo endereço da oficina ou do galpão industrial?	Quando houver moradia somente para os proprietários, sem funcionários residindo, integrada ao ambiente de trabalho, tais como: casa geminada, moradia de fundos do mesmo terreno, moradia de frente no mesmo terreno, moradia no mesmo terreno dividido ou moradia dentro da área da empresa.	MAIOR
					Quando houver moradia para empregados, integrada ao ambiente de trabalho, tais como: casa geminada, moradia de fundos do mesmo terreno, moradia de frente no mesmo terreno, moradia no mesmo terreno dividido ou moradia dentro da área da empresa.	CRÍTICO
BÁSICO	2.5.2	BÁSICO	2.5.2	É evidenciado alojamento de acordo com a NR 24 e a legislação trabalhista?		CRÍTICO
2.6		2.6		Liberdade de Associação		
BÁSICO	2.6.1	MÍNIMO	2.6.1	É evidenciada ausência de intimidação em relação ao direito de livre associação e ao direito ao acordo coletivo de trabalho?		CRÍTICO

	2.7		2.7	Discriminação	
BÁSICO	2.7.1	MÍNIMO	2.7.1	É evidenciada ausência de discriminação por idade, etnia, sexo, orientação sexual, grupo, religião, política ou outro motivo específico?	CRÍTICO
BÁSICO	2.7.2	BÁSICO	2.7.2	É dado para a gestante tratamento diferenciado de acordo com a necessidade de cada uma?	CRÍTICO
	2.8		2.8	Abuso e Assédio	
BÁSICO	2.8.1	MÍNIMO	2.8.1	Ausência de queixas ou evidências de qualquer tipo de assédio (Assédio Moral, Sexual, Eleitoral, Preferências Específicas etc.) no âmbito do trabalho, considerando hierarquia da empresa?	CRÍTICO
BÁSICO	2.8.3	MÍNIMO	2.8.2	É evidenciada ausência de práticas disciplinares abusivas?	MAIOR
BÁSICO	2.8.2	BÁSICO	2.8.3	As horas extras são realizadas com o consentimento dos empregados?	CRÍTICO
BÁSICO	2.8.4	BÁSICO	2.8.4	A empresa adota procedimentos para evitar ou mitigar o risco de assédio moral, sexual ou violência no âmbito do trabalho, conforme medidas previstas pela Lei Federal 14.457/2022?	MAIOR
	2.9		2.9	Salário e Compensação	
BÁSICO	2.9.1	MÍNIMO	2.9.1	Os salários, horas extras, DSR, 13º salário, licenças remuneradas, abono de férias, adicionais (noturno, insalubridade e periculosidade) são pagos de acordo com a legislação trabalhista e o acordo coletivo e legislação local aplicável?	CRÍTICO
BÁSICO	2.9.3	MÍNIMO	2.9.2	São disponibilizados aos empregados cópias do holerite/contracheque?	CRÍTICO
BÁSICO	2.9.4	MÍNIMO	2.9.3	É evidenciado que as deduções do salário estão corretas, em acordo com a legislação, ou ainda, os descontos não previstos em lei têm comprovadamente concordância do empregado?	CRÍTICO
BÁSICO	2.9.6	MÍNIMO	2.9.4	Todos os empregados, incluindo jovens aprendizes e estrangeiros, possuem registro em CTPS? Caso a empresa já esteja adequada plenamente ao eSocial, apresentar os relatórios referentes aos respectivos eventos – S-2200 – S-2205 – S-2206 – S-2299.	CRÍTICO

BÁSICO				A empresa apresentou Certidão Negativa de Débitos (CND) relativos a créditos tributários federais e da Dívida Ativa da União, bem como as 6 (seis) últimas guias pagas do INSS? Ou, na falta da Certidão Negativa de Débitos, apresentou as 12 (doze) últimas guias pagas do INSS? Ou ainda, apresentou os relatórios referentes aos respectivos eventos – DCTFWeb.	A empresa apresentou certidão positiva válida, indicando renegociação de eventuais dívidas e pontualidade nos recolhimentos.	MENOR
BÁSICO	2.9.7	MÍNIMO	2.9.5		A empresa não apresentou qualquer documentação comprobatória quanto à regularidade no recolhimento do INSS.	CRÍTICO
BÁSICO	2.9.8	MÍNIMO	2.9.6	A empresa apresentou Certificado de regularidade do FGTS/CRF? Ou, para comprovar regularidade, apresentou as 12 últimas guias pagas do FGTS? Ou ainda, caso a empresa já esteja adequada plenamente ao eSocial, apresentar os relatórios referentes aos respectivos eventos – S-1200 – S-2299.		CRÍTICO
BÁSICO	2.9.2	BÁSICO	2.9.7	É evidenciado o cumprimento das demais condições previstas na convenção e/ou acordo coletivo, excetuando as condições previstas no Item 2.9.1 deste Checklist?		MAIOR
BÁSICO	2.9.5	BÁSICO	2.9.8	A empresa observa e aplica a equiparação salarial às mulheres que exerçam idêntica função, conforme disposição da Lei Federal 14.457/22 e demais disposições da CLT (Art. 373-A e Art. 461)?		MAIOR
BÁSICO	2.9.9	BÁSICO	2.9.9	Os pagamentos, adiantamentos ou empréstimos são feitos integralmente por meio de depósito em conta bancária de titularidade do empregado?		CRÍTICO
BÁSICO	2.9.10	BÁSICO	2.9.10	Não é evidenciada a contratação de empregados na forma de Pessoa Jurídica ou Pessoa Física (como MEI, autônomo ou outra forma), que possua característica de empregado com assiduidade e/ou subordinação, como forma de precarização das relações trabalhistas?		CRÍTICO
BÁSICO	2.9.11	BÁSICO	2.9.11	É evidenciado o pagamento correto das verbas rescisórias?		CRÍTICO
BÁSICO	2.9.12	BÁSICO	2.9.12	Na contratação de empregados em condições especiais, tais como: contrato temporário e/ou trabalho intermitente, os contratos estão em acordo com a legislação/convenção coletiva? A jornada de trabalho e a execução das atividades correspondem à forma de contratação?		MAIOR
BÁSICO	2.9.13	BÁSICO	2.9.13	Na contratação de empregados em período de experiência, os contratos estão em acordo com a legislação/convenção coletiva? A jornada de trabalho e a execução das atividades correspondem à forma de contratação?		MAIOR
SUPERIOR	2.9.14	SUPERIOR	2.9.14	Se a empresa for participante do Programa Empresa Cidadã, prevista na Lei 11.770/2018, adota a possibilidade de substituição do período de prorrogação da licença-maternidade pela redução de jornada de trabalho em 50% pelo período de 120 dias, mediante acordo individual e pagamento do salário integral?		MAIOR

SUPERIOR	2.9.15	SUPERIOR	2.9.15	A empresa com 30 ou mais funcionárias (sexo feminino) maiores de 16 anos oferece local apropriado para vigilância e assistência às crianças no período de amamentação, ou implementou o Programa Emprega + Mulheres, exclusivamente no que se refere ao reembolso creche, e o disponibiliza à empregada ou ao empregado que tenha filhos com até 5 anos e 11 meses de idade, nos moldes do Programa Emprega + Mulheres da Lei 14.457/2022?	MENOR	
	2.10		2.10	Horas Trabalhadas		
BÁSICO	2.10.1	MÍNIMO	2.10.1	O cumprimento da carga horária de trabalho está de acordo com a legislação trabalhista e o acordo coletivo? Apresentar os registros de jornada de trabalho (espelho de ponto, controles eletrônicos ou falhas manuais) que comprovem o cumprimento a horária. Os eventos S-2200 – S-2206 do eSocial podem ser apresentados de forma complementar para servir de apoio aos registros apresentados.	MAIOR	
BÁSICO	2.10.2	MÍNIMO	2.10.2	É dado ao empregado o direito de conferir as horas extras trabalhadas com as recebidas? As horas extras e jornada de trabalho regular estão registradas no mesmo espelho/cartão de ponto e discriminados no holerite? Apresentar os espelhos ou cartões de pontos, acompanhados dos respectivos comprovantes de pagamento (holerites), de modo a permitir a conferência das horas extras trabalhadas com as recebidas.	MAIOR	
BÁSICO	2.10.3	MÍNIMO	2.10.3	É evidenciada a inexistência da prática na quais empregados da área produtiva levam serviços para realizar em casa?	CRÍTICO	
BÁSICO	2.10.4	BÁSICO	2.10.4	A empresa estabeleceu banco de horas, em acordo com a legislação trabalhista (estabelecido em acordo individual ou acordo coletivo descrito em convenção coletiva)?	CRÍTICO	
SUPERIOR	2.10.5	SUPERIOR	2.10.5	São os empregados que registram seu próprio horário de trabalho?	Quando a empresa não é obrigada a manter controle formal de ponto e não são os empregados que marcam sua entrada e saída ou não há marcação formal de ponto.	MAIOR
					Quando a empresa está obrigada a manter controle formal de ponto e não são os empregados que marcam entrada e saída.	OBRIGATÓRIO PRATA

3. Saúde e Segurança do Trabalho						
3.1 Condições de Trabalho e Infraestrutura						
BÁSICO	3.1.1	MÍNIMO	3.1.1	Ausência de riscos estruturais (rachaduras profundas, buracos de larga extensão, infiltrações acentuadas, vigas e estruturas com risco de desmoronamento)?	Quando os problemas encontrados não representam riscos imediatos, necessitando de manutenções corretivas para evitar riscos estruturais.	MAIOR
					Quando os problemas encontrados representam riscos estruturais, que podem colocar em risco a integridade física dos empregados e pessoas que circulam pela empresa.	CRÍTICO
BÁSICO	3.1.3	MÍNIMO	3.1.2	As áreas da empresa se encontram em boas condições de higiene e limpeza?		MENOR
BÁSICO	3.1.2	BÁSICO	3.1.3	As áreas internas estão de tal forma concebidas que não é observado o uso de instalações provisórias?		MENOR
BÁSICO	3.1.4	BÁSICO	3.1.4	Há água filtrada e/ou mineral disponível para consumo na empresa?	Disponibiliza água potável, mas não tem os laudos de qualidade.	MENOR
					Não possui os registros de manutenção e/ou a água não é adequada.	MAIOR
BÁSICO	3.1.5	BÁSICO	3.1.5	O local possui sistema de ventilação, exaustão e/ou climatização adequado às tarefas realizadas em cada etapa do processo?	Maioria dos setores com ventilação, exaustão e/ou climatização	MENOR
					Não possui sistema de ventilação, exaustão e/ou climatização	MAIOR
BÁSICO	3.1.6	BÁSICO	3.1.6	A empresa apresenta os requisitos mínimos de conservação e conforto nas edificações de acordo com a NR 08?		MENOR

SUPERIOR	3.1.7	SUPERIOR	3.1.7	A estrutura e uso da unidade de produção são alinhados com a planta aprovada pelo corpo de bombeiros ou pela prefeitura, com descrição da metragem e coincidente com a estrutura avaliada (ex: número de pavimentos, número de prédios e telhado).	MAIOR	
SUPERIOR	3.1.8	SUPERIOR	3.1.8	O edifício ou o terreno é de ocupação individual, exclusivamente para uso industrial, sem compartilhamento com residência(s)? Não há outros CNPJs no mesmo endereço em uma das seguintes situações?	A empresa compartilha o edifício, vertical ou horizontal, com outras empresas, do mesmo segmento ou não, e essa(s) empresa(s) cumpre(m) com todos os requisitos mínimos para ocupação conjunta como: Possuir licença do Corpo de Bombeiros que cubra todo o prédio, Alvará de funcionamento de todas as empresas instaladas no prédio, Simulado de Abandono Conjunto e Alarme de incêndio integrado.	MENOR
				- Compartilhamentos em prédio ou estrutura verticalizada; - Compartilhamentos em estrutura horizontal desde que exista interligação de uma empresa à outra; ou quando não há separação física entre as empresas, com acesso e saídas únicas.	A empresa compartilha o edifício com outras empresas, do mesmo segmento ou não, e essa(s) empresa(s) não cumpre(m) com todos os requisitos mínimos para ocupação conjunta. Quando a empresa compartilha o edifício ou o terreno com residência(s) com outros inquilinos que não funcionários e/ou proprietário, como: casa geminada, moradia de fundos do mesmo terreno, moradia de frente no mesmo terreno, moradia no mesmo terreno dividido	MAIOR
SUPERIOR	3.1.9	SUPERIOR	3.1.9	Quando a empresa disponibiliza creche, a localização e o acesso à instalação se encontram distantes da área produtiva, de modo a garantir que as crianças estejam seguras e não expostas a quaisquer riscos inerentes ao ambiente produtivo?	MAIOR	
SUPERIOR	3.1.10	SUPERIOR	3.1.10	O jateamento de areia, para limpar ou desbastar superfícies, é proibido no processo de produção?	OBRIGATÓRIO PRATA	

	3.2		3.2	Vestiários e Instalações Sanitárias		
BÁSICO	3.2.1	BÁSICO	3.2.1	Os vestiários / sanitários possuem ventilação adequada?	Não há ventilação em parte dos vestiários/sanitários.	MENOR
					Não há ventilação na maioria dos vestiários/sanitários.	MAIOR
BÁSICO	3.2.2	BÁSICO	3.2.2	Os sanitários são providos de vaso sanitário com assento e tampa?	Maioria dos sanitários (mais da metade) é provida de assento e tampa.	MENOR
					Minoria dos sanitários têm assento e tampa ou é utilizada latrina.	MAIOR
BÁSICO	3.2.3	BÁSICO	3.2.3	Existem vasos sanitários suficientes para o número de empregados?		MENOR
BÁSICO	3.2.4	BÁSICO	3.2.4	Os sanitários são dotados de produtos destinados à higiene pessoal: papel higiênico, sabonete líquido, toalhas de papel para as mãos ou outro sistema higiênico para secagem de mãos e lixeira com tampa?		MENOR
BÁSICO	3.2.5	BÁSICO	3.2.5	Os vestiários são separados para ambos os sexos com identificação nas portas, cumprindo as especificações da NR 24?	Vestiários separados, mas sem identificação.	MENOR
					Não há separação por sexo, exceto nas condicionantes na NR 24.	MAIOR
BÁSICO	3.2.6	BÁSICO	3.2.6	Os sanitários são separados para ambos os sexos com identificação nas portas, cumprindo com as especificações da NR 24?	Sanitários separados, mas sem identificação.	MENOR
					Não há separação por sexo, exceto nas condicionantes na NR 24.	MAIOR

BÁSICO	3.2.7	BÁSICO	3.2.7	Conforme NR24: - Para empresas obrigadas e ter vestiários, são fornecidos armários para a guarda individual dos pertences suficientes para o número de empregados? Os armários se encontram em boas condições de conservação e limpeza? - Para empresas desobrigadas a ter vestiários, garante o fornecimento de escaninho, gaveta com tranca ou similar que permita a guarda individual de pertences pessoais dos trabalhadores ou serviço de guarda volume?	MENOR	
	3.3		3.3	Local para Refeições		
BÁSICO	3.3.1	BÁSICO	3.3.1	A empresa possui local para refeições conforme preconizado pela NR 24?	MAIOR	
BÁSICO	3.3.2	BÁSICO	3.3.2	A área/local disponível para alimentação é limpa e sem resíduo de alimentos?	MENOR	
BÁSICO	3.3.3	BÁSICO	3.3.3	No ambiente do refeitório ou local disponível para refeições, os alimentos, perecíveis, louças/panelas são armazenados e/ou guardados adequadamente?	MENOR	
BÁSICO	3.3.4	BÁSICO	3.3.4	As refeições são feitas de forma segregada da área produtiva?	MAIOR	
BÁSICO	3.3.5	BÁSICO	3.3.5	Quando a empresa possui cozinha para o preparo das refeições dos empregados, esta está em acordo com a NR 24, Item 24.6?	MAIOR	
BÁSICO	3.3.6	BÁSICO	3.3.6	É evidenciada instalação adequada de botijão ou outro recipiente semelhante contendo gás (como GLP)?	MAIOR	
	3.4		3.4	Normas Regulamentadoras		
BÁSICO	3.4.2	MÍNIMO	3.4.1	As máquinas, equipamentos e mesas estão em condições satisfatórias de saúde e segurança (tendo a NR12 como referência para a análise), sem adaptações ou estruturas improvisadas?	Tendo como base a NR12, algumas máquinas, equipamentos e mesas estão em condições insatisfatórias de saúde e segurança, sem adaptações ou estruturas improvisadas.	MENOR
					Tendo como base a NR12, todas as máquinas, equipamentos e mesas estão em condições insatisfatórias de saúde e segurança, ou quando há adaptações ou estruturas improvisadas.	MAIOR

BÁSICO	3.4.3	MÍNIMO	3.4.2	A empresa possui e segue as recomendações do PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) definido de acordo com todos os requisitos das NR 1 e NR 09 e atualizado em processo contínuo ou a cada 2 (dois) ou a cada 3 (três) anos se houver certificação? Caso a empresa seja ME ou EPP e com grau de risco 1 ou 2, cumpre, de forma cumulativa, os requisitos da NR 01 para dispensa da elaboração do PGR?		MAIOR
BÁSICO	3.4.4	MÍNIMO	3.4.3	A empresa possui e segue as recomendações do PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional) definido de acordo com todos os requisitos e riscos ocupacionais identificados nas NR 1 e NR 07 e atualizado conforme relatório analítico? Caso a empresa seja ME ou EPP e com grau de risco 1 ou 2, cumpre, de forma cumulativa, os requisitos da NR 01 para dispensa da elaboração do PCMSO?		MAIOR
BÁSICO	3.4.5	MÍNIMO	3.4.4	O ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) está atualizado e contempla todos os exames previstos no PCMSO para as funções consideradas?		MAIOR
BÁSICO	3.4.1	BÁSICO	3.4.5	A empresa estabelece requisitos técnicos e legais na instalação, manutenção e operação de caldeiras e vasos sob pressão de acordo com a NR 13?		MAIOR
BÁSICO	3.4.6	BÁSICO	3.4.6	A CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio) está estabelecida e atua em acordo com a NR 05 e nos termos da Lei 14.457/22? Nos casos de não obrigatoriedade da CIPA, há um representante da empresa responsável pelas questões de saúde e segurança?	A CIPA está estabelecida, mas cumpre parcialmente com os critérios estabelecidos na NR05 e na Lei 14.457/22	MENOR
					A CIPA não está estabelecida ou não possui designado.	MAIOR
BÁSICO	3.4.7	BÁSICO	3.4.7	Conforme a NR 17: - O local fornece assentos para os trabalhos contínuos em que o empregado possa alternar entre o trabalho em pé e sentado? - Para as atividades em que os trabalhos devam ser realizados em pé, existem assentos com encosto para descanso em locais em que possam ser utilizados pelos trabalhadores durante as pausas?		MENOR
BÁSICO	3.4.8	BÁSICO	3.4.8	Os assentos utilizados nos postos de trabalho atendem aos requisitos mínimos de conforto e ergonomia (NR 17)?	Menos de 50% dos assentos utilizados não atendem aos requisitos mínimos.	MENOR
					50% ou mais dos assentos utilizados não atendem aos requisitos mínimos.	MAIOR

BÁSICO	3.4.9	BÁSICO	3.4.9	A iluminação é adequada à realização das atividades, conforme aferido por Certificado de Calibração?	Quando não há adequação em: 50% ou mais da iluminação em ambientes de áreas não produtivas ou 30% ou mais da iluminação em ambientes em área produtiva.	MENOR
					Quando não há adequação em: 50% ou mais da iluminação em ambientes de áreas não produtivas e 30% ou mais da iluminação em ambientes em área produtiva.	MAIOR
BÁSICO	3.4.10	BÁSICO	3.4.10	Os elevadores estão em condições satisfatórias, em acordo com a NR11 e NBR 16.083/2012?		CRÍTICO
BÁSICO	3.4.11	BÁSICO	3.4.11	A empresa cumpre com a cota de profissionais com registro atualizado no MTE, conforme tabela dimensionamento do SESMT e segue todas as exigências da NR04?		MAIOR
SUPERIOR	3.4.12	SUPERIOR	3.4.12	Os empregados envolvidos em tarefas especiais possuem licença e são treinados?		OBRIGATÓRIO PRATA
SUPERIOR	3.4.13	SUPERIOR	3.4.13	A empresa possui Análise Ergonômica do Trabalho (AET) prevista na NR 17 e segue as recomendações?	A empresa possui Análise Ergonômica do Trabalho, mas não segue todas as recomendações.	MENOR
					A empresa não possui Análise Ergonômica do Trabalho.	MAIOR
3.5		3.5		Equipamentos de Proteção Individual		
BÁSICO	3.5.2	MÍNIMO	3.5.1	O local disponibiliza Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados, com CA (Certificado de Aprovação) válido, disponibilizados e substituídos quando necessário (em caso de dano ou extravio) de acordo com a NR 06, para seus empregados e possui ficha de entrega do EPI, devidamente assinada?	A empresa disponibiliza EPI, mas não faz controle.	MENOR
					Quando a empresa não disponibiliza EPIs em acordo com a NR06.	MAIOR

BÁSICO	3.5.1	BÁSICO	3.5.2	Ausência de situações em que o empregado está exposto a situações de risco, sem a devida proteção? A empresa possui PGR e cumpre integralmente com as exigências?	MAIOR	
BÁSICO	3.5.3	BÁSICO	3.5.3	É evidenciada a ausência do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), em substituição a Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) necessários para maior proteção dos empregados, conforme definido pela NR 12?	MAIOR	
	3.6		3.6	Manuseio de Produtos Químicos		
BÁSICO	3.6.3	MÍNIMO	3.6.1	Substâncias inflamáveis perigosas são armazenadas em área e de forma adequada?	Armazenagem de acordo com exigências mínimas, sem sinalização correta.	MENOR
					Substâncias inflamáveis e perigosas armazenadas em local indevido.	MAIOR
BÁSICO	3.6.4	MÍNIMO	3.6.2	Substâncias inflamáveis químicas e perigosas estão dentro de prazo e em recipientes e com rótulos adequados?	Quando são encontradas substâncias perigosas ou inflamáveis apenas fora do prazo.	MENOR
					Quando são encontradas substâncias perigosas ou inflamáveis em recipientes inadequados e/ou com rótulos inadequados.	MAIOR
BÁSICO	3.6.1	BÁSICO	3.6.3	As FDS (Ficha com Dados de Segurança) estão atualizadas e disponíveis para empregados que manuseiam produtos químicos, nas áreas de produção, de acordo com NBR 14725/2023?	As FDS's estão adequadas, mas não estão disponíveis na área de utilização dos produtos químicos.	MENOR
					Não possui FDS's disponíveis em lugar algum.	MAIOR
BÁSICO	3.6.2	BÁSICO	3.6.4	No caso de vazamentos ou acidentes com produtos químicos, os empregados estão orientados e têm recursos para tomar as medidas previstas nas FDS's?	MENOR	
BÁSICO	3.6.5	BÁSICO	3.6.5	Manuseio efetuado de forma correta de produtos químicos na produção?	MENOR	

SUPERIOR	3.6.6	SUPERIOR	3.6.6	Há disponibilidade de EPC (Equipamentos de Proteção Coletiva, tais como: lava-olho e/ou chuveiros de emergência, sinalizadores, exaustores, kit primeiros socorros) em locais onde recomendado pela FISPQs ou FDSs do produto?	MAIOR	
SUPERIOR	3.6.7	SUPERIOR	3.6.7	Os produtos químicos utilizados na produção (exceto os inflamáveis perigosos) estão armazenados em área e de forma adequada?	MAIOR	
SUPERIOR	3.6.8	SUPERIOR	3.6.8	A empresa realiza e atualiza mensalmente o inventário de produtos químicos utilizados na produção?	Apresenta inventário, porém existem pontos de melhoria.	MENOR
					Empresa não apresentou o inventário de produtos químicos.	MAIOR
SUPERIOR	3.6.9	SUPERIOR	3.6.9	A empresa faz uso de algum produto com substância química presente na lista de substâncias restritas da NBR 16787:2019?	MENOR	
4. Resposta à emergência						
4.1 Instalações Elétricas e Edificações						
BÁSICO	4.1.1	MÍNIMO	4.1.1	As condições das instalações elétricas estão adequadas, evidenciando a ausência de fiação exposta ou com emendas, a existência de fios presos e embutidos, fios encapados e sem emendas, conexões adequadas visualmente, filtro de linha ou dispositivo com aprovação do INMETRO, utilizado de maneira correta e disjuntores e tomadas protegidos e identificadas?	MAIOR	
BÁSICO	4.1.2	BÁSICO	4.1.2	A empresa possui Diagrama Unifilar atualizado das instalações elétricas, em acordo com a NR 10 no seu Item 10.2.3?	MAIOR	
BÁSICO	4.1.3	BÁSICO	4.1.3	A empresa possui Prontuário das instalações elétricas, que atesta se as mesmas atendem às condições de segurança necessárias, incluindo inspeções, medições, resultados de testes etc. (Item 10.2.4 da NR 10)?	MAIOR	
BÁSICO	4.1.4	BÁSICO	4.1.4	As áreas que representam riscos elétricos sob tensão estão sinalizadas conforme NR 10?	MAIOR	

4.2		4.2		Prevenção e combate a incêndio		
BÁSICO	4.2.1	MÍNIMO	4.2.1	A empresa possui Alvará/Licença do Corpo de Bombeiros?	Alvará/Licença vencido e protocolo de renovação dentro do prazo.	MENOR
					Quando o Alvará/Licença está vencido e existe protocolo de renovação feito fora do prazo, ou ainda possui protocolo inicial.	MAIOR
					Sem licença e não há protocolo de solicitação.	CRÍTICO
BÁSICO	4.2.2	MÍNIMO	4.2.2	A empresa possui saídas de emergência sinalizadas, desobstruídas, em obediência às características e definições da legislação estadual?		MAIOR
BÁSICO	4.2.3	BÁSICO	4.2.3	As rotas de fuga estão adequadas com relação aos critérios aplicáveis? (incluindo sinalização, iluminação de emergência e não obstrução e espaçamento adequado)		MAIOR
BÁSICO	4.2.4	BÁSICO	4.2.4	A empresa possui equipamentos de combate ao fogo em estado de conservação, validade, quantidade adequada, sinalizados e desobstruídos?		MAIOR
BÁSICO	4.2.5	BÁSICO	4.2.5	A empresa possui brigada de incêndio treinada e realiza simulados de evacuação regularmente?		MAIOR
SUPERIOR	4.2.6	SUPERIOR	4.2.6	A empresa disponibiliza mapa de evacuação visível em pontos estratégicos do estabelecimento (considerando suas dimensões) de forma que 100% dos trabalhadores e visitantes tenham acesso à informação?	Empresas enquadradas no grau de risco baixo e não disponibilizam mapa de evacuação.	MENOR
					Empresas enquadradas como grau diferente de risco baixo e não disponibilizam mapa de evacuação.	MAIOR
SUPERIOR	4.2.7	SUPERIOR	4.2.7	Quando houver Portas Corta fogo estão em conformidade com a Norma ABNT NBR 11742:2003)?		MENOR
				5. Validação da Cadeia Produtiva		
5.1		5.1		Notas Fiscais		
BÁSICO	5.1.1	MÍNIMO	5.1.1	É evidenciado o uso de notas fiscais entre as etapas produtivas?		CRÍTICO

	5.2		5.2	Monitoramento da Cadeia Produtiva (Aplicável somente para Fornecedores)	
BÁSICO	5.2.1	BÁSICO	5.2.1	Existe processo para seleção de novos subcontratados, quanto a questões relativas ao trabalho regular?	MENOR
BÁSICO	5.2.2	BÁSICO	5.2.2	A organização possui algum documento formal, tais como: Contrato de Fornecimento, Termo de Compromisso, ou outro com mesmo grau de formalidade, assinado pelos subcontratados, abordando as questões relativas às condições de trabalho, como condição para manutenção das relações comerciais?	MENOR
BÁSICO	5.2.3	BÁSICO	5.2.3	A organização mantém uma lista atualizada, em formato eletrônico, de todos os subcontratados com os quais mantém relacionamento comercial, com no mínimo as seguintes informações: dados cadastrais como razão social, endereço e CNPJ; tipo de serviço realizado; condições de formalização do local (CLT).	MAIOR
BÁSICO	5.2.4	BÁSICO	5.2.4	A organização efetua o monitoramento semestral das atividades dos subcontratados atuais em relação a questões relativas ao trabalho regular e solicita mensalmente cópia das guias de pagamento de INSS e FGTS? Caso a empresa já esteja adequada plenamente ao eSocial, apresentar os relatórios referentes aos respectivos eventos – DCTFWeb – S-1200 – S-2299.	MENOR
SUPERIOR	5.2.5	SUPERIOR	5.2.5	A organização mantém contratos que comprovem a relação comercial com os subcontratados que trabalha?	MAIOR
SUPERIOR	5.2.6	SUPERIOR	5.2.6	A organização possui algum processo de seleção de subcontratados utilizando a "Lista Suja", como processo de seleção.	MAIOR
	5.3		5.3	Validação da Lista de Subcontratados (Aplicável somente para Fornecedores)	
BÁSICO	5.3.1	MÍNIMO	5.3.1	Durante o processo de rastreabilidade de pedidos dos varejistas signatários, foi evidenciado na sua totalidade, subcontratados declarados e aprovados? Ou seja, não há subcontratado não declarado, que seja aprovado no PROGRAMA ABVTEX.	CRÍTICO
BÁSICO	5.3.2	MÍNIMO	5.3.2	Durante o processo de rastreabilidade de pedidos dos varejistas signatários, foi evidenciada a ausência de um ou mais subcontratados não aprovados pelo PROGRAMA ABVTEX? Ou seja, não há subcontratado não declarado, que não seja aprovado ABVTEX.	CRÍTICO
BÁSICO	5.3.3	MÍNIMO	5.3.3	Há número do pedido do varejista signatário nas NF's (remessa/retorno)? Este número pode ser: Ordem de compra, Modelo, Referência Interna, Referência do Fornecedor. Para todos os pedidos deve ser verificado: se o número oficial do pedido do varejista (ordem de compra, modelo da peça, referência do fornecedor, etc) está em todas as NF'S de remessa/retorno.	CRÍTICO

BÁSICO	5.3.4	MÍNIMO	5.3.4	Apresentou o pedido oficial do varejista signatário com a descrição da peça?	CRÍTICO
BÁSICO	5.3.5	MÍNIMO	5.3.5	Apresentou nota fiscal de retorno (em ordem cronológica) de todos os subcontratados utilizados no processo de produção?	CRÍTICO
BÁSICO	5.3.6	MÍNIMO	5.3.6	Apresentou nota fiscal de remessa (em ordem cronológica) para todas as etapas do processo produtivo (quando terceirizado)?	CRÍTICO
BÁSICO	5.3.7	BÁSICO	5.3.7	A data da nota fiscal (remessa/retorno) é inferior a data de venda para o varejista signatário?	CRÍTICO
BÁSICO	5.3.8	BÁSICO	5.3.8	A quantidade de peças produzidas está dentro da margem de 10% em relação ao pedido efetuado pelo varejista signatário (remessa x retorno)?	CRÍTICO
BÁSICO	5.3.9	BÁSICO	5.3.9	A quantidade de peças produzidas é igual ou superior a quantidade vendida/entregue ao varejista signatário?	CRÍTICO
BÁSICO	5.3.10	BÁSICO	5.3.10	A empresa possui controle de produção interna e/ou externa?	CRÍTICO
BÁSICO	5.3.11	BÁSICO	5.3.11	Para os casos em que há triangulação, as notas fiscais possuem código fiscal correspondente (CFOP 5924 OU 6924) e a menção "Por Conta e Ordem", não caracterizando a quarteirização?	CRÍTICO
BÁSICO	5.3.12	BÁSICO	5.3.12	Apresentou as notas fiscais de compra dos componentes que fazem parte do produto final (palmilha / solado / enfeites)? (Quando não é feito o processo internamente ou por subcontratados).	CRÍTICO
BÁSICO	5.3.13	BÁSICO	5.3.13	Todas as empresas (Subcontratados) que encontram-se na mesma planta do fornecedor foram aprovadas?	CRÍTICO
BÁSICO	5.3.14	BÁSICO	5.3.14	Apresentou o livro fiscal e/ou sistema de emissão de notas fiscais (dos últimos 3 meses) para a realização do processo de rastreabilidade?	CRÍTICO
SUPERIOR	5.3.15	SUPERIOR	5.3.15	A empresa não está estabelecida e não funciona apenas como um escritório de representação (produto nacional ou importado), sem possuir internamente qualquer processo produtivo ou de transformação dos produtos, com terceirização de todas as etapas de produção?	OBRIGATÓRIO OURO

	5.4		5.4	Subcontratação de Serviços (aplicável para subcontratados)	
BÁSICO	5.4.1	MÍNIMO	5.4.1	É evidenciada a ausência de quarteirização para outro Subcontratado aprovado no PROGRAMA ABVTEX?	CRÍTICO
BÁSICO	5.4.2	MÍNIMO	5.4.2	É evidenciada a ausência de quarteirização para outro Subcontratado NÃO aprovado no PROGRAMA ABVTEX?	CRÍTICO
6. Transparência e Práticas de Gestão					
SUPERIOR	6.1	SUPERIOR	6.1	Foi evidenciado treinamento dos empregados e/ou dos sócios da empresa no Código de Conduta do PROGRAMA ABVTEX?	MAIOR
SUPERIOR	6.2	SUPERIOR	6.2	Foi evidenciada a presença de empregado responsável pelos sistemas de gestão da empresa (RH, Saúde e Segurança, Meio Ambiente)? Responsável por tratar das melhorias identificadas em auditoria.	MENOR
SUPERIOR	6.3	SUPERIOR	6.3	A empresa possui políticas próprias que englobam no mínimo os seguintes temas: Anticorrupção; Antidiscriminação; Trabalho Infantil; Trabalho forçado; Liberdade de associação; Abuso e Assédio e demais formas de violência; Horas de trabalho; Salários e benefícios.	MAIOR
SUPERIOR	6.4	SUPERIOR	6.4	As políticas, procedimentos e processos escritos que estão em vigor são efetivamente comunicados por meio dos meios de disseminação apropriados (por exemplo, manual do funcionário, quadros de avisos, cartas, reunião regular etc.)	MAIOR
SUPERIOR	6.5	SUPERIOR	6.5	A empresa possui uma lista mestra com todos os documentos usados em sua gestão? Os documentos possuem data de última atualização coerente com os documentos em uso durante o dia de auditoria?	MENOR
SUPERIOR	6.6	SUPERIOR	6.6	É evidenciada a adoção de práticas disciplinares internas, para liderança e trabalhadores, quando do descumprimento das políticas internas?	MENOR
SUPERIOR	6.7	SUPERIOR	6.7	A empresa possui um canal de denúncias ou sistema de reclamação efetivo, acessível, equitativo, transparente e confidencial para resolver conflitos industriais e reclamações dos empregados?	OBRIGATÓRIO OURO
SUPERIOR	6.8	SUPERIOR	6.8	Há regularmente auditoria interna para avaliar performance, avaliar os resultados, identificar a causa raiz das não conformidades ou discrepâncias e corrigi-las de forma adequada (por exemplo, atualizar as políticas e processos, providenciar treinamentos etc.)?	MENOR

SUPERIOR	6.9	SUPERIOR	6.9	Os novos empregados passam por treinamentos sobre Saúde & Segurança antes de iniciar o trabalho, reciclam se for necessário, e há documentos que demonstrem a conformidade?	MAIOR
SUPERIOR	6.10	SUPERIOR	6.10	A empresa possui registros para controle de acidentes ocorridos na fábrica? Os registros de lesões e incidentes estão disponíveis e todo acidente significativo, incidentes e acidentes sem lesão são investigados, relatados e ações corretivas são realizadas para minimizar a repetição das ocorrências?	MENOR
SUPERIOR	6.11	SUPERIOR	6.11	Existe um canal de comunicação da empresa com os colaboradores? (Ex.: canal, mural, jornal interno)	MENOR
SUPERIOR	6.12	SUPERIOR	6.12	Existe um plano de avaliação das denúncias recebidas?	MENOR
SUPERIOR	6.13	SUPERIOR	6.13	Caso a solução de reclamações/queixas falhe, a empresa possui opção para a análise da gerência sênior e os empregados têm o direito de responder e/ou apelar da solução?	MENOR
SUPERIOR	6.14	SUPERIOR	6.14	Os gerentes e supervisores são responsabilizados por garantir que não haja consequências negativas para os empregados que relatam queixas?	MENOR
SUPERIOR	6.15	SUPERIOR	6.15	É evidenciada a ausência de retaliações quanto a denúncias e reclamações prestadas?	MENOR
SUPERIOR	6.16	SUPERIOR	6.16	Quando uma ação disciplinar é realizada para um empregado, esse empregado sempre é informado e recebe registros escritos, onde estas ações disciplinares são mantidas nos arquivos pessoais dos empregados?	MENOR
SUPERIOR	6.17	SUPERIOR	6.17	A empresa dá publicidade e/ou disponibiliza aos empregados as informações relativas ao piso da categoria, taxas legais de salário-mínimo e outras informações relevantes ao Acordo Coletivo de Trabalho?	MENOR

7. Meio Ambiente						
7.1	7.1	Licenças				
BÁSICO	7.1.1	MÍNIMO	7.1.1	A empresa apresenta licença ambiental ou dispensa de licença ambiental?	Empresa tem protocolo de renovação com vencimento fora dos prazos de tolerância e em acordo com a legislação estadual e/ou municipal ou tem o protocolo do primeiro pedido de licenciamento ou dispensa de licença ambiental.	MENOR
				Quando a empresa não apresentar a licença ou dispensa ambiental.	MAIOR	
BÁSICO	7.1.2	BÁSICO	7.1.2	A empresa atende as condicionantes da licença ambiental ou ainda atende condicionante descritas na dispensa de licença?		MAIOR
BÁSICO	7.1.3	BÁSICO	7.1.3	Empresa possui os documentos necessário para aquisição armazenamento (estocagem) e utilização de produtos controlados (Polícia Federal e Polícia Civil)?	Licenças vencidas com protocolo de renovação.	MENOR
					Não possui licenças ou estão vencidas sem protocolo.	MAIOR
BÁSICO	7.1.4	BÁSICO	7.1.4	A empresa possui o MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos), CADRI (para o estado de São Paulo) e Certificado de Destinação final dos resíduos gerados?	Quando possui o protocolo de renovação do CADRI e MTR dos resíduos.	MENOR
					Quando a empresa não possui MTR, Certificado de destinação final e CADRI ou CADRI está vencido.	MAIOR
BÁSICO	7.1.5	BÁSICO	7.1.5	A empresa apresenta outorga para captação de água?	Possui protocolo de renovação ou solicitação de outorga.	MENOR
					Não possui outorga/solicitação ou protocolos.	MAIOR

BÁSICO	7.1.6	BÁSICO	7.1.6	A empresa possui o Cadastro Técnico Federal (CTF-IBAMA), quando Atividade Potencialmente Poluidora (APP)?	MENOR	
BÁSICO	7.1.7	BÁSICO	7.1.7	A caldeira está licenciada junto ao órgão ambiental competente?	MAIOR	
	7.2		7.2	Gestão/Aspectos Gerais		
SUPERIOR	7.2.1	SUPERIOR	7.2.1	A empresa possui pessoa responsável pela Gestão Ambiental da empresa?	Sem um responsável, porém possui ponto focal.	MENOR
					A empresa não possui nenhum responsável pela Gestão Ambiental.	MAIOR
SUPERIOR	7.2.2	SUPERIOR	7.2.2	A empresa possui políticas e procedimentos formalizados para questões ambientais e os aplica e dissemina?	MENOR	
SUPERIOR	7.2.3	SUPERIOR	7.2.3	A empresa faz o monitoramento das fontes de emissões fugitivas (Ar-condicionado, Extintor CO2) provenientes das operações?	MENOR	
SUPERIOR	7.2.4	SUPERIOR	7.2.4	Evidenciado que a empresa possui tratamento para efluente doméstico?	MAIOR	
SUPERIOR	7.2.5	SUPERIOR	7.2.5	A empresa possui acompanhamento de consumo mensal de água e possui metas para redução de consumo?	MENOR	
SUPERIOR	7.2.6	SUPERIOR	7.2.6	A empresa possui metas acompanhamento do consumo de energia e possui metas para redução de consumo?	MENOR	
SUPERIOR	7.2.7	SUPERIOR	7.2.7	A empresa possui multas ambientais?	OBRIGATÓRIO OURO	
	7.3		7.3	Resíduos		
SUPERIOR	7.3.1	SUPERIOR	7.3.1	A empresa possui plano de gerenciamento de resíduos sólidos?	MAIOR	

SUPERIOR	7.3.2	SUPERIOR	7.3.2	A empresa realiza e atualiza (mensalmente) o inventário de resíduos sólidos?	Apresenta o inventário, porém não atualiza mensalmente e a empresa não pertence ou tem processos do "Grupo Molhados".	MENOR
					Quando não cumpre uma das duas condições: - Apresenta o inventário, porém não atualiza mensalmente e a empresa pertence ou tem processos do "Grupo Molhados". - Não possui inventário de resíduos e a empresa não pertence ou possui processos do "Grupo Molhados".	MAIOR
					Empresa não possui inventário de resíduos e pertence ou tem processos do "Grupo Molhados".	OBRIGATÓRIO PRATA
SUPERIOR	7.3.3	SUPERIOR	7.3.3	Os resíduos gerados são armazenados corretamente?	Quando a empresa não armazena os resíduos corretamente, porém, não possui resíduos perigosos (em acordo com a NBR 10.004).	MAIOR
					Quando a empresa não armazena os resíduos corretamente e possui resíduos perigosos (em acordo com a NBR 10.004).	OBRIGATÓRIO PRATA
SUPERIOR	7.3.4	SUPERIOR	7.3.4	As empresas que realizam o transporte e destinação final dos resíduos perigosos possuem Licença de Operação válida do órgão ambiental competente para a realização da atividade?	Quando a empresa não possui licença, porém, apresenta protocolo válido.	MENOR
					Quando a empresa não possui licença, nem protocolo válido.	MAIOR
SUPERIOR	7.3.5	SUPERIOR	7.3.5	A empresa realiza a queima de resíduos na caldeira com autorização do órgão competente?		MAIOR

SUPERIOR	7.3.6	SUPERIOR	7.3.6	É evidenciado que a empresa não realiza queima de resíduo a céu aberto?		MAIOR
SUPERIOR	7.3.7	SUPERIOR	7.3.7	Com relação aos resíduos gerados (orgânicos, industriais, papeis, metais, etc), a empresa realiza coleta seletiva de lixo?		MENOR
	7.4		7.4	Efluentes		
SUPERIOR	7.4.1	SUPERIOR	7.4.1	A empresa apresenta outorga para descarte do efluente?	Possui protocolo de renovação ou solicitação de outorga dentro dos prazos legais para vencimento.	MENOR
					Não possui outorga ou solicitação fora dos prazos legais para vencimento.	MAIOR
SUPERIOR	7.4.2	SUPERIOR	7.4.2	A empresa possui Estação de Tratamento de Efluentes (no local ou terceirizada, devidamente licenciada)?	A empresa apresenta evidência que realiza o tratamento prévio, porém, não apresentou toda a documentação. A Estação de Tratamento de Efluente não está na Licença Ambiental.	MENOR
					A empresa não realiza nenhum tipo de tratamento ou não apresenta nenhum contrato municipal ou com empresa terceirizada.	OBRIGATÓRIO PRATA
SUPERIOR	7.4.3	SUPERIOR	7.4.3	A empresa atende aos padrões de lançamento de efluentes conforme estabelecidos na Licença de Operação ou pela empresa terceira receptora?	Possui análise, porém os padrões não atendem a legislação.	MENOR
					Não possui análise.	OBRIGATÓRIO PRATA
SUPERIOR	7.4.4	SUPERIOR	7.4.4	Em casos de falhas na Estação de Tratamento de Efluentes, a empresa possui um backup para evitar um dano ambiental?		MENOR
SUPERIOR	7.4.5	SUPERIOR	7.4.5	É evidenciada a ausência de risco de contaminação do solo ou corpos hídricos por bypass (desvio) ou devido a transbordo de resíduos sólidos retirados da Estação de Tratamento de Efluentes?		OBRIGATÓRIO PRATA
SUPERIOR	7.4.6	SUPERIOR	7.4.6	Quando há análises fora dos parâmetros, a empresa possui um plano de ação para investigação?		MENOR

	7.5		7.5	Emissões	
SUPERIOR	7.5.1	SUPERIOR	7.5.1	O combustível utilizado para geração de vapor da caldeira está de acordo com o autorizado em licença?	MAIOR
SUPERIOR	7.5.2	SUPERIOR	7.5.2	As emissões atmosféricas atendem aos padrões e limites de lançamento estabelecidos na licença de operação ou autorização específica?	OBRIGATÓRIO PRATA
SUPERIOR	7.5.3	SUPERIOR	7.5.3	A empresa realiza a gestão das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)?	MENOR

CHECKLIST DO PROGRAMA ABVTEX - VERSÃO 6.0 - BLOCOS BÁSICO (BÁSICO + MÍNIMO)

Bloco	Item 5.02	Bloco	Item V 6.0	Blocos Temáticos		Nível de Criticidade
				1. Formalização e Documentação		
BÁSICO	1.1	MÍNIMO	1.1	A empresa assinou, atualizou e fez <i>upload</i> do Termo de Participação ao PROGRAMA ABVTEX?		CRÍTICO
BÁSICO	1.2	MÍNIMO	1.2	A empresa está constituída como Pessoa Jurídica, respeitando a legislação brasileira?		CRÍTICO
BÁSICO	1.3	MÍNIMO	1.3	A empresa apresentou os relatórios referentes aos respectivos eventos S-1200 S-2200 – S-2230 – S2299 do eSocial?		CRÍTICO
BÁSICO	1.4	MÍNIMO	1.4	A situação societária de a empresa é regular? No caso da empresa não possuir empregados e somente sócios, esta sociedade encontra-se regular? Foi evidenciado que não há existência de relação de trabalho entre sócios considerando a hierarquia e distribuição societária ou financeira? A empresa apresentou os respectivos eventos - S-1200 – S-2200 – S-2230 – S2299 do eSocial?		CRÍTICO
BÁSICO	1.5	MÍNIMO	1.5	A empresa apresentou os relatórios relacionados aos eventos constantes da DCTFWeb (antiga GFIP)?		MAIOR
BÁSICO	1.6	MÍNIMO	1.6	Evidenciada Licença de Funcionamento?	Tem Licença de Funcionamento ou dispensa vencida e protocolo de renovação.	MENOR
					Não possui Licença de Funcionamento ou dispensa de Funcionamento e possui apenas protocolo para primeira Licença.	MAIOR
					Não possui Licença de Funcionamento ou dispensa, não possui protocolo para renovação, nem protocolo para primeira Licença.	CRÍTICO
BÁSICO	1.7	BÁSICO	1.7	Toda a documentação da empresa está atualizada na Receita Federal, Junta Comercial e demais órgãos competentes?		MENOR

BÁSICO	1.8	BÁSICO	1.8	Foi evidenciada a publicação/exposição do Código de Conduta do PROGRAMA ABVTEX aos empregados?	MENOR
				2. Condições de Trabalho	
	2.1		2.1	Trabalhador Menor	
BÁSICO	2.1.1	MÍNIMO	2.1.1	Se há empregados aprendizes com idade entre 14 e 24 anos, foi evidenciado contrato de aprendizagem de acordo com os requerimentos legais?	TOLERÂNCIA ZERO
BÁSICO	2.1.2	MÍNIMO	2.1.2	Evidenciada a ausência de menores de 14 anos no ambiente de trabalho (fabril ou áreas de risco)? A empresa não permite a permanência de menores nestes ambientes e que não façam parte do quadro de empregados?	CRÍTICO
BÁSICO	2.1.3	BÁSICO	2.1.3	Se há empregados com idade maior do que 14 anos e menor do que 18 anos, as leis trabalhistas estão sendo cumpridas, tais como: não exposição a trabalhos perigosos/insalubres, não realização de trabalho noturno, contrato de trabalho conforme permitido por lei?	CRÍTICO
	2.2		2.2	Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo	
BÁSICO	2.2.1	MÍNIMO	2.2.1	Ausência de trabalho forçado / análogo ao escravo?	TOLERÂNCIA ZERO
BÁSICO	2.2.2	MÍNIMO	2.2.2	Ausência de algum tipo de empréstimo de valores ou retenção de documentos pessoais em troca de mão de obra? Assinam papeis em branco sem saber qual o objetivo?	TOLERÂNCIA ZERO
BÁSICO	2.2.3	MÍNIMO	2.2.3	É evidenciada a livre circulação dos empregados?	TOLERÂNCIA ZERO
	2.3		2.3	Trabalho Estrangeiro Irregular	
BÁSICO	2.3.1	MÍNIMO	2.3.1	É evidenciada ausência de trabalho de imigrantes irregulares?	TOLERÂNCIA ZERO
	2.4		2.4	Recrutamento e Seleção	

BÁSICO	2.4.3	MÍNIMO	2.4.1	É evidenciada a não existência de ameaças, penalidades, coerção e/ou força física como meio de recrutamento de trabalhadores (brasileiros ou estrangeiros)?	TOLERÂNCIA ZERO	
BÁSICO	2.4.1	BÁSICO	2.4.2	É evidenciada a ausência de exames de gravidez na contratação da trabalhadora?	CRÍTICO	
BÁSICO	2.4.2	BÁSICO	2.4.3	Quando do recrutamento, os empregados têm conhecimento prévio quanto às condições formais de contratação, ao ambiente físico e à natureza do trabalho, além de não haver quaisquer taxas ou obrigações especiais para recrutadores?	CRÍTICO	
	2.5		2.5	Moradia		
BÁSICO	2.5.1	MÍNIMO	2.5.1	Evidenciada ausência de moradia no mesmo endereço da oficina ou do galpão industrial?	Quando houver moradia somente para os proprietários, sem funcionários residindo, integrada ao ambiente de trabalho, tais como: casa geminada, moradia de fundos do mesmo terreno, moradia de frente no mesmo terreno, moradia no mesmo terreno dividido ou moradia dentro da área da empresa.	MAIOR
					Quando houver moradia para empregados, integrada ao ambiente de trabalho, tais como: casa geminada, moradia de fundos do mesmo terreno, moradia de frente no mesmo terreno, moradia no mesmo terreno dividido ou moradia dentro da área da empresa.	CRÍTICO
BÁSICO	2.5.2	BÁSICO	2.5.2	É evidenciado alojamento de acordo com a NR 24 e a legislação trabalhista?	CRÍTICO	

	2.6		2.6	Liberdade de Associação	
BÁSICO	2.6.1	MÍNIMO	2.6.1	É evidenciada ausência de intimidação em relação ao direito de livre associação e ao direito ao acordo coletivo de trabalho?	CRÍTICO
	2.7		2.7	Discriminação	
BÁSICO	2.7.1	MÍNIMO	2.7.1	É evidenciada ausência de discriminação por idade, etnia, sexo, orientação sexual, grupo, religião, política ou outro motivo específico?	CRÍTICO
BÁSICO	2.7.2	BÁSICO	2.7.2	É dado para a gestante tratamento diferenciado de acordo com a necessidade de cada uma?	CRÍTICO
	2.8		2.8	Abuso e Assédio	
BÁSICO	2.8.1	MÍNIMO	2.8.1	Ausência de queixas ou evidências de qualquer tipo de assédio (Assédio Moral, Sexual, Eleitoral, Preferências Específicas, etc) no âmbito do trabalho, considerando hierarquia da empresa?	CRÍTICO
BÁSICO	2.8.3	MÍNIMO	2.8.2	É evidenciada ausência de práticas disciplinares abusivas?	MAIOR
BÁSICO	2.8.2	BÁSICO	2.8.3	As horas extras são realizadas com o consentimento dos empregados?	CRÍTICO
BÁSICO	2.8.4	BÁSICO	2.8.4	A empresa adota procedimentos para evitar ou mitigar o risco de assédio moral, sexual ou violência no âmbito do trabalho, conforme medidas previstas pela Lei Federal 14.457/2022?	MAIOR
	2.9		2.9	Salário e Compensação	
BÁSICO	2.9.1	MÍNIMO	2.9.1	Os salários, horas extras, DSR, 13º salário, licenças remuneradas, abono de férias, adicionais (noturno, insalubridade e periculosidade) são pagos de acordo com a legislação trabalhista e o acordo coletivo e legislação local aplicável?	CRÍTICO
BÁSICO	2.9.3	MÍNIMO	2.9.2	São disponibilizados aos empregados cópias do holerite/contracheque?	CRÍTICO

BÁSICO	2.9.4	MÍNIMO	2.9.3	É evidenciado que as deduções do salário estão corretas, em acordo com a legislação, ou ainda, os descontos não previstos em lei têm comprovadamente concordância do empregado?	CRÍTICO	
BÁSICO	2.9.6	MÍNIMO	2.9.4	Todos os empregados, incluindo jovens aprendizes e estrangeiros, possuem registro em CTPS? Caso a empresa já esteja adequada plenamente ao eSocial, apresentar os relatórios referentes aos respectivos eventos – S-2200 – S-2205 – S-2206 – S-2299.	CRÍTICO	
BÁSICO	2.9.7	MÍNIMO	2.9.5	A empresa apresentou Certidão Negativa de Débitos (CND) relativos a créditos tributários federais e da Dívida Ativa da União, bem como as 6 (seis) últimas guias pagas do INSS? Ou, na falta da Certidão Negativa de Débitos, apresentou as 12 (doze) últimas guias pagas do INSS? Ou ainda, apresentou os relatórios referentes aos respectivos eventos – DCTFWeb.	A empresa apresentou certidão positiva válida, indicando renegociação de eventuais dívidas e pontualidade nos recolhimentos.	MENOR
BÁSICO					A empresa não apresentou qualquer documentação comprobatória quanto à regularidade no recolhimento do INSS.	CRÍTICO
BÁSICO	2.9.8	MÍNIMO	2.9.6	A empresa apresentou Certificado de regularidade do FGTS/CRF? Ou, para comprovar regularidade, apresentou as 12 últimas guias pagas do FGTS? Ou ainda, caso a empresa já esteja adequada plenamente ao eSocial, apresentar os relatórios referentes aos respectivos eventos – S-1200 – S-2299.	CRÍTICO	
	2.9.2	BÁSICO	2.9.7	É evidenciado o cumprimento das demais condições previstas na convenção e/ou acordo coletivo, excetuando as condições previstas no Item 2.9.1 deste Checklist?	MAIOR	
BÁSICO	2.9.5	BÁSICO	2.9.8	A empresa observa e aplica a equiparação salarial às mulheres que exerçam idêntica função, conforme disposição da Lei Federal 14.457/22 e demais disposições da CLT (Art. 373-A e Art. 461)?	MAIOR	
BÁSICO	2.9.9	BÁSICO	2.9.9	Os pagamentos, adiantamentos ou empréstimos são feitos integralmente por meio de depósito em conta bancária de titularidade do empregado?	CRÍTICO	
BÁSICO	2.9.10	BÁSICO	2.9.10	Não é evidenciada a contratação de empregados na forma de Pessoa Jurídica ou Pessoa Física (como MEI, autônomo ou outra forma), que possua característica de empregado com assiduidade e/ou subordinação, como forma de precarização das relações trabalhistas?	CRÍTICO	

BÁSICO	2.9.11	BÁSICO	2.9.11	É evidenciado o pagamento correto das verbas rescisórias?	CRÍTICO
BÁSICO	2.9.12	BÁSICO	2.9.12	Na contratação de empregados em condições especiais, tais como: contrato temporário e/ou trabalho intermitente, os contratos estão em acordo com a legislação/convenção coletiva? A jornada de trabalho e a execução das atividades correspondem à forma de contratação?	MAIOR
BÁSICO	2.9.13	BÁSICO	2.9.13	Na contratação de empregados em período de experiência, os contratos estão em acordo com a legislação/convenção coletiva? A jornada de trabalho e a execução das atividades correspondem à forma de contratação?	MAIOR
	2.10		2.10	Horas Trabalhadas	
BÁSICO	2.10.1	MÍNIMO	2.10.1	O cumprimento da carga horária de trabalho está de acordo com a legislação trabalhista e o acordo coletivo? Apresentar os registros de jornada de trabalho (espelho de ponto, controles eletrônicos ou falhas manuais) que comprovem o cumprimento a horária. Os eventos S-2200 – S-2206 do eSocial podem ser apresentados de forma complementar para servir de apoio aos registros apresentados.	MAIOR
BÁSICO	2.10.2	MÍNIMO	2.10.2	É dado ao empregado o direito de conferir as horas extras trabalhadas com as recebidas? As horas extras e jornada de trabalho regular estão registradas no mesmo espelho/cartão de ponto e discriminados no holerite? Apresentar os espelhos ou cartões de pontos, acompanhados dos respectivos comprovantes de pagamento (holerites), de modo a permitir a conferência das horas extras trabalhadas com as recebidas.	MAIOR
BÁSICO	2.10.3	MÍNIMO	2.10.3	É evidenciada a inexistência da prática na quais empregados da área produtiva levam serviços para realizar em casa?	CRÍTICO
BÁSICO	2.10.4	BÁSICO	2.10.4	A empresa estabeleceu banco de horas, em acordo com a legislação trabalhista (estabelecido em acordo individual ou acordo coletivo descrito em convenção coletiva)?	CRÍTICO
				3. Saúde e Segurança do Trabalho	
	3.1		3.1	Condições de Trabalho e Infraestrutura	

BÁSICO	3.1.1	MÍNIMO	3.1.1	Ausência de riscos estruturais (rachaduras profundas, buracos de larga extensão, infiltrações acentuadas, vigas e estruturas com risco de desmoronamento)?	Quando os problemas encontrados não representam riscos imediatos, necessitando de manutenções corretivas para evitar riscos estruturais.	MAIOR
					Quando os problemas encontrados representam riscos estruturais, que podem colocar em risco a integridade física dos empregados e pessoas que circulam pela empresa.	CRÍTICO
BÁSICO	3.1.3	MÍNIMO	3.1.2	As áreas da empresa se encontram em boas condições de higiene e limpeza?		MENOR
BÁSICO	3.1.2	BÁSICO	3.1.3	As áreas internas estão de tal forma concebidas que não é observado o uso de instalações provisórias?		MENOR
BÁSICO	3.1.4	BÁSICO	3.1.4	Há água filtrada e/ou mineral disponível para consumo na empresa?	Disponibiliza água potável, mas não tem os laudos de qualidade.	MENOR
					Não possui os registros de manutenção e/ou a água não é adequada.	MAIOR
BÁSICO	3.1.5	BÁSICO	3.1.5	O local possui sistema de ventilação, exaustão e/ou climatização adequado às tarefas realizadas em cada etapa do processo?	Maioria dos setores com ventilação, exaustão e/ou climatização	MENOR
					Não possui sistema de ventilação, exaustão e/ou climatização	MAIOR
BÁSICO	3.1.6	BÁSICO	3.1.6	A empresa apresenta os requisitos mínimos de conservação e conforto nas edificações de acordo com a NR 08?		MENOR

SUPERIOR	3.1.10	SUPERIOR	3.1.10	O jateamento de areia, para limpar ou desbastar superfícies, é proibido no processo de produção?		OBRIGATÓRIO PRATA
	3.2		3.2	Vestiários e Instalações Sanitárias		
BÁSICO	3.2.1	BÁSICO	3.2.1	Os vestiários / sanitários possuem ventilação adequada?	Não há ventilação em parte dos vestiários/sanitários.	MENOR
					Não há ventilação na maioria dos vestiários/sanitários.	MAIOR
BÁSICO	3.2.2	BÁSICO	3.2.2	Os sanitários são providos de vaso sanitário com assento e tampa?	Maioria dos sanitários (mais da metade) é provida de assento e tampa.	MENOR
					Minoria dos sanitários têm assento e tampa ou é utilizada latrina.	MAIOR
BÁSICO	3.2.3	BÁSICO	3.2.3	Existem vasos sanitários suficientes para o número de empregados?		MENOR
BÁSICO	3.2.4	BÁSICO	3.2.4	Os sanitários são dotados de produtos destinados à higiene pessoal: papel higiênico, sabonete líquido, toalhas de papel para as mãos ou outro sistema higiênico para secagem de mãos e lixeira com tampa?		MENOR
BÁSICO	3.2.5	BÁSICO	3.2.5	Os vestiários são separados para ambos os sexos com identificação nas portas, cumprindo as especificações da NR 24?	Vestiários separados, mas sem identificação.	MENOR
					Não há separação por sexo, exceto nas condicionantes na NR 24.	MAIOR
BÁSICO	3.2.6	BÁSICO	3.2.6	Os sanitários são separados para ambos os sexos com identificação nas portas, cumprindo com as especificações da NR 24?	Sanitários separados, mas sem identificação.	MENOR

				Não há separação por sexo, exceto nas condicionantes na NR 24.	MAIOR
BÁSICO	3.2.7	BÁSICO	3.2.7	Conforme NR24: - Para empresas obrigadas e ter vestiários, são fornecidos armários para a guarda individual dos pertences suficientes para o número de empregados? Os armários se encontram em boas condições de conservação e limpeza? - Para empresas desobrigadas a ter vestiários, garante o fornecimento de escaninho, gaveta com tranca ou similar que permita a guarda individual de pertences pessoais dos trabalhadores ou serviço de guarda volume?	MENOR
	3.3		3.3	Local para Refeições	
BÁSICO	3.3.1	BÁSICO	3.3.1	A empresa possui local para refeições conforme preconizado pela NR 24?	MAIOR
BÁSICO	3.3.2	BÁSICO	3.3.2	A área/local disponível para alimentação é limpa e sem resíduo de alimentos?	MENOR
BÁSICO	3.3.3	BÁSICO	3.3.3	No ambiente do refeitório ou local disponível para refeições, os alimentos, perecíveis, louças/panelas são armazenados e/ou guardados adequadamente?	MENOR
BÁSICO	3.3.4	BÁSICO	3.3.4	As refeições são feitas de forma segregada da área produtiva?	MAIOR
BÁSICO	3.3.5	BÁSICO	3.3.5	Quando a empresa possui cozinha para o preparo das refeições dos empregados, esta está em acordo com a NR 24, Item 24.6?	MAIOR
BÁSICO	3.3.6	BÁSICO	3.3.6	É evidenciada instalação adequada de botijão ou outro recipiente semelhante contendo gás (como GLP)?	MAIOR
	3.4		3.4	Normas Regulamentadoras	

BÁSICO		MÍNIMO			Tendo como base a NR12, algumas máquinas, equipamentos e mesas estão em condições insatisfatórias de saúde e segurança, sem adaptações ou estruturas improvisadas.	MENOR
BÁSICO	3.4.2	MÍNIMO	3.4.1	As máquinas, equipamentos e mesas estão em condições satisfatórias de saúde e segurança (tendo a NR12 como referência para a análise), sem adaptações ou estruturas improvisadas?	Tendo como base a NR12, todas as máquinas, equipamentos e mesas estão em condições insatisfatórias de saúde e segurança, ou quando há adaptações ou estruturas improvisadas.	MAIOR
	3.4.3	MÍNIMO	3.4.2	A empresa possui e segue as recomendações do PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) definido de acordo com todos os requisitos das NR 1 e NR 09 e atualizado em processo contínuo ou a cada 2 (dois) ou a cada 3 (três) anos se houver certificação? Caso a empresa seja ME ou EPP e com grau de risco 1 ou 2, cumpre, de forma cumulativa, os requisitos da NR 01 para dispensa da elaboração do PGR?		MAIOR
BÁSICO	3.4.4	MÍNIMO	3.4.3	A empresa possui e segue as recomendações do PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional) definido de acordo com todos os requisitos e riscos ocupacionais identificados nas NR 1 e NR 07 e atualizado conforme relatório analítico? Caso a empresa seja ME ou EPP e com grau de risco 1 ou 2, cumpre, de forma cumulativa, os requisitos da NR 01 para dispensa da elaboração do PCMSO?		MAIOR
BÁSICO	3.4.5	MÍNIMO	3.4.4	O ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) está atualizado e contempla todos os exames previstos no PCMSO para as funções consideradas?		MAIOR
BÁSICO	3.4.1	BÁSICO	3.4.5	A empresa estabelece requisitos técnicos e legais na instalação, manutenção e operação de caldeiras e vasos sob pressão de acordo com a NR 13?		MAIOR
BÁSICO	3.4.6	BÁSICO	3.4.6	A CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio) está estabelecida e atua em acordo com a NR 05 e nos termos da Lei 14.457/22? Nos casos de não obrigatoriedade da CIPA, há um representante da empresa responsável pelas questões de saúde e segurança?	A CIPA está estabelecida, mas cumpre parcialmente com os critérios estabelecidos na NR05 e na Lei 14.457/22	MENOR
					A CIPA não está estabelecida ou não possui designado.	MAIOR

BÁSICO	3.4.7	BÁSICO	3.4.7	Conforme a NR 17: - O local fornece assentos para os trabalhos contínuos em que o empregado possa alternar entre o trabalho em pé e sentado? - Para as atividades em que os trabalhos devam ser realizados em pé, existem assentos com encosto para descanso em locais em que possam ser utilizados pelos trabalhadores durante as pausas?	MENOR	
BÁSICO	3.4.8	BÁSICO	3.4.8	Os assentos utilizados nos postos de trabalho atendem aos requisitos mínimos de conforto e ergonomia (NR 17)?	Menos de 50% dos assentos utilizados não atendem aos requisitos mínimos.	MENOR
					50% ou mais dos assentos utilizados não atendem aos requisitos mínimos.	MAIOR
BÁSICO	3.4.9	BÁSICO	3.4.9	A iluminação é adequada à realização das atividades, conforme aferido por Certificado de Calibração?	Quando não há adequação em: 50% ou mais da iluminação em ambientes de áreas não produtivas ou 30% ou mais da iluminação em ambientes em área produtiva.	MENOR
					Quando não há adequação em: 50% ou mais da iluminação em ambientes de áreas não produtivas e 30% ou mais da iluminação em ambientes em área produtiva.	MAIOR
BÁSICO	3.4.10	BÁSICO	3.4.10	Os elevadores estão em condições satisfatórias, em acordo com a NR11 e NBR 16.083/2012?	CRÍTICO	
BÁSICO	3.4.11	BÁSICO	3.4.11	A empresa cumpre com a cota de profissionais com registro atualizado no MTE, conforme tabela dimensionamento do SESMT e segue todas as exigências da NR04?	MAIOR	

3.5		3.5		Equipamentos de Proteção Individual		
BÁSICO		MÍNIMO	3.5.1	O local disponibiliza Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados, com CA (Certificado de Aprovação) válido, disponibilizados e substituídos quando necessário (em caso de dano ou extravio) de acordo com a NR 06, para seus empregados e possui ficha de entrega do EPI, devidamente assinada?	A empresa disponibiliza EPI, mas não faz controle.	MENOR
BÁSICO	3.5.2				Quando a empresa não disponibiliza EPIs em acordo com a NR06.	MAIOR
	3.5.1	BÁSICO	3.5.2	Ausência de situações em que o empregado está exposto a situações de risco, sem a devida proteção? A empresa possui PGR e cumpre integralmente com as exigências?		MAIOR
BÁSICO	3.5.3	BÁSICO	3.5.3	É evidenciada a ausência do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), em substituição a Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) necessários para maior proteção dos empregados, conforme definido pela NR 12?		MAIOR
3.6		3.6		Manuseio de Produtos Químicos		
BÁSICO	3.6.3	MÍNIMO	3.6.1	Substâncias inflamáveis perigosas são armazenadas em área e de forma adequada?	Armazenagem de acordo com exigências mínimas, sem sinalização correta.	MENOR
					Substâncias inflamáveis e perigosas armazenadas em local indevido.	MAIOR
BÁSICO	3.6.4	MÍNIMO	3.6.2	Substâncias inflamáveis químicas e perigosas estão dentro de prazo e em recipientes e com rótulos adequados?	Quando são encontradas substâncias perigosas ou inflamáveis apenas fora do prazo.	MENOR
					Quando são encontradas substâncias perigosas ou inflamáveis em recipientes inadequados e/ou com rótulos inadequados.	MAIOR

BÁSICO	3.6.1	BÁSICO	3.6.3	As FDS's (Fichas com Dados de Segurança) estão atualizadas e disponíveis para empregados que manuseiam produtos químicos, nas áreas de produção, de acordo com NBR 14725/2023?	As FDS's estão adequadas, mas não estão disponíveis na área de utilização dos produtos químicos.	MENOR
					Não possui FDS's disponíveis em lugar algum.	MAIOR
BÁSICO	3.6.2	BÁSICO	3.6.4	No caso de vazamentos ou acidentes com produtos químicos, os empregados estão orientados e têm recursos para tomar as medidas previstas nas FDS's?		MENOR
BÁSICO	3.6.5	BÁSICO	3.6.5	Manuseio efetuado de forma correta de produtos químicos na produção?		MENOR
4. Resposta à emergência						
	4.1		4.1	Instalações Elétricas e Edificações		
BÁSICO	4.1.1	MÍNIMO	4.1.1	As condições das instalações elétricas estão adequadas, evidenciando a ausência de fiação exposta ou com emendas, a existência de fios presos e embutidos, fios encapados e sem emendas, conexões adequadas visualmente, filtro de linha ou dispositivo com aprovação do INMETRO, utilizado de maneira correta e disjuntores e tomadas protegidos e identificadas?		MAIOR
BÁSICO	4.1.2	BÁSICO	4.1.2	A empresa possui Diagrama Unifilar atualizado das instalações elétricas, em acordo com a NR 10 no seu Item 10.2.3?		MAIOR
BÁSICO	4.1.3	BÁSICO	4.1.3	A empresa possui Prontuário das instalações elétricas, que atesta se as mesmas atendem às condições de segurança necessárias, incluindo inspeções, medições, resultados de testes etc. (Item 10.2.4 da NR 10)?		MAIOR
BÁSICO	4.1.4	BÁSICO	4.1.4	As áreas que representam riscos elétricos sob tensão estão sinalizadas conforme NR 10?		MAIOR

4.2		4.2		Prevenção e combate a incêndio		
BÁSICO	4.2.1	MÍNIMO	4.2.1	A empresa possui Alvará/Licença do Corpo de Bombeiros?	Alvará/Licença vencido e protocolo de renovação dentro do prazo.	MENOR
					Quando o Alvará/Licença está vencido e existe protocolo de renovação feito fora do prazo, ou ainda possui protocolo inicial.	MAIOR
					Sem licença e não há protocolo de solicitação.	CRÍTICO
BÁSICO	4.2.2	MÍNIMO	4.2.2	A empresa possui saídas de emergência sinalizadas, desobstruídas, em obediência às características e definições da legislação estadual?	MAIOR	
BÁSICO	4.2.3	BÁSICO	4.2.3	As rotas de fuga estão adequadas com relação aos critérios aplicáveis? (incluindo sinalização, iluminação de emergência e não obstrução e espaçamento adequado)	MAIOR	
BÁSICO	4.2.4	BÁSICO	4.2.4	A empresa possui equipamentos de combate ao fogo em estado de conservação, validade, quantidade adequada, sinalizados e desobstruídos?	MAIOR	
BÁSICO	4.2.5	BÁSICO	4.2.5	A empresa possui brigada de incêndio treinada e realiza simulados de evacuação regularmente?	MAIOR	
5. Validação da Cadeia Produtiva						
5.1		5.1		Notas Fiscais		
BÁSICO	5.1.1	MÍNIMO	5.1.1	É evidenciado o uso de notas fiscais entre as etapas produtivas?	CRÍTICO	
5.2		5.2		Monitoramento da Cadeia Produtiva (Aplicável somente para Fornecedores)		
BÁSICO	5.2.1	BÁSICO	5.2.1	Existe processo para seleção de novos subcontratados, quanto a questões relativas ao trabalho regular?	MENOR	

BÁSICO	5.2.2	BÁSICO	5.2.2	A organização possui algum documento formal, tais como: Contrato de Fornecimento, Termo de Compromisso, ou outro com mesmo grau de formalidade, assinado pelos subcontratados, abordando as questões relativas às condições de trabalho, como condição para manutenção das relações comerciais?	MENOR
BÁSICO	5.2.3	BÁSICO	5.2.3	A organização mantém uma lista atualizada, em formato eletrônico, de todos os subcontratados com os quais mantém relacionamento comercial, com no mínimo as seguintes informações: dados cadastrais como razão social, endereço e CNPJ; tipo de serviço realizado; condições de formalização do local (CLT).	MAIOR
BÁSICO	5.2.4	BÁSICO	5.2.4	A organização efetua o monitoramento semestral das atividades dos subcontratados atuais em relação a questões relativas ao trabalho regular e solicita mensalmente cópia das guias de pagamento de INSS e FGTS? Caso a empresa já esteja adequada plenamente ao eSocial, apresentar os relatórios referentes aos respectivos eventos – DCTFWeb – S-1200 – S-2299.	MENOR
	5.3		5.3	Validação da Lista de Subcontratados (Aplicável somente para Fornecedores)	
BÁSICO	5.3.1	MÍNIMO	5.3.1	Durante o processo de rastreabilidade de pedidos dos varejistas signatários, foi evidenciado na sua totalidade, subcontratados declarados e aprovados? Ou seja, não há subcontratado não declarado, que seja aprovado no PROGRAMA ABVTEX.	CRÍTICO
BÁSICO	5.3.2	MÍNIMO	5.3.2	Durante o processo de rastreabilidade de pedidos dos varejistas signatários, foi evidenciada a ausência de um ou mais subcontratados não aprovados pelo PROGRAMA ABVTEX? Ou seja, não há subcontratado não declarado, que não seja aprovado ABVTEX.	CRÍTICO
BÁSICO	5.3.3	MÍNIMO	5.3.3	Há número do pedido do varejista signatário nas NF's (remessa/retorno)? Este número pode ser: Ordem de compra, Modelo, Referência Interna, Referência do Fornecedor. Para todos os pedidos deve ser verificado: se o número oficial do pedido do varejista (ordem de compra, modelo da peça, referência do fornecedor etc.) está em todas as NF'S de remessa/retorno.	CRÍTICO
BÁSICO	5.3.4	MÍNIMO	5.3.4	Apresentou o pedido oficial do varejista signatário com a descrição da peça?	CRÍTICO
BÁSICO	5.3.5	MÍNIMO	5.3.5	Apresentou nota fiscal de retorno (em ordem cronológica) de todos os subcontratados utilizados no processo de produção?	CRÍTICO
BÁSICO	5.3.6	MÍNIMO	5.3.6	Apresentou nota fiscal de remessa (em ordem cronológica) para todas as etapas do processo produtivo (quando terceirizado)?	CRÍTICO
BÁSICO	5.3.7	BÁSICO	5.3.7	A data da nota fiscal (remessa/retorno) é inferior a data de venda para o varejista signatário?	CRÍTICO

BÁSICO	5.3.8	BÁSICO	5.3.8	A quantidade de peças produzidas está dentro da margem de 10% em relação ao pedido efetuado pelo varejista signatário (remessa x retorno)?	CRÍTICO
BÁSICO	5.3.9	BÁSICO	5.3.9	A quantidade de peças produzidas é igual ou superior a quantidade vendida/entregue ao varejista signatário?	CRÍTICO
BÁSICO	5.3.10	BÁSICO	5.3.10	A empresa possui controle de produção interna e/ou externa?	CRÍTICO
BÁSICO	5.3.11	BÁSICO	5.3.11	Para os casos em que há triangulação, as notas fiscais possuem código fiscal correspondente (CFOP 5924 OU 6924) e a menção "Por Conta e Ordem", não caracterizando a quarteirização?	CRÍTICO
BÁSICO	5.3.12	BÁSICO	5.3.12	Apresentou as notas fiscais de compra dos componentes que fazem parte do produto final (palmilha / solado / enfeites)? (Quando não é feito o processo internamente ou por subcontratados).	CRÍTICO
BÁSICO	5.3.13	BÁSICO	5.3.13	Todas as empresas (Subcontratados) que encontram-se na mesma planta do fornecedor foram aprovadas?	CRÍTICO
BÁSICO	5.3.14	BÁSICO	5.3.14	Apresentou o livro fiscal e/ou sistema de emissão de notas fiscais (dos últimos 3 meses) para a realização do processo de rastreabilidade?	CRÍTICO
	5.4		5.4	Subcontratação de Serviços (aplicável para subcontratados)	
BÁSICO	5.4.1	MÍNIMO	5.4.1	É evidenciada a ausência de quarteirização para outro Subcontratado aprovado no PROGRAMA ABVTEX?	CRÍTICO
BÁSICO	5.4.2	MÍNIMO	5.4.2	É evidenciada a ausência de quarteirização para outro Subcontratado NÃO aprovado no PROGRAMA ABVTEX?	CRÍTICO

7. Meio Ambiente						
7.1	7.1	Licenças				
BÁSICO	7.1.1	MÍNIMO	7.1.1	A empresa apresenta licença ambiental ou dispensa de licença ambiental?	Empresa tem protocolo de renovação com vencimento fora dos prazos de tolerância e em acordo com a legislação estadual e/ou municipal ou tem o protocolo do primeiro pedido de licenciamento ou dispensa de licença ambiental.	MENOR
					Quando a empresa não apresentar a licença ou dispensa ambiental.	MAIOR
BÁSICO	7.1.2	BÁSICO	7.1.2	A empresa atende as condicionantes da licença ambiental ou ainda atende condicionante descritas na dispensa de licença?		MAIOR
BÁSICO	7.1.3	BÁSICO	7.1.3	Empresa possui os documentos necessário para aquisição armazenamento (estocagem) e utilização de produtos controlados (Polícia Federal e Polícia Civil)?	Licenças vencidas com protocolo de renovação.	MENOR
					Não possui licenças ou estão vencidas sem protocolo.	MAIOR
BÁSICO	7.1.4	BÁSICO	7.1.4	A empresa possui o MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos), CADRI (para o estado de São Paulo) e Certificado de Destinação final dos resíduos gerados?	Quando possui o protocolo de renovação do CADRI e MTR dos resíduos.	MENOR
					Quando a empresa não possui MTR, Certificado de destinação final e CADRI ou CADRI está vencido.	MAIOR
BÁSICO	7.1.5	BÁSICO	7.1.5	A empresa apresenta outorga para captação de água?	Possui protocolo de renovação ou solicitação de outorga.	MENOR
					Não possui outorga/solicitação ou protocolos.	MAIOR

BÁSICO	7.1.6	BÁSICO	7.1.6	A empresa possui o Cadastro Técnico Federal (CTF-IBAMA), quando Atividade Potencialmente Poluidora (APP)?		MENOR
BÁSICO	7.1.7	BÁSICO	7.1.7	A caldeira está licenciada junto ao órgão ambiental competente?		MAIOR
7.3		7.3		Resíduos		
SUPERIOR	7.3.3	SUPERIOR	7.3.3	Os resíduos gerados são armazenados corretamente?	Quando a empresa não armazena os resíduos corretamente, porém, não possui resíduos perigosos (em acordo com a NBR 10.004).	MAIOR
					Quando a empresa não armazena os resíduos corretamente e possui resíduos perigosos (em acordo com a NBR 10.004).	OBRIGATÓRIO PRATA
7.4		7.4		Efluentes		
SUPERIOR	7.4.1	SUPERIOR	7.4.1	A empresa apresenta outorga para descarte do efluente?	Possui protocolo de renovação ou solicitação de outorga dentro dos prazos legais para vencimento.	MENOR
					Não possui outorga ou solicitação fora dos prazos legais para vencimento.	MAIOR

SUPERIOR	7.4.2	SUPERIOR	7.4.2	A empresa possui Estação de Tratamento de Efluentes (no local ou terceirizada, devidamente licenciada?)	A empresa apresenta evidência que realiza o tratamento prévio, porém, não apresentou toda a documentação. A Estação de Tratamento de Efluente não está na Licença Ambiental.	MENOR
					A empresa não realiza nenhum tipo de tratamento ou não apresenta nenhum contrato municipal ou com empresa terceirizada.	OBRIGATÓRIO PRATA
SUPERIOR	7.4.3	SUPERIOR	7.4.3	A empresa atende aos padrões de lançamento de efluentes conforme estabelecidos na Licença de Operação ou pela empresa terceira receptora?	Possui análise, porém os padrões não atendem a legislação.	MENOR
					Não possui análise.	OBRIGATÓRIO PRATA
SUPERIOR	7.4.5	SUPERIOR	7.4.5	É evidenciada a ausência de risco de contaminação do solo ou corpos hídricos por bypass (desvio) ou devido a transbordo de resíduos sólidos retirados da Estação de Tratamento de Efluentes?		OBRIGATÓRIO PRATA
	7.5		7.5	Emissões		
SUPERIOR	7.5.2	SUPERIOR	7.5.2	As emissões atmosféricas atendem aos padrões e limites de lançamento estabelecidos na licença de operação ou autorização específica?		OBRIGATÓRIO PRATA

CHECKLIST DO PROGRAMA ABVTEX - VERSÃO 6.0 - BLOCO MÍNIMO

Bloco	Item 5.01	Item NOVO	Blocos Temáticos		Nível de Criticidade
			1. Formalização e Documentação		
MÍNIMO	1.1	1.1	A empresa assinou, atualizou e fez <i>upload</i> do Termo de Participação ao PROGRAMA ABVTEX?		CRÍTICO
MÍNIMO	1.2	1.2	A empresa está constituída como Pessoa Jurídica, respeitando a legislação brasileira?		CRÍTICO
MÍNIMO	1.3	1.3	A empresa apresentou os relatórios referentes aos respectivos eventos S-1200 S-2200 – S-2230 – S2299 do eSocial?		CRÍTICO
MÍNIMO	1.4	1.4	A situação societária de a empresa é regular? No caso da empresa não possuir empregados e somente sócios, esta sociedade encontra-se regular? Foi evidenciado que não há existência de relação de trabalho entre sócios considerando a hierarquia e distribuição societária ou financeira? A empresa apresentou os respectivos eventos - S-1200 – S-2200 – S-2230 – S2299 do eSocial?		CRÍTICO
MÍNIMO	1.5	1.5	A empresa apresentou os relatórios relacionados aos eventos constantes da DCTFWeb (antiga GFIP)?		MAIOR
MÍNIMO	1.6	1.6	Evidenciada Licença de Funcionamento?	Tem Licença de Funcionamento ou dispensa vencida e protocolo de renovação.	MENOR
				Não possui Licença de Funcionamento ou dispensa de Funcionamento e possui apenas protocolo para primeira Licença.	MAIOR
				Não possui Licença de Funcionamento ou dispensa, não possui protocolo para renovação, nem protocolo para primeira Licença.	CRÍTICO
MÍNIMO	2.1.1	2.1.1	Se há empregados aprendizes com idade entre 14 e 24 anos, foi evidenciado contrato de aprendizagem de acordo com os requerimentos legais?		TOLERÂNCIA ZERO

MÍNIMO	2.1.2	2.1.2	Evidenciada a ausência de menores de 14 anos no ambiente de trabalho (fabril ou áreas de risco)? A empresa não permite a permanência de menores nestes ambientes e que não façam parte do quadro de empregados?	CRÍTICO	
MÍNIMO	2.2.1	2.2.1	Ausência de trabalho forçado / análogo ao escravo?	TOLERÂNCIA ZERO	
MÍNIMO	2.2.2	2.2.2	Ausência de algum tipo de empréstimo de valores ou retenção de documentos pessoais em troca de mão de obra? Assinam papéis em branco sem saber qual o objetivo?	TOLERÂNCIA ZERO	
MÍNIMO	2.2.3	2.2.3	É evidenciada a livre circulação dos empregados?	TOLERÂNCIA ZERO	
MÍNIMO	2.3.1	2.3.1	É evidenciada ausência de trabalho de imigrantes irregulares?	TOLERÂNCIA ZERO	
MÍNIMO	2.4.3	2.4.1	É evidenciada a não existência de ameaças, penalidades, coerção e/ou força física como meio de recrutamento de trabalhadores (brasileiros ou estrangeiros)?	TOLERÂNCIA ZERO	
MÍNIMO	2.5.1	2.5.1	Evidenciada ausência de moradia no mesmo endereço da oficina ou do galpão industrial?	Quando houver moradia somente para os proprietários, sem funcionários residindo, integrada ao ambiente de trabalho, tais como: casa geminada, moradia de fundos do mesmo terreno, moradia de frente no mesmo terreno, moradia no mesmo terreno dividido ou moradia dentro da área da empresa.	MAIOR
				Quando houver moradia para empregados, integrada ao ambiente de trabalho, tais como: casa geminada, moradia de fundos do mesmo terreno, moradia de frente no mesmo terreno, moradia no mesmo terreno dividido ou moradia dentro da área da empresa.	CRÍTICO
MÍNIMO	2.6.1	2.6.1	É evidenciada ausência de intimidação em relação ao direito de livre associação e ao direito ao acordo coletivo de trabalho?	CRÍTICO	

MÍNIMO	2.7.1	2.7.1	É evidenciada ausência de discriminação por idade, etnia, sexo, orientação sexual, grupo, religião, política ou outro motivo específico?	CRÍTICO	
MÍNIMO	2.8.1	2.8.1	Ausência de queixas ou evidências de qualquer tipo de assédio (Assédio Moral, Sexual, Eleitoral, Preferências Específicas etc.) no âmbito do trabalho, considerando hierarquia da empresa?	CRÍTICO	
MÍNIMO	2.8.3	2.8.2	É evidenciada ausência de práticas disciplinares abusivas?	MAIOR	
MÍNIMO	2.9.1	2.9.1	Os salários, horas extras, DSR, 13º salário, licenças remuneradas, abono de férias, adicionais (noturno, insalubridade e periculosidade) são pagos de acordo com a legislação trabalhista e o acordo coletivo e legislação local aplicável?	CRÍTICO	
MÍNIMO	2.9.3	2.9.2	São disponibilizados aos empregados cópias do holerite/contracheque?	CRÍTICO	
MÍNIMO	2.9.4	2.9.3	É evidenciado que as deduções do salário estão corretas, em acordo com a legislação, ou ainda, os descontos não previstos em lei têm comprovadamente concordância do empregado?	CRÍTICO	
MÍNIMO	2.9.6	2.9.4	Todos os empregados, incluindo jovens aprendizes e estrangeiros, possuem registro em CTPS? Caso a empresa já esteja adequada plenamente ao eSocial, apresentar os relatórios referentes aos respectivos eventos – S-2200 – S-2205 – S-2206 – S-2299.	CRÍTICO	
MÍNIMO	2.9.7	2.9.5	A empresa apresentou Certidão Negativa de Débitos (CND) relativos a créditos tributários federais e da Dívida Ativa da União, bem como as 6 (seis) últimas guias pagas do INSS? Ou, na falta da Certidão Negativa de Débitos, apresentou as 12 (doze) últimas guias pagas do INSS? Ou ainda, apresentou os relatórios referentes aos respectivos eventos – DCTFWeb.	A empresa apresentou certidão positiva válida, indicando renegociação de eventuais dívidas e pontualidade nos recolhimentos.	MENOR
				A empresa não apresentou qualquer documentação comprobatória quanto à regularidade no recolhimento do INSS.	CRÍTICO
MÍNIMO	2.9.8	2.9.6	A empresa apresentou Certificado de regularidade do FGTS/CRF? Ou, para comprovar regularidade, apresentou as 12 últimas guias pagas do FGTS? Ou ainda, caso a empresa já esteja adequada plenamente ao eSocial, apresentar os relatórios referentes aos respectivos eventos – S-1200 – S-2299.	CRÍTICO	

MÍNIMO	2.10.1	2.10.1	O cumprimento da carga horária de trabalho está de acordo com a legislação trabalhista e o acordo coletivo? Apresentar os registros de jornada de trabalho (espelho de ponto, controles eletrônicos ou falhas manuais) que comprovem o cumprimento a horária. Os eventos S-2200 – S-2206 do eSocial podem ser apresentados de forma complementar para servir de apoio aos registros apresentados.	MAIOR	
MÍNIMO	2.10.2	2.10.2	É dado ao empregado o direito de conferir as horas extras trabalhadas com as recebidas? As horas extras e jornada de trabalho regular estão registradas no mesmo espelho/cartão de ponto e discriminados no holerite? Apresentar os espelhos ou cartões de pontos, acompanhados dos respectivos comprovantes de pagamento (holerites), de modo a permitir a conferência das horas extras trabalhadas com as recebidas.	MAIOR	
MÍNIMO	2.10.3	2.10.3	É evidenciada a inexistência da prática na quais empregados da área produtiva levam serviços para realizar em casa?	CRÍTICO	
MÍNIMO	3.1.1	3.1.1	Ausência de riscos estruturais (rachaduras profundas, buracos de larga extensão, infiltrações acentuadas, vigas e estruturas com risco de desmoronamento)?	Quando os problemas encontrados não representam riscos imediatos, necessitando de manutenções corretivas para evitar riscos estruturais.	MAIOR
				Quando os problemas encontrados representam riscos estruturais, que podem colocar em risco a integridade física dos empregados e pessoas que circulam pela empresa.	CRÍTICO
MÍNIMO	3.1.3	3.1.2	As áreas da empresa se encontram em boas condições de higiene e limpeza?	MENOR	
MÍNIMO	3.4.2	3.4.1	As máquinas, equipamentos e mesas estão em condições satisfatórias de saúde e segurança (tendo a NR12 como referência para a análise), sem adaptações ou estruturas improvisadas?	Tendo como base a NR12, algumas máquinas, equipamentos e mesas estão em condições insatisfatórias de saúde e segurança, sem adaptações ou estruturas improvisadas.	MENOR
				Tendo como base a NR12, todas as máquinas, equipamentos e mesas estão em condições insatisfatórias de saúde e segurança, ou quando há adaptações ou estruturas improvisadas.	MAIOR

MÍNIMO	3.4.3	3.4.2	A empresa possui e segue as recomendações do PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) definido de acordo com todos os requisitos das NR 1 e NR 09 e atualizado em processo contínuo ou a cada 2 (dois) ou a cada 3 (três) anos se houver certificação? Caso a empresa seja ME ou EPP e com grau de risco 1 ou 2, cumpre, de forma cumulativa, os requisitos da NR 01 para dispensa da elaboração do PGR?	MAIOR	
MÍNIMO	3.4.4	3.4.3	A empresa possui e segue as recomendações do PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional) definido de acordo com todos os requisitos e riscos ocupacionais identificados nas NR 1 e NR 07 e atualizado conforme relatório analítico? Caso a empresa seja ME ou EPP e com grau de risco 1 ou 2, cumpre, de forma cumulativa, os requisitos da NR 01 para dispensa da elaboração do PCMSO?	MAIOR	
MÍNIMO	3.4.5	3.4.4	O ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) está atualizado e contempla todos os exames previstos no PCMSO para as funções consideradas?	MAIOR	
MÍNIMO	3.5.2	3.5.1	O local disponibiliza Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados, com CA (Certificado de Aprovação) válido, disponibilizados e substituídos quando necessário (em caso de dano ou extravio) de acordo com a NR 06, para seus empregados e possui ficha de entrega do EPI, devidamente assinada?	A empresa disponibiliza EPI, mas não faz controle.	MENOR
				Quando a empresa não disponibiliza EPIs em acordo com a NR06.	MAIOR
MÍNIMO	3.6.3	3.6.1	Substâncias inflamáveis perigosas são armazenadas em área e de forma adequada?	Armazenagem de acordo com exigências mínimas, sem sinalização correta.	MENOR
				Substâncias inflamáveis e perigosas armazenadas em local indevido.	MAIOR
MÍNIMO	3.6.4	3.6.2	Substâncias inflamáveis químicas e perigosas estão dentro de prazo e em recipientes e com rótulos adequados?	Quando são encontradas substâncias perigosas ou inflamáveis apenas fora do prazo.	MENOR
				Quando são encontradas substâncias perigosas ou inflamáveis em recipientes inadequados e/ou com rótulos inadequados.	MAIOR
MÍNIMO	4.1.1	4.1.1	As condições das instalações elétricas estão adequadas, evidenciando a ausência de fiação exposta ou com emendas, a existência de fios presos e embutidos, fios encapados e sem emendas, conexões adequadas visualmente, filtro de linha ou dispositivo com aprovação do INMETRO, utilizado de maneira correta e disjuntores e tomadas protegidos e identificadas?	MAIOR	

MÍNIMO	4.2.1	4.2.1	A empresa possui Alvará/Licença do Corpo de Bombeiros?	Alvará/Licença vencido e protocolo de renovação dentro do prazo.	MENOR
				Quando o Alvará/Licença está vencido e existe protocolo de renovação feito fora do prazo, ou ainda possui protocolo inicial.	MAIOR
				Sem licença e não há protocolo de solicitação.	CRÍTICO
MÍNIMO	4.2.2	4.2.2	A empresa possui saídas de emergência sinalizadas, desobstruídas, em obediência às características e definições da legislação estadual?		MAIOR
MÍNIMO	5.1.1	5.1.1	É evidenciado o uso de notas fiscais entre as etapas produtivas?		CRÍTICO
MÍNIMO	5.3.1	5.3.1	Durante o processo de rastreabilidade de pedidos dos varejistas signatários, foi evidenciado na sua totalidade, subcontratados declarados e aprovados? Ou seja, não há subcontratado não declarado, que seja aprovado no PROGRAMA ABVTEX.		CRÍTICO
MÍNIMO	5.3.2	5.3.2	Durante o processo de rastreabilidade de pedidos dos varejistas signatários, foi evidenciada a ausência de um ou mais subcontratados não aprovados pelo PROGRAMA ABVTEX? Ou seja, não há subcontratado não declarado, que não seja aprovado ABVTEX.		CRÍTICO
MÍNIMO	5.3.3	5.3.3	Há número do pedido do varejista signatário nas NF's (remessa/retorno)? Este número pode ser: Ordem de compra, Modelo, Referência Interna, Referência do Fornecedor. Para todos os pedidos deve ser verificado: se o número oficial do pedido do varejista (ordem de compra, modelo da peça, referência do fornecedor etc.) está em todas as NF'S de remessa/retorno.		CRÍTICO
MÍNIMO	5.3.4	5.3.4	Apresentou o pedido oficial do varejista signatário com a descrição da peça?		CRÍTICO
MÍNIMO	5.3.5	5.3.5	Apresentou nota fiscal de retorno (em ordem cronológica) de todos os subcontratados utilizados no processo de produção?		CRÍTICO
MÍNIMO	5.3.6	5.3.6	Apresentou nota fiscal de remessa (em ordem cronológica) para todas as etapas do processo produtivo (quando terceirizado)?		CRÍTICO

MÍNIMO	5.4.1	5.4.1	É evidenciada a ausência de quarterização para outro Subcontratado aprovado no PROGRAMA ABVTEX?	CRÍTICO	
MÍNIMO	5.4.2	5.4.2	É evidenciada a ausência de quarterização para outro Subcontratado NÃO aprovado no PROGRAMA ABVTEX?	CRÍTICO	
MÍNIMO	7.1.1	7.1.1	A empresa apresenta licença ambiental ou dispensa de licença ambiental?	Empresa tem protocolo de renovação com vencimento fora dos prazos de tolerância e em acordo com a legislação estadual e/ou municipal ou tem o protocolo do primeiro pedido de licenciamento ou dispensa de licença ambiental.	MENOR
				Quando a empresa não apresentar a licença ou dispensa ambiental.	MAIOR
SUPERIOR	3.1.10	3.1.10	O jateamento de areia, para limpar ou desbastar superfícies, é proibido no processo de produção?	OBRIGATÓRIO PRATA	
SUPERIOR	7.3.3	7.3.3	Os resíduos gerados são armazenados corretamente?	Quando a empresa não armazena os resíduos corretamente, porém, não possui resíduos perigosos (em acordo com a NBR 10.004).	MAIOR
				Quando a empresa não armazena os resíduos corretamente e possui resíduos perigosos (em acordo com a NBR 10.004).	OBRIGATÓRIO PRATA
SUPERIOR	7.4.1	7.4.1	A empresa apresenta outorga para descarte do efluente?	Possui protocolo de renovação ou solicitação de outorga dentro dos prazos legais para vencimento.	MENOR
				Não possui outorga ou solicitação fora dos prazos legais para vencimento.	MAIOR

SUPERIOR	7.4.2	7.4.2	A empresa possui Estação de Tratamento de Efluentes (no local ou terceirizada, devidamente licenciada?)	A empresa apresenta evidência que realiza o tratamento prévio, porém, não apresentou toda a documentação. A Estação de Tratamento de Efluente não está na Licença Ambiental.	MENOR
				A empresa não realiza nenhum tipo de tratamento ou não apresenta nenhum contrato municipal ou com empresa terceirizada.	OBRIGATÓRIO PRATA
SUPERIOR	7.4.3	7.4.3	A empresa atende aos padrões de lançamento de efluentes conforme estabelecidos na Licença de Operação ou pela empresa terceira receptora?	Possui análise, porém os padrões não atendem a legislação.	MENOR
				Não possui análise.	OBRIGATÓRIO PRATA
SUPERIOR	7.4.5	7.4.5	É evidenciada a ausência de risco de contaminação do solo ou corpos hídricos por bypass (desvio) ou devido a transbordo de resíduos sólidos retirados da Estação de Tratamento de Efluentes?		OBRIGATÓRIO PRATA
SUPERIOR	7.5.2	7.5.2	As emissões atmosféricas atendem aos padrões e limites de lançamento estabelecidos na licença de operação ou autorização específica?		OBRIGATÓRIO PRATA